



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Ministério das Finanças e do Planeamento

**PROPOSTA DE
ORÇAMENTO DO ESTADO
PARA 2015
RELATÓRIO**

SETEMBRO 2014

Índice de Conteúdos

I.	ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO RECENTE.....	8
1.1.	Enquadramento Internacional.....	8
1.2.	Economia Cabo-verdiana.....	16
1.2.1.	Crescimento Económico.....	16
1.2.2.	Inflação.....	20
1.2.3.	Sector Monetário e Cambial.....	21
1.2.4.	Sector Externo.....	23
1.3.	Finanças Públicas em 2014.....	24
1.3.1.	Análise Global.....	24
1.3.2.	Análise das Receitas.....	26
1.3.3.	Benefícios Fiscais concedidos (triénio 2010 a 2013).....	27
1.3.4.	Análise das Despesas.....	32
1.3.5.	Programa de Investimento Público.....	33
1.3.6.	Financiamento.....	34
1.3.7.	Dívida Pública.....	35
1.3.7.1.	Dívida Interna.....	35
1.3.7.2.	Dívida externa.....	36
II.	PERSPECTIVAS PARA 2015.....	39
2.1.	Enquadramento Internacional.....	39
2.2.	Perspectivas Económicas Nacionais para 2015.....	39
2.2.1.	Crescimento Económico.....	41
2.2.2.	Inflação.....	41
2.2.3.	Sector Monetário e Cambial.....	41
2.2.4.	Sector Externo.....	42
2.3.	Política e estratégia de Consolidação Orçamental: Medidas Sectoriais e Transversais.....	42
2.3.1.	Estratégia de Consolidação Fiscal.....	42
2.3.1.1.	Consolidação pela via das reformas.....	45
2.3.1.2.	Consolidação pela via das despesas.....	47
2.3.2.	Política Orçamental para 2015.....	47
2.3.2.1.	Política Orçamental e Consolidação das Contas Públicas.....	47
2.3.2.2.	Medidas de consolidação das finanças públicas.....	50
2.3.2.3.	Política do Investimento Público.....	51
2.3.2.4.	Qualidade das Finanças Públicas.....	51
2.3.2.5.	Qualidade da despesa pública.....	52
2.3.2.6.	Política tributária.....	55
2.3.2.6.1.	Reforma do Sistema Fiscal.....	55
2.3.2.6.2.	Recuperação de Dívidas Fiscais.....	59
2.3.2.6.3.	Reforma da Gestão Tributária.....	60
2.3.2.6.3.1.	Modernização e informatização da DCI.....	60
2.3.2.6.3.2.	Reestruturação Organizacional.....	61
2.3.2.6.4.	Melhoria do relacionamento fisco/contribuente.....	62
2.3.2.6.5.	Melhoria da imagem institucional da DCI.....	63
2.3.2.6.6.	Programa de Construção da Cidadania Fiscal.....	64
2.3.2.7.	Política Aduaneira.....	66
2.3.2.8.	Política de Recursos Humanos.....	69
2.3.2.8.1.	Redefinição da política e estratégia de gestão dos recursos humanos.....	69

2.3.2.8.2.	Desenvolvimento de competências.....	71
2.3.2.8.3.	Modernização da gestão do pessoal na Administração Pública	72
2.3.2.8.4.	Protecção Social: Financiamento vs Risco Fiscal	73
2.3.2.8.4.1.	Evolução das Pensões	75
2.3.2.8.4.2.	Aplicação da reforma e implementação do Fundo de Pensão	76
2.3.2.8.5.	Políticas activas para o mercado de trabalho.....	76
2.3.2.8.6.	Melhoria da qualidade do desempenho organizacional e Inovação... 78	
2.3.2.8.6.1.	Implementação do Modelo Comum de Avaliação- Modelo CAF (<i>Common Assessment Framework</i>)	79
2.3.2.8.6.2.	Promoção da reforma da Administração Pública e a utilização das TICs na sua modernização.....	80
2.3.2.8.6.3.	Valores éticos e deontologia profissional na Administração Pública	81
2.3.2.9.	Política da Despesa do Estado.....	82
2.3.2.10.	Programa de Investimento Público.....	82
2.3.2.11.	Política da Dívida Pública para 2015.....	83
2.4.	Metodologia Orçamento Programa	89
2.4.1.	Articulação entre o Planeamento e o Orçamento: Programa e a Gestão baseada em Resultados	89
2.4.2.	Orçamento Programa	91
2.5.	Finanças Públicas em 2015.....	93
2.5.1.	Análise Global	93
2.5.2.	Receitas do Estado	98
2.5.2.1.	Receitas previstas para 2015.....	98
2.5.2.1.1.	Receitas fiscais.....	99
2.5.2.1.1.1.	Impostos Único sobre Rendimentos	100
2.5.2.1.1.2.	Impostos sobre Bens e Serviços	101
2.5.2.1.1.3.	Imposto sobre transacções internacionais	101
2.5.2.1.2.	Outras Impostos.....	102
2.5.2.2.	Donativos.....	102
2.5.2.2.1.	Donativos Directos.....	102
2.5.2.2.2.	Ajuda Orçamental Donativos	103
2.5.3.	Análise Orçamento por Programa vs Resultados.....	104
2.5.3.1.	Despesa por Natureza do Programa.....	105
2.5.3.2.	Despesa por Eixo e Natureza de Programa.....	106
2.5.3.3.	Financiamento por Natureza de Programa	111
2.5.3.4.	Despesa por Classificação Económica e Natureza do Programa ...	111
2.5.3.5.	Despesa por Classificação Funcional e Natureza do Programa.....	113
2.5.4.	Despesa da Administração Central do Estado	114
2.5.4.1.	Despesas Globais.....	114
2.5.4.2.	Despesa de Funcionamento	115
2.5.4.3.	Activos não Financeiros	116
2.5.4.4.	Evolução da Despesa por Classificação Económica.....	116
2.5.4.4.1.	Despesas Correntes	116
2.5.4.4.1.1.	Despesa com pessoal.....	117
2.5.4.4.1.2.	Aquisição Bens e Serviços	118
2.5.4.4.1.3.	Juros e outros encargos.....	119
2.5.4.4.1.4.	Subsídios.....	119
2.5.4.4.1.5.	Transferências Correntes.....	120
2.5.4.4.1.6.	Benefício Sociais.....	120
2.5.4.4.1.7.	Outras Despesas	120
2.5.4.5.	Por Classificação Orgânica.....	121

2.5.4.5.1.	Ministério das Finanças e do Planeamento	122
2.5.4.5.2.	Ministério da Educação e Desporto.....	123
2.5.4.5.3.	Ministério da Saúde.....	123
2.5.4.5.4.	Ministério da Administração Interna.....	124
2.5.4.5.5.	Ministério da Justiça.....	124
2.5.4.6.	Por Classificação Funcional	124
2.5.5.	Programa de Investimento Públicos 2015.....	126
2.5.5.1.	Financiamento do Programa de Investimento Públicos para 2015..	127
2.5.5.2.	Análise Por Eixos Prioritários.....	131
2.5.5.2.1.	Eixo de Infraestruturação	132
2.5.5.2.2.	Eixo de Boa Governação	132
2.5.5.2.3.	Capital Humano	133
2.5.5.2.4.	Eixo de Reforço do Sector Privado	135
2.5.5.2.5.	Eixo de Afirmar a Nação Global.....	135
2.5.5.3.	Financiamento por Ministério.....	135
2.5.5.3.1.	Ministério do Turismo, Indústria e Energia	136
2.5.5.3.2.	Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território	137
2.5.5.3.3.	Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima	138
2.5.5.3.4.	Ministério do Desenvolvimento Rural.....	138
2.5.5.3.5.	Ministério da Educação e Desporto.....	139
2.5.5.3.6.	Ministério das Finanças e Planeamento	139
2.5.5.3.7.	Ministério da Saúde.....	140
2.5.6.	Dívida Pública	140
2.5.6.1.	Dívida Interna.....	141
2.5.6.2.	Dívida Externa.....	142
2.5.6.3.	Programação / financiamento para 2015.....	143
2.5.6.4.	Empréstimos de Retrocessão	146
2.5.6.5.	Avales e Garantias.....	147
2.6.	Quadro de Despesa a Médio Prazo (2015-2017)	150
III.	MAPAS ORÇAMENTAIS.....	162

Índice de Figuras

Figura 1	Evolução do Índice de Gestores de Compras	9
Figura 2	Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas.....	10
Figura 3	Evolução de Preços do Petróleo e derivados.....	11
Figura 4	Evolução dos Índices de Preços dos Produtos Alimentares.....	11
Figura 5	Indicadores Seleccionados EUA.....	12
Figura 6	Indicadores Seleccionados Zona Euro.....	13
Figura 7	Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação.....	16
Figura 8	Indicadores Económicos Seleccionados	17
Figura 9	Evolução das taxas de inflação (%)	20
Figura 10	Evolução dos indicadores monetários e financeiros	22
Figura 11	Principais Indicadores da Balança de Pagamentos.....	23
Figura 12	Principais Indicadores Orçamentais	25
Figura 13	Benefícios Fiscais Concedidos em 2013 (em%).....	27
Figura 14	Evolução dos Benefícios Fiscais no Triénio 2011 a 2013	27
Figura 15	Comparação BF's com IUR-PC/Total Receitas Fiscais.....	28
Figura 16	Empresas com Benefícios Fiscais por Sector de Actividade	29
Figura 17	Benefícios Fiscais por Sector de Actividade (%).....	29
Figura 18	Benefícios Fiscais por Concelho	30
Figura 19	Evolução dos Benefícios de 2006 a 2013	31
Figura 20	Renúncia de Receitas Aduaneiras de 2011 a 2013.....	31
Figura 21	Benefícios fiscais por Concelho	32
Figura 22	Principais Indicadores Orçamentais	35
Figura 23	Crescimento do PIB por Grupo de Países	39
Figura 24	Evolução do Programa de Investimentos Públicos	44
Figura 25	Evolução e Estrutura das despesas Correntes	45
Figura 26	Evolução das Receitas Totais e Principais Fontes (em %).....	46
Figura 27	Evolução das Despesas Públicas (em %).....	47
Figura 28	Evolução das pensões 2009-2014	75
Figura 29	Evolução das pensões 2014-2047	75
Figura 30	Indicadores de custo e Risco	85
Figura 31	Evolução do Saldo Corrente Primário (Em % do PIB).....	94
Figura 32	Evolução das Finanças Públicas – Nova Abordagem	95
Figura 33	Evolução das Finanças Públicas – Antiga Abordagem.....	96
Figura 34	Evolução da Receita do Estado	99
Figura 35	Evolução dos principais impostos	100
Figura 36	Evolução de donativos directos por financiador	103
Figura 37	Síntese Orçamento do Estado.....	104
Figura 38	Despesa por natureza do Programa	105
Figura 39	Despesas Globais por Eixo e Natureza de Programa.....	106
Figura 40	Gráfico dos Eixo e por Natureza de Programa.....	110
Figura 41	Financiamento do Orçamento Programa 2015	111
Figura 42	Despesas Globais por Económica e Natureza de Programa.....	112
Figura 43	Despesas Globais por Classificação Funcional Programática e Natureza do Programa	114
Figura 44	Evolução das Despesas.....	115
Figura 45	Evolução das Despesas por Classificação Económica	116
Figura 46	Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica.....	122
Figura 47	Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional	125
Figura 48	Evolução das Despesas do PIP.....	128

Figura 49	Despesas do PIP por agrupamentos económicos	129
Figura 50	Evolução das Despesas do PIP por Tipo de Financiamento	129
Figura 51	Evolução da Ajuda Orçamental.....	131
Figura 52	Financiamento Por Eixo e Tipo de Financiamento	131
Figura 53	Evolução do Financiamento por Ministério e Tipo de Financiamento	136
Figura 54	Principais Indicadores de Dívida	141
Figura 55	Empréstimos de Retrocessão	146
Figura 56	Stock Avals e Garantias 31/12/2013	148
Figura 57	QDMP (2015 à 2017), por Natureza de Programa, Tipo de Financiamento e	
Eixos	153	
Figura 58	QDMP (2015 à 2017), por Ministério	155

Lista De Abreviaturas

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico Africano
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DA	Direcção das Alfandegas
DCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
DGPOG	Direcção Geral Planeamento, Orçamento e Gestão
DGT	Direcção Geral do Tesouro
DIT	Direcção do Serviço de Inspecção e Tributação e Cobrança
ECV	Escudos Cabo-verdianos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	FooSSd and Agriculture Organization
FEEF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto sobre o Consumo Especial
IHPC	Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
MFP	Ministério das Finanças e do Planeamento
OFID	OPEC Fund for International Development
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTNS	Obrigações do Tesouro Nova Série
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
QEMP	Quadro de Endividamento a Médio Prazo
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
EU	União Europeia
USD	United States Dollars
ZE	Zona Euro

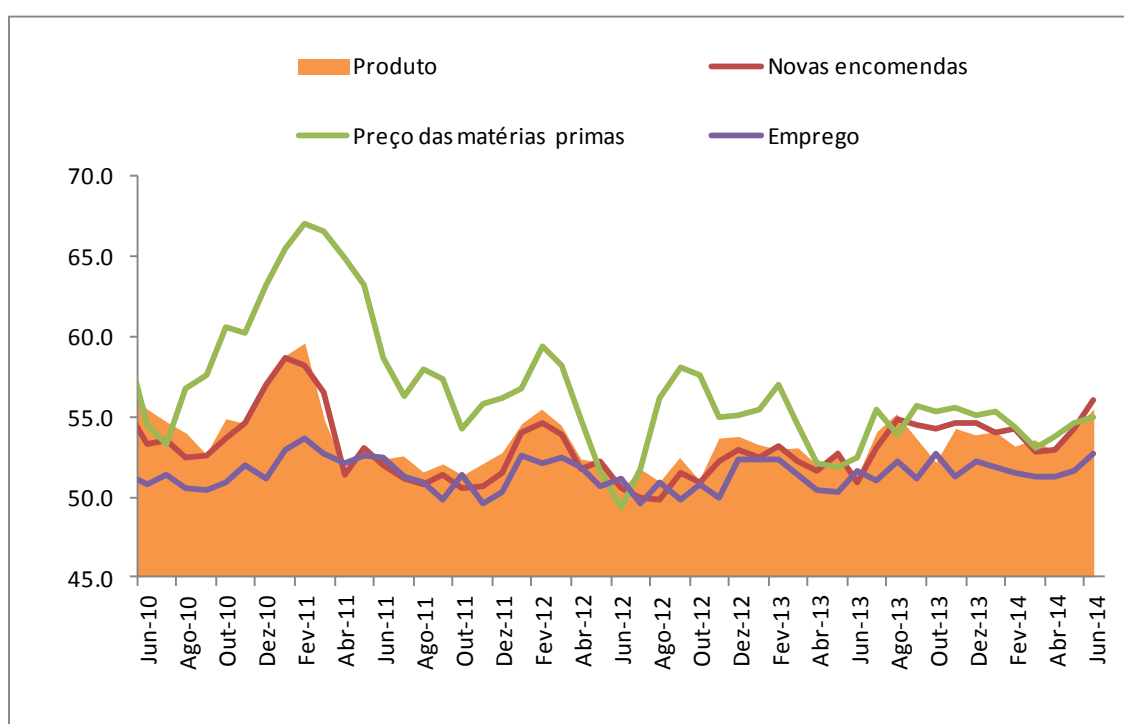
I. ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO RECENTE

I.1. Enquadramento Internacional

1. A economia mundial continua a crescer, ainda que num ritmo moderado, o que poderá estar a reflectir mudanças na dinâmica de crescimento entre regiões. As economias mais avançadas estão a registar maior nível de crescimento, dando maior impulso à economia mundial, enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento registam menor dinâmica na actividade.
2. As mudanças na dinâmica de crescimento a nível mundial são explicadas, no global, pelos factores cíclicos e estruturais em combinação com os impactos de medidas de política a nível dos países e mercados. Isto é, o maior nível de crescimento nas economias avançadas é explicado pela melhoria dos balanços dos sectores público e privado e pelas políticas acomodatócias, enquanto que o menor dinamismo nos mercados emergentes e em desenvolvimento é explicado pelos obstáculos estruturais persistentes, incertezas a nível de políticas e condições financeiras voláteis, afectando particularmente países com vulnerabilidades internas.
3. Contudo, o FMI avança que a economia mundial deverá crescer 3,4% este ano e 4% no próximo. A previsão de crescimento para 2014 situa-se a 0,2p.p abaixo do valor previsto em Abril, e a de 2015 fica acima em 0,1p.p. De acordo com o Fundo, a revisão em baixa do crescimento para 2014 deve-se a uma fraca performance económica mundial no primeiro trimestre, particularmente nos Estados Unidos, e perspectivas menos optimistas para algumas economias emergentes.
4. Referindo-se às economias emergentes, o FMI prevê um crescimento de 4,6% no final deste ano e de 5,2% no ano seguinte. Os resultados previstos ficam abaixo em 0,3p.p e 0,1p.p, respectivamente, em relação a previsão anterior. Neste grupo, os países da África Sub-Sahariana deverão registar em média um crescimento de 5,4% em 2014 e 5,8% em 2015.
5. Quanto às economias avançadas, o crescimento previsto é de 1,8% para 2014 e 2,4% para 2015.

6. Entretanto, no que se refere aos indicadores recentes, o Índice de Gestores de Compras – Global Manufacturing and Services PMI Summary - na língua inglesa - publicado pela JP Morgan e Markit, no primeiro semestre de 2014, registou um valor médio no produto de 53,8 contra 52,5 no período homólogo de 2013, denotando um melhor desempenho da actividade económica no período em questão.
7. Entretanto, com um valor médio de 54,1, o produto global cresceu a volta de 3% no segundo trimestre, em comparação com 2,3% no primeiro trimestre, deste ano.

Figura I Evolução do Índice de Gestores de Compras



Fonte: MARKIT

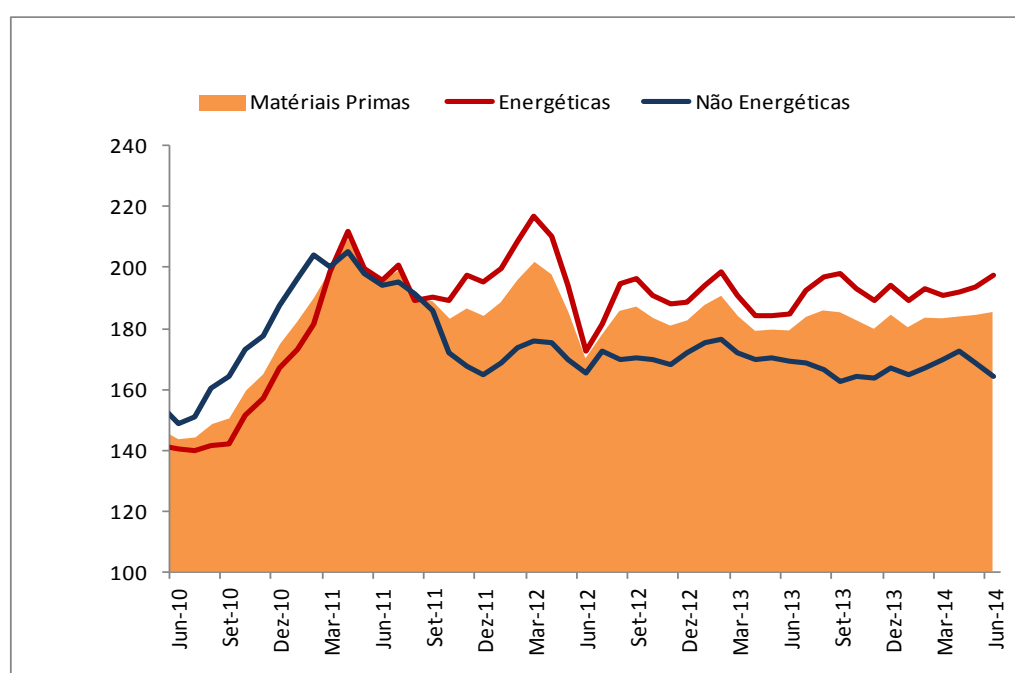
8. Relativamente aos mercados financeiros internacionais é de realçar algumas perturbações nas principais praças financeira, devido as incertezas em torno das perspectivas mundiais sobre as economias emergentes, bem como as expectativas sobre a sanidade financeira do Grupo Espírito Santo.
9. A nível de preços, as pressões inflacionistas mundiais têm sido moderadas, em sequência da evolução dos preços dos produtos energéticos e não energéticos. As taxas de inflação nas

¹ 50 significando nenhuma alteração em relação ao mês anterior.

economias avançadas e emergentes deverão situar-se nos 1,6% e 5,4%, respectivamente, no final do ano. Para 2015, as previsões de inflação são de 1,7% para as economias avançadas e de 5,3% para as economias emergentes.

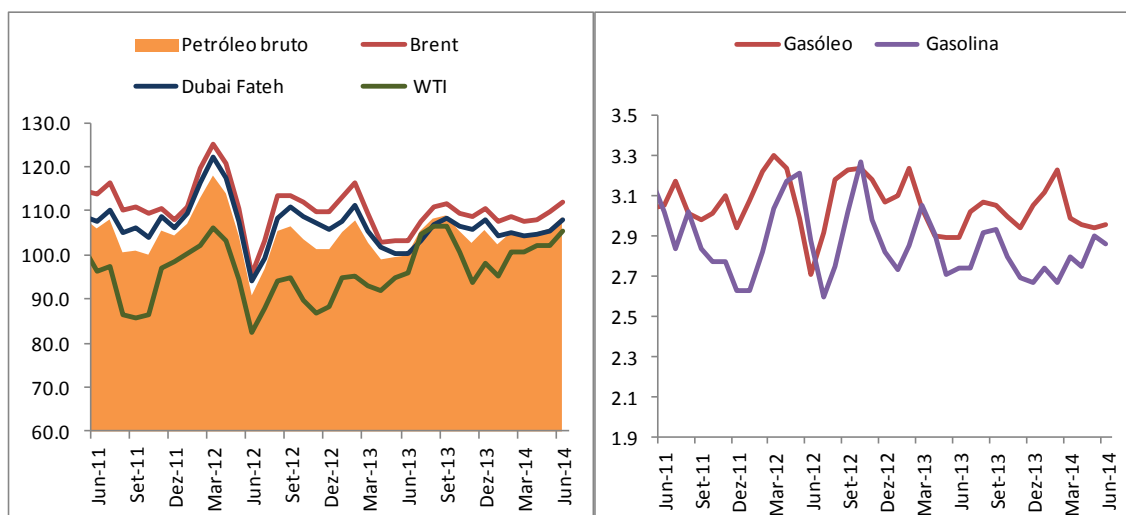
10. O índice de preços dos produtos energéticos e não energéticos, no semestre terminado em Junho de 2014, manteve-se praticamente estável ao aumentar, em termos médios, 0,04% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado deriva da variação positiva no índice dos produtos energéticos (combustíveis (+1,6%)), contrabalançado pela queda de 2,5% no índice dos produtos não energéticos (não combustíveis).

Figura 2 Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas



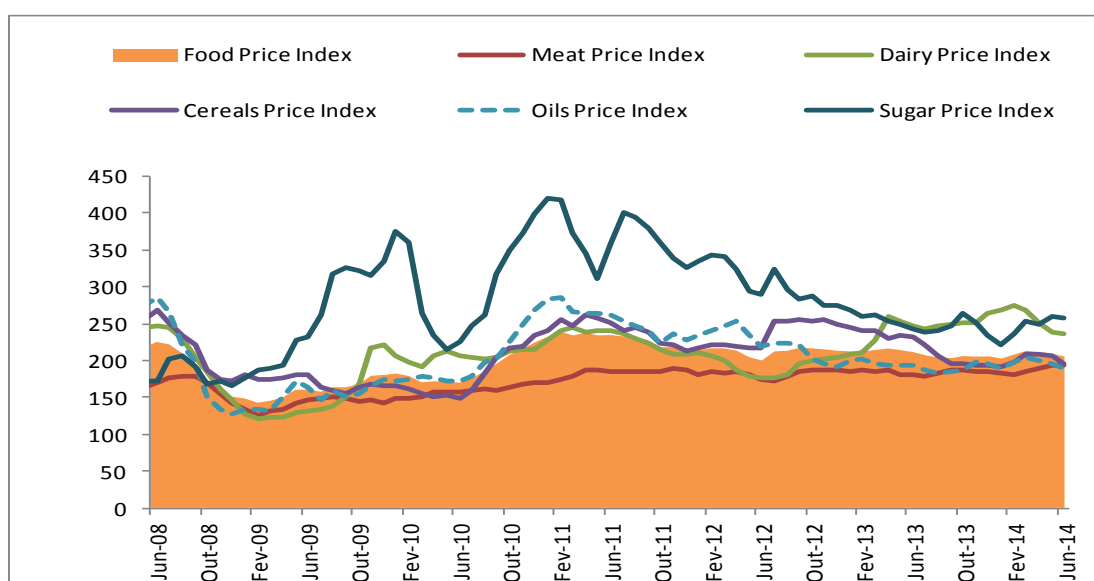
Fonte: Index Mundi

11. Referindo-se aos preços dos produtos que compõem as diferentes componentes do índice global, o preço do petróleo bruto, no período em análise, aumentou 2,8% em termos homólogos. Entretanto, a evolução dos preços do petróleo, tem estado a reflectir, principalmente, choques no lado da oferta e da procura, relacionados com a instabilidade no médio oriente, como também com a dinâmica da actividade na economia mundial.

Figura 3 Evolução de Preços do Petróleo e derivados

Fonte: Index Mundi

12. Quanto aos preços dos produtos alimentares, de acordo com o índice de preços da FAO, no primeiro semestre de 2014, em comparação com o período homólogo de 2013, a variação foi negativa em 2,4%. A evolução nos preços dos cereais (-14,9%), açúcares (-3,6%) e óleos (-0,54%), foi a que mais contribuiu para o resultado homólogo. Os outros produtos apresentam as seguintes variações: derivados de leite (+9,5%) e carne (+2,2%).

Figura 4 Evolução dos Índices de Preços dos Produtos Alimentares

Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)

Estados Unidos de América (EUA)

13. Os dados de conjuntura indicam que a actividade económica nos EUA registou uma queda no primeiro trimestre de 2014. De acordo com as últimas estimativas divulgadas pelo departamento de análises económicas (Bureau of Economic Analysis) o PIB contraiu 2,9 % no primeiro trimestre de 2014, sendo este o pior resultado nos últimos cinco anos.
14. Baseando-se, essencialmente neste facto, o FMI reduziu a sua previsão de crescimento para a economia dos EUA. A nova previsão é que o produto real venha a crescer 1,7% em 2014, reflectindo uma desaceleração em comparação com 2013, quando o crescimento foi de 1,9%.
15. No que se refere a 2015, o FMI é mais optimista ao prever uma taxa de crescimento de 3%. Porem este resultado, fica dependente de um forte aumento no consumo e investimento imobiliário, bem como melhorias nas condições financeiras.
16. Quanto à situação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego recuou para 6,1% em Junho, ante 6,3% em Maio. A nível de preços, a inflação manteve-se estável em Junho, situando-se nos 2,1%. A subida dos preços no consumidor continua a reflectir a evolução dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares.
17. Em termos de política monetária, na reunião de 18 de Junho de 2014, o Comité de Política Monetária, anunciou um corte de USD10 mil milhões no seu programa de compra de activos (passando para USD 35 mil milhões). Com isso, a Reserva Federal dá continuidade aos planos de encerramento do programa de estímulos até final deste ano. No que se refere a taxa de referência dos fundos federais (fed funds) esta manteve-se inalterada, no intervalo [0%-0,25%].

Figura 5 Indicadores Seleccionados EUA

Estados Unidos de América	2013						2014					
	2013	Jan-13	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Jan-14	Fev-14	Mar-14	Abr-14	Mai-14	Jun-14
Taxa de Desemprego (t.v. %)	7.4	7.9	7.6	7.6	7.2	6.7	6.6	6.7	6.7	6.3	6.3	6.1
Inflação Homóloga (t.v. %)	1.5	1.6	1.5	1.8	1.2	1.5	1.6	1.1	1.5	1.9	2.1	2.1
Índice de Produção Industrial (t.v.h %)	2.6	2.1	3.5	2.0	3.2	3.7	2.9	2.8	3.8	3.5	4.3	4.3
Vendas no Comercio a Retalho (t.v.h %)	4.3	4.4	2.8	5.7	3.4	4.1	2.6	1.5	3.8	4.0	4.3	4.3

Fonte: Us Bureau of Economic Analysis, Federal Reserve Bank.
t.v.h. taxa de variação homóloga; t.v. taxa de variação

Zona Euro

18. A economia da Zona Euro está a inverter a tendência de recessão para recuperação. Dados de conjuntura sugerem um crescimento económico de 0,2% no primeiro trimestre do ano, propulsionado, principalmente pelo consumo das famílias.
19. Entretanto, de acordo com o FMI, a Zona Euro vai registar um crescimento económico de 1,1% em 2014, depois de ter contraído 0,4% no ano passado. Neste contexto e sendo este bloco económico responsável por um quinto (1/5) do PIB mundial, a sua recuperação irá influenciar positivamente, não só seus principais parceiros comerciais, mas também compensar a desaceleração de economias emergentes como a China, Brasil e Mexico. Para 2015, o crescimento económico previsto é de 1,5%.
20. Quanto à esfera nominal, a nível de preços, a inflação medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) foi de 0,5% em Junho (valor igual ao registado em Maio). No mercado de trabalho, a taxa de desemprego situa-se abaixo dos 12%.
21. No que respeita às decisões de política monetária, na reunião de 3 de Julho, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as taxas de juro directoras do BCE inalteradas. Deste modo, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situam-se em 0,15%, a taxa referente à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,4% e a relativa à facilidade permanente de depósito em -0,1%.

Figura 6 Indicadores Seleccionados Zona Euro

Zona Euro	2013						2014					
	2013	Jan-13	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Jan-14	Fev-14	Mar-14	Abr-14	Mai-14	Jun-14
Taxa de Desemprego (t.v. %)	12.1	12.0	12.1	12.1	12.2	12.0	11.9	11.9	11.8	11.7	11.6	11.5
Inflação Homóloga (t.v.%)	1.3	2.0	1.7	1.6	1.1	0.8	0.8	0.7	0.5	0.7	0.5	0.5
Sentimento Económico (v.c.s.)	93.4	89.5	90.0	91.3	96.9	100.4	101.0	101.2	102.4	101.9	102.6	102.0
Confiança no Consumidor (s.r.e.)	-18.8	-24.0	-23.5	-18.8	-14.9	-13.6	-11.7	-12.7	-9.3	-8.6	-7.1	-7.5
Confiança na Indústria (s.r.e.)	-9.4	-14.0	-12.5	-11.2	-6.6	-3.4	-3.9	-3.4	-3.3	-3.6	-3.1	-4.3

Fonte: EUROSTAT e Banco de Portugal.

t.v.h. taxa de variação homologa

t.v. taxa de variação

sr.e. saldo das respostas extremas;

Japão

22. A actividade económica no Japão, tem apresentado boa performance, impulsionada pelo consumo privado, pela recuperação das exportações e, por fortes medidas de estímulo

económico. O PIB real do país no primeiro trimestre cresceu 1,6% em relação ao último trimestre de 2013. Os dados divulgados mostram que em relação ao mesmo período do ano passado o crescimento foi de 6,7%.

23. Entretanto, as previsões de crescimento foram revistas em alta tanto para 2014 como para 2015. O FMI prevê que o produto cresça 1,6% e 1,1% em 2014 e 2015, respectivamente (0,2p.p e 0,1p.p acima das perspectivas de Abril, respectivamente).
24. Na esfera nominal, em Junho, a inflação foi de 3,6% ante 3,7% em Maio. A nível do mercado laboral, a taxa do desemprego subiu para 3,7% (após ter-se situado nos 3,5%, em Maio).
25. Do lado monetário, após a reunião do conselho de política monetária, realizada em 15 de Julho, o Banco do Japão decidiu continuar com o seu programa de estímulo à expansão da base monetária.

Países Emergentes e em Desenvolvimento da Ásia

26. O ritmo de crescimento das principais economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia tem vindo a desacelerar, em consequência à procura externa mais fraca e a estímulos monetários e financeiros mais moderados.
27. O FMI reviu em baixa as suas previsões de crescimento económico para este grupo de países. Assim sendo, o produto deverá crescer em média 6,4% em 2014 (ante 6,7 previsto em Abril) e 6,7% em 2015 (0,1p.p abaixo da previsão de Abril).
28. Analisando à performance das diferentes economias que compõem este bloco económico, constata-se que na China o ritmo de crescimento desacelerou. O PIB real, no segundo trimestre cresceu 7,5%, menos 0,2p.p em relação a 2013.
29. Para o final deste ano e do próximo, as previsões do Fundo apontam para um crescimento económico de 7,4% e 7,1% respectivamente. Estes valores situam-se a 0,3p.p e 0,2p.p, abaixo das previsões de anteriores, para 2014 e 2015, respectivamente.

30. Na esfera nominal, a taxa de inflação caiu para 2,3% em Junho (ante 2,1% em Maio), e o desemprego situou-se nos 4,1%.

América Latina e Caraíbas

31. A economia dos países da América Latina e Caraíbas ganhou um certo impulso no final de 2013, mas o crescimento nos primeiros meses de 2014 foi inferior ao esperado. As previsões avançadas pelo FMI indicam que o crescimento será de 2% em 2014 (ante 2,6% em 2013) e 2,6% em 2015. Estes resultados foram revistos em baixa, em 0,5p.p e 0,4p.p para 2014 e 2015, respectivamente, quando comparados com as previsões de Abril, devido a condições financeiras mais restritivas e baixa confiança dos consumidores e das empresas, com impactos negativos no consumo e investimento.
32. No que se refere aos parceiros de Cabo Verde na região, de acordo com o relatório divulgado pelo FMI, o Brasil deverá crescer 1,3% em 2014 e 2% em 2015 (menos 0,5p.p e 0,7p.p que a perspectiva de Abril, respectivamente).
33. Quanto ao nível de preços e mercado de trabalho, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a inflação aumentou 0,2p.p em Junho de 2014, situando-se nos 6,5% enquanto que a taxa de desemprego se situou nos 4,9% em Abril, ante 5% em Março.

África Sub-Sahariana

34. As economias da África Sub-Sahariana, em média, deverão manter a performance registada em 2013, ano em que o crescimento económico médio foi de 5,4%, o que se compara com 3,2% da economia mundial.
35. Na actualização das perspectivas económicas mundiais, o Fundo, considera que a economia da África Sub-Sahariana deverá crescer 5,4% em 2014 e 5,8% em 2015,
36. Estes resultados devem ser sustentados por grandes investimentos nas áreas de exploração de hidrocarbonetos e minérios, transportes e telecomunicação, e uma maior dinâmica na produção agrícola.

37. Entretanto, as perspectivas são robustas, mas estão sujeitas a riscos de deterioração, nos casos de um abrandamento mais do que o previsto em outros mercados emergentes e de condições financeiras mais apertadas.

Figura 7 Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação

	2011	2012	2013	2014	2015
				Projeções	
Variações em percentagem					
PIB REAL					
Economia Mundial	4.0	3.5	3.2	3.4	4.0
Economias Avançadas	1.7	1.4	1.3	1.8	2.4
EUA	1.8	2.8	1.9	1.7	3.0
Zona Euro	1.6	-0.7	-0.4	1.1	1.5
Japão	-0.5	1.4	1.5	1.6	1.1
Outras Economias Avançadas	2.7	2.0	2.3	3.0	3.2
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	6.3	5.1	4.7	4.6	5.2
China	9.3	7.7	7.7	7.4	7.1
Índia	6.6	4.7	5.0	5.4	6.4
Brasil	2.7	1.0	2.5	1.3	2.0
África Sub-Sahariana	5.5	4.0	5.4	5.4	5.8
Índice de Preços no Consumidor (IPC)					
Economias Avançadas	2.7	2.0	1.4	1.6	1.7
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	7.2	6.1	5.9	5.4	5.3

Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais - FMI (WEO Update, Julho de 2014)

1.2. Economia Cabo-verdiana

1.2.1. Crescimento Económico

38. A conjuntura externa, globalmente adversa, tem determinado o comportamento da economia nacional. No que diz respeito ao crescimento para os próximos anos, o país continua a depender da evolução da economia mundial, principalmente das economias pertencentes à Zona Euro.
39. As estimativas até então divulgadas indicam um abrandamento da economia cabo-verdiana em 2013, em relação ao ano anterior².

² A taxa de crescimento do PIB real em 2012 foi de 1,2%, a preços encadeados de 2007, INE.

40. O Ministério das Finanças e do Planeamento estima que o produto interno bruto real (PIB real) tenha crescido 0,7%, em 2013, propulsionado essencialmente pela procura externa líquida ancorada na evolução positiva das exportações – com destaque para as exportações de pescados e serviços ligados ao turismo.
41. Relativamente a 2014, os indicadores económicos de procura e de investimento estão a evidenciar alguma melhoria na dinâmica da actividade económica no primeiro semestre, quando comparado com o mesmo período do ano transacto.
42. Com efeito as exportações e importações de bens, no primeiro semestre de 2014, aumentaram 17,7% e 1,3% respectivamente, evidenciando uma melhoria na procura interna e externa, face ao período homólogo de 2013.
43. Analisando as categorias dos produtos importados, os bens intermédios e de capitais, importantes indicadores do nível de investimento (FBCF), registaram variações em sentido ascendente, tendo aumentando, no primeiro semestre, 4,4% e 45,5%, respectivamente, em termos homólogos.
44. Contudo, face a perspectivas mais optimistas, espera-se para o final deste ano um crescimento entre [2%-3%], propulsionado sobretudo pela evolução da procura externa líquida.

Figura 8 Indicadores Económicos Seleccionados

Taxa de Variação (em %)	2011	2012 E	2013 E	2014 P
PIB Efectivo (PIB Real)	4.0	1.2	0.7	[2-3]
PIB Potencial	3.1	2.9	2.7	2.6
Hiato do Produto (% do PIB real)	1.0	-0.7	-2.7	-2.4
Índice de Preços no Consumidor	4.5	2.5	1.5	[0.2-1.5]

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento

Nota: E-Estimativas; P-Projecções. As estimativas do PIB real de 2012 são do Instituto Nacional de Estatísticas, enquanto as de 2013 e as projecções para 2014 são do Ministério das Finanças e do Planeamento. O PIB potencial foi estimado com recurso ao filtro de Hondrick-Prescott. O hiato do produto é a diferença entre o PIB efectivo e o PIB potencial.

45. Entretanto, os riscos associados a evolução da actividade económica incluem, entre outros, a procura externa, os investimentos públicos e privados (com destaque para a perspectiva de uma maior dinamização do IDE), as transferências privadas (remessas de emigrantes) e

oficiais, a produtividade dos factores nos diferentes sectores, correcção dos balanços das empresas, evolução das condições financeiras e a variação dos preços internacionais e nacionais.

Caixa nº 1: Economia Cabo-verdiana-Estimação do PIB Potencial e do Hiato do Produto

O Produto Interno Bruto (PIB) constitui um dos principais agregados macroeconómicos do país, representando o seu nível de actividade económica. Analiticamente o PIB ou seja o nível da actividade económica pode ser decomposto em duas componentes: a) tendencial (PIB^t) e b) cíclica (PIB^c). Isto é:

$$PIB = PIB^t + PIB^c$$

A componente tendencial, denominada de PIB potencial, representa o nível da actividade económica que pode ser atingido se todos os recursos disponíveis na economia forem utilizados, ou mais realisticamente, sem gerar pressões inflacionistas. A componente cíclica, comumente designada de hiato do produto, consiste na diferença entre o PIB e o PIB potencial e inclui elementos de natureza temporária, reflectindo não apenas a evolução do ciclo económico mas também as flutuações de muito curto prazo.

A estimação do produto potencial e do hiato do produto, para a economia cabo-verdiana, permite não só avaliar a evolução do potencial de crescimento económico como também medir o ciclo económico e identificar alterações no seu ritmo de evolução. Estes indicadores são pertinentes para a análise económica, nomeadamente no que se refere a indicadores estruturais (como, por exemplo, saldo orçamental ajustado das variações cíclicas presumindo que a despesa não seja sensível ao ciclo económico) e a na avaliação de pressões inflacionistas na economia, decorrentes de situações de excesso de procura. Adicionalmente, estes indicadores são utilizados na avaliação da consistência global das projecções para a economia cabo-verdiana.

Não é possível calcular directamente a componente tendencial do PIB, que usualmente na economia designa-se como uma variável não observada, na medida em que mede um fenómeno que não é empiricamente observável. Na prática, a componente é calculada a partir de dados observados utilizando métodos estatísticos ou estruturais. Neste caso, utiliza-se uma metodologia estatística uni-variada que consiste na utilização do filtro HP (*Hodrick –Prescott Filter*), calculando o PIB potencial através de um processo de média móvel bilateral ponderada, subjacente a minimização da seguinte função de perda quadrática:

$$\min \sum_{t=1}^T (PIB_t - PIB_t^t)^2 + \lambda \sum_{t=2}^{T-1} [(PIB_{t+1}^t - PIB_t^t) - (PIB_t^t - PIB_{t-1}^t)]^2$$

Onde PIB_t representa o PIB observado, PIB_t^t representa o PIB potencial, T corresponde ao número de observações e λ é o parâmetro que determina o grau de alisamento da tendência, isto é, as variações na taxa de crescimento do PIB potencial.

Para trabalhos empíricos o valor sugerido para este parâmetro é de $\lambda = 100; 1600$ e 14400 , quando se quer estimar o PIB potencial a partir de uma série histórica anual, trimestral e mensal do PIB observado, respectivamente.

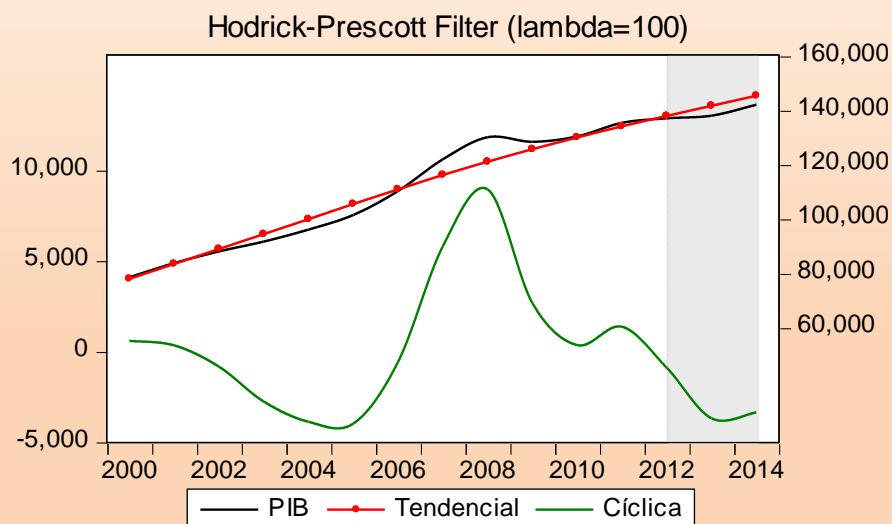
Entretanto, para valores elevados de λ a amplitude do ciclo é maior, ou seja, quando λ aumenta o desvio padrão do hiato do produto aumenta. O inverso acontece para valores inferiores de λ .

Estimação do PIB Potencial e do Hiato do Produto

Para a estimação do PIB potencial e do hiato do produto utilizou-se a série do PIB observado publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas, completado pela estimação e projecções do Ministério das Finanças e do Planeamento. No que se refere ao parâmetro que determina o grau de alisamento da tendência, escolheu-se dois valores:

$\lambda = 100$, uma vez que se trata de uma série histórica anual;

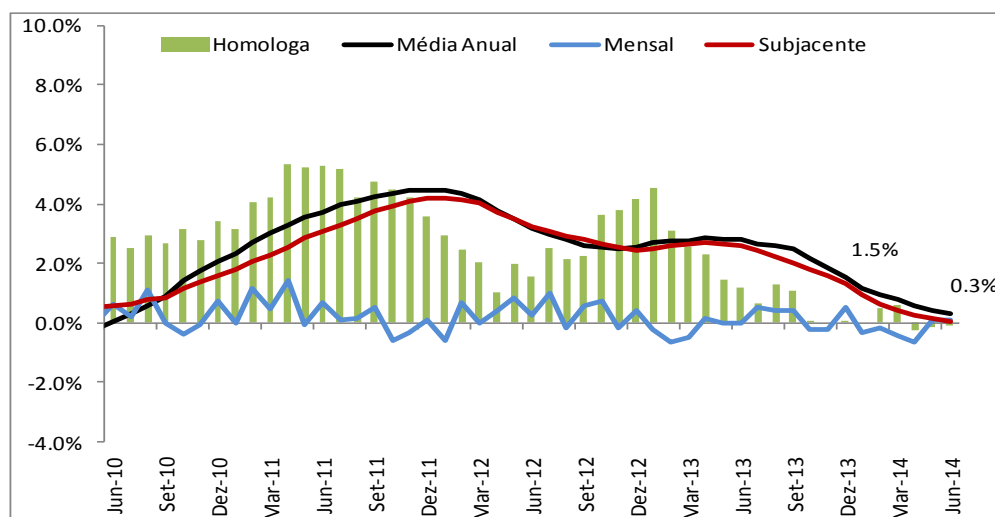
O gráfico abaixo apresenta a evolução do PIB potencial e do hiato do produto quando $\lambda = 100$. Os resultados mostram que entre 2012-2014 o PIB observado encontra-se abaixo do seu potencial, o que determina um hiato do produto negativo. Nos períodos anteriores, verifica-se que o nível da actividade económica superou o seu potencial em 2000-2001 e entre 2007-2011. Para o período 2002-2006, o PIB potencial foi superior ao observado.



1.2.2. Inflação

46. Regista-se uma tendência descendente no nível geral de preços. Em Junho de 2014, a inflação média anual foi de 0,3%, valor abaixo em 0,1p.p e 1,2p.p quando comparado com o mês precedente e final do ano passado, respectivamente. A inflação homóloga situou-se nos -0,1%, aumentando 0,1p.p em relação ao mês anterior. Este resultado reflecte a diminuição de preços nas classes, Hotéis, restaurantes, cafés e similares (C11 (-0,2%)), Ensino (-0,7%), Transportes (C07 (-1,2%)), e Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (C01 (-1,5%)).
47. Quanto as outras categorias de produtos, observou-se variações homólogas positivas nas classes, Bens serviços diversos (C12 (+4,8%)), Saúde (C03 (+1,6%)), Vestuário e calçado (C06 (+1,6%)), Bebidas alcoólicas e tabaco (C02 (+1,5%)), Lazer recreação e cultura (C09 (+1,0%)), Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação (C05 (+0,8%)), e Rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (C04 (+0,7%)).
48. A taxa de inflação excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos (inflação subjacente ou *core inflation*) foi de 0,1%, valor igual ao registado no mês anterior.
49. Para o final do ano, espera-se uma inflação no intervalo [0,2%, 1,5%]. O comportamento esperado dos preços resulta da evolução dos preços das matérias-primas, do aumento da produção interna (energia e produtos alimentares não transformados), bem como a inflação prevista nos principais parceiros do país.

Figura 9 Evolução das taxas de inflação (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

I.2.3. Sector Monetário e Cambial

50. A massa monetária, no primeiro semestre deste ano, de acordo com os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV), cresceu 7,8%, em termos homólogos, e 1% face a Dezembro de 2013, impulsionada pela melhoria da posição externa do país e pelo aumento das necessidades de financiamento interno.
51. A melhoria da posição externa do país deriva principalmente do aumento das reservas internacionais líquidas, não obstante a variação nos activos externos líquidos de curto prazo dos bancos comerciais.
52. Os activos internos líquidos registaram um aumento de 6,6% (em termos homólogos), com o crédito interno líquido e os outros activos líquidos a aumentarem 4,7% e 3,7%, respectivamente.
53. A evolução do crédito interno, decorre da evolução do crédito ao sector público administrativo, não obstante o aumento dos depósitos. Realça-se que o crédito ao governo central cresceu 28,9%, em termos homólogos, e 31%, face a Dezembro de 2013.
54. O crédito à economia, por sua vez, aumentou 1%, face ao período homólogo, mas diminuiu 0,9 em comparação com Dezembro de 2013, devido a deterioração dos balanços das empresas e particulares e uma maior aversão ao risco. O crédito ao sector privado (75% do crédito interno e 99,3% do crédito a economia) evoluiu, quer em termos homólogos quer face a Dezembro, no mesmo sentido e ritmo que o crédito à economia.
55. No que se refere aos passivos monetários, a circulação monetária aumentou em 0,7% face ao mesmo período de 2013 e diminuiu 8,4% quando comparado com Dezembro, enquanto os depósitos à ordem em moeda nacional aumentaram tanto em termos homólogos (15%) quanto em relação a final do ano anterior (7,5%). Estes resultados permitiram que a massa monetária no sentido restrito (M1) aumentasse em 12,6 % em termos homólogos e em 4,8% face a Dezembro.
56. Relativamente aos passivos quase monetários, estes cresceram 5,2% face ao período homólogo e diminuíram em 1% relativamente à Dezembro de 2013. A expansão dos “quase

monetários” em termos homólogos, resulta no essencial das variações dos depósitos a prazo em moeda nacional e dos depósitos dos emigrantes.

57. Os depósitos a prazo em moeda nacional aumentaram em 14,4% e 1%, face ao período homólogo e Dezembro de 2013, respectivamente. Os depósitos dos emigrantes também registaram variações no sentido ascendente (7,1% em termos homólogos e 2,3% face a Dezembro).
58. As reservas internacionais líquidas no final do primeiro semestre aumentaram 8,5% (CVE 4.332,26 milhões) relativamente ao período homólogo, tendo porém diminuído 1,3% em relação a Dezembro de 2013 (cerca de CVE 499,1 milhões). O valor das reservas no período garantiam mais de 4 meses das importações de bens e serviços previstas para 2014.

Figura 10 Evolução dos indicadores monetários e financeiros

Valores em CVE 10 ⁶	Jun-13	Dez-13	Jan-14	Mar-14	Jun-14	Taxa de Variação	Jun-2014/
	Provisórios				Jun-13	Dez-13	
ACTIVO EXTERNO LIQUIDO	30,263.8	35,373.5	35,587.3	37,345.4	33,799.0	11.7%	-4.5%
dq: Banco de Cabo Verde	34,526.8	38,005.6	36,093.4	37,455.8	37,698.6	9.2%	-0.8%
Reservas Internacionais (líquido)	34,815.2	38,279.7	36,368.4	37,696.6	37,780.6	8.5%	-1.3%
Bancos Comerciais	-4,263.1	-2,632.1	-506.1	-110.4	-3,899.6	-8.5%	48.2%
ACTIVO INTERNO LÍQUIDO	97,124.8	100,586.2	100,315.7	100,960.9	103,550.2	6.6%	2.9%
Crédito Interno Líquido	118,575.6	119,960.8	120,258.4	121,395.3	124,203.2	4.7%	3.5%
Crédito líquido ao Sector Público Administrativo	25,585.9	25,190.7	26,097.6	27,212.1	30,321.8	18.5%	20.4%
Crédito ao Governo Central	20,771.4	20,444.5	22,031.5	23,104.1	26,778.1	28.9%	31.0%
Crédito aos Governos Locais	2,326.0	1,591.9	1,598.2	1,540.9	1,502.2	-35.4%	-5.6%
Depósitos (inclui Governos Locais, INPS, IDA)	8,943.1	8,536.8	9,042.4	8,831.1	9,582.0	7.1%	12.2%
Crédito à Economia	92,989.7	94,770.1	94,160.8	94,183.2	93,881.4	1.0%	-0.9%
Crédito ao Sector Privado	92,220.5	94,049.3	93,420.4	93,457.3	93,180.2	1.0%	-0.9%
OUTROS ACTIVOS LÍQUIDOS	-21,450.8	-19,374.6	-19,942.7	-20,434.4	-20,653.0	-3.7%	6.6%
MASSA MONETARIA	127,388.5	135,959.7	135,903.0	138,306.3	137,349.2	7.8%	1.0%
PASSIVOS MONETARIOS	44,348.0	47,661.7	46,801.3	48,313.5	49,956.3	12.6%	4.8%
Moeda em circulação	7,362.8	8,095.5	7,320.0	7,525.8	7,414.0	0.7%	-8.4%
Depósitos à Ordem em M/N	36,985.2	39,566.1	39,481.3	40,787.6	42,542.3	15.0%	7.5%
PASSIVOS QUASE MONETARIOS	83,040.5	88,298.0	89,101.7	89,992.8	87,392.9	5.2%	-1.0%
Depósitos a prazo em M/N	27,591.5	31,271.2	32,256.4	33,330.8	31,570.6	14.4%	1.0%
Depósitos de Emigrantes	41,680.2	43,632.1	43,998.8	44,317.7	44,630.1	7.1%	2.3%

Fonte: Banco de Cabo Verde/Julho de 2014

59. Para o final deste ano a massa monetária deverá, de acordo com o Banco de Cabo Verde (BCV), crescer 5,4% (ante 10,8% em 2013), em sequência ao abrandamento no ritmo de crescimento dos activos externos líquidos.
60. Após terem crescido 26,4% em 2013, os activos externos líquidos crescerão 4,4% este ano, devendo as reservas internacionais garantir 4,9 meses de importação de bens e serviços.
61. Entretanto, o crédito à economia e o crédito ao sector público administrativo deverão crescer 2,5% e 18%, respectivamente.

1.2.4. Sector Externo

62. As contas externas, sobretudo no que se refere a balança comercial e de serviços, demonstram sinais de melhorias, em resultado do aumento das exportações de bens, com destaque aos pescados. Porém, o défice da conta corrente situou-se no primeiro semestre em cerca de 1,3% do PIB programado para 2014, um valor superior ao registado no primeiro semestre de 2013, devido a performance nas balanças de rendimentos e transacções correntes.
63. Quanto a balança comercial e de serviços, as importações de bens e serviços aumentaram em 1,5%, mas foram balanceadas pelo aumento das exportações de bens e serviços.
64. Com efeito, as exportações de bens e serviços aumentaram 5,3% nos primeiros seis meses do ano, em termos homólogos. As exportações de bens registaram um aumento de 33,2%, enquanto que as exportações de serviços diminuíram 3,2%, com destaque para os serviços ligados ao turismo, cujo as exportações caíram 3,4%.
65. As remessas de emigrantes cresceram 13,4% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano precedente, em resultado do aumento das transferências provenientes, sobretudo da zona euro, em particular de Portugal, França, Países Baixos, Luxemburgo e Espanha.

Figura 11 Principais Indicadores da Balança de Pagamentos

Valores em milhões de escudos	2013			2014			T.v.hom. (em %)		
	1º tri	2º tri	1ºSem.	1º tri	2º tri	1ºSem.	1º tri	2º tri	1ºSem.
Balança Corrente	1,612.9	-3,623.8	-2,010.8	-1,124.2	-1,109.6	-2,233.8	-169.7	-69.4	11.1
Balança Comercial e de Serviços	-2,392.1	-7,455.8	-9,847.8	-4,023.4	-4,637.3	-8,660.7	68.2	-37.8	-12.1
Exportações	17,820.1	17,249.7	35,069.8	18,373.7	18,543.9	36,917.6	3.1	7.5	5.3
Bens	4,086.6	4,065.7	8,152.3	5,064.1	5,793.7	10,857.9	23.9	42.5	33.2
Serviços	13,733.4	13,184.0	26,917.5	13,309.6	12,750.2	26,059.7	-3.1	-3.3	-3.2
Dq: Transporte aéreo	2,338.7	2,709.3	5,048.0	2,431.8	2,498.1	4,929.9	4.0	-7.8	-2.3
Viagens de turismo	9,265.7	8,685.0	17,950.7	9,145.3	8,196.5	17,341.7	-1.3	-5.6	-3.4
Importações	-20,212.1	-24,705.5	-44,917.6	-22,397.1	-23,181.2	-45,578.3	10.8	-6.2	1.5
Bens	-14,288.2	-17,973.9	-32,262.1	-16,446.5	-16,905.7	-33,352.2	15.1	-5.9	3.4
Serviços	-5,923.9	-6,731.6	-12,655.5	-5,950.6	-6,275.5	-12,226.2	0.5	-6.8	-3.4
Rendimentos líquidos	-1,011.4	-1,691.7	-2,703.1	-1,889.0	-1,633.0	-3,522.0	86.8	-3.5	30.3
Transferências Correntes	5,016.4	5,523.7	10,540.1	4,788.3	5,160.7	9,949.0	-4.5	-6.6	-5.6
Transferências Oficiais	699.8	1,084.8	1,784.5	975.8	752.8	1,728.6	39.4	-30.6	-3.1
Remessas de Emigrantes	3,148.6	3,200.9	6,349.5	3,448.1	3,754.0	7,202.1	9.5	17.3	13.4
Conta de Capital e de Operações Financeiras	2,448.8	4,942.5	7,391.3	2,013.2	4,348.2	6,361.4	-17.8	-12.0	-13.9
Balança de Capital	126.6	138.8	265.4	385.9	84.0	469.9	204.9	-39.5	77.1
Balança Financeira	2,322.3	4,803.7	7,125.9	1,627.3	4,264.2	5,891.5	-29.9	-11.2	-17.3
Investimento Directo	241.9	367.5	609.4	-753.0	973.7	220.6	-411.3	164.9	-63.8
Erros e Omissões	-2,848.5	-486.4	-3,334.9	-1,480.9	-3,171.0	-4,651.9	-48.0	551.9	39.5
BALANÇA GLOBAL	1,213.2	832.3	2,045.6	-591.9	67.6	-524.3	-148.8	-91.9	-125.6

Fonte: Banco de Cabo Verde/Agosto de 2014

66. Contudo, o quadro das projecções do Banco de Cabo Verde para 2014 aponta que:
- As importações deverão inverter a tendência de queda, em função da procura global e em resultado de algum aumento da produção doméstica (alimentos frescos e electricidade e água geradas através de energias renováveis).
67. Em linha com a recuperação do comércio externo a nível mundial e particularmente da procura externa dirigida à economia cabo-verdiana, as exportações do país deverão manter um crescimento relativamente elevado, suportado pelo significativo aumento das exportações de pescado, forte recuperação das reexportações de combustíveis e contínuo aumento da procura turística;
- O défice da conta corrente deverá registar um ligeiro agravamento em 2014, em relação ao ano precedente.
68. A balança de pagamentos deverá permanecer excedentária e as reservas internacionais líquidas deverão garantir perto de cinco meses das importações de bens e serviços previstas para 2014.

I.3. Finanças Públicas em 2014

I.3.1. Análise Global

69. Nos últimos anos, a política orçamental tem sido direccionada para a adopção de medidas de contenção das despesas públicas desde o arranque da execução orçamental, assegurando, desta forma, a sustentabilidade das finanças públicas no médio e longo prazo. Para atenuar os efeitos da crise, o Governo adoptou medidas anti-cíclicas com o objectivo de fazer face aos impactos negativos da crise internacional sobre a economia Cabo-verdiana.
70. Em consequência, foram considerados logo no início do ano, com a entrada em vigor do Decreto-Lei de execução orçamental (em Janeiro) medidas de contenção/suspensão temporária de algumas despesas totalizando CVE 2.587 milhões:

- Despesa com pessoal no montante de 328 milhões de escudos relativamente a remunerações certas e permanentes;
- Aquisição de bens e serviços no montante de 1,247 milhões de escudos;
- Outras despesas correntes no montante de 356 milhões de escudos;
- Activos não financeiros em 656 milhões de escudos.

71. Na decorrência destas medidas e da execução orçamental provisória até Junho de 2014, o défice orçamental previsto para o final deste ano situa-se em torno dos 8% do PIB programado, 1p.p. abaixo do valor estimado para 2013. Quanto ao saldo corrente primário, este, está previsto em 0,2% do PIB para 2014, ante 1% do PIB no ano anterior. Estes resultados decorrem da reprogramação das receitas e despesas públicas orçamentadas para 2014.
72. O rácio da dívida pública/PIB poderá atingir 107,2% em 2014, 7,3p.p. acima do valor registado em 2013. Este aumento é justificado pela implementação e execução do programa de investimento público em sectores estruturantes do país, financiados maioritariamente por empréstimos externos concessionais.

Figura 12 Principais Indicadores Orçamentais

Valores em milhões de escudos	2012		2013 E		2014 P	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Receita total	36.688	24,3	37.420	24,1	41.552	25,4
Receitas correntes	32.486	21,6	33.629	21,6	36.220	22,1
Impostos	32.486	21,6	27.863	17,9	29.819	18,2
Despesa Total	34.409	22,8	35.669	23,0	40.591	24,8
Despesas correntes	34.262	22,7	35.525	22,9	39.911	24,4
Juros da dívida	2.858	1,9	3.426	2,2	3.957	2,4
Resultado Operacional Bruto	2.279	1,5	1.751	1,1	961	0,6
Activos Não Financeiros	17.742	11,8	15.663	10,1	14.089	8,6
Compra de activos não financeiros	17.744	11,8	15.677	10,1	14.090	8,6
Venda de activos não financeiros	2	0,0	14,3	0,0	1	0,0
Saldo Global	-15.463	-10,3	-13.912	-9,0	-13.128	-8,0
Saldo Corrente	-1.776	-1,2	-1.895	-1,2	-3.691	-2,3
Saldo Global Primário	-12.605	-8,4	-10.486	-6,7	-9.171	-5,6
Saldo Corrente Primário	1.081	0,7	1.531	1,0	266	0,2
Dívida Pública	136.938	90,9	155.129	99,9	175.500	107,2
PIB Nominal	150.724	100,0	155.359	100,0	163.659	100,0

E- Estimativa; P- Previsão

Fonte: MFP

Caixa nº 2: Programa de infraestruturas

No quadro do processo de graduação, implementou-se um importante programa de investimento público, visando a infra-estruturação do país, baseado em capital intensivo, objectivando criar factores de competitividade e criando condições para um empoderamento do sector privado e recomposição dos mecanismos de financiamento da economia.

O Programa de Infra-estruturação do país, suportado por fortes Investimentos Públicos, impunha o aproveitamento de uma janela de oportunidades para a infra-estruturação do país a custos concessionais. Convém aqui destacar o engajamento dos parceiros e aprovação desta estratégia por instituições como o FMI, a título de exemplo. Por outro lado, esta janela constituiu uma via fundamental e sustentável na adopção de medidas anti-cíclicas para contrariar os impactos da crise internacional na economia cabo-verdiana, patentes nos resultados das contas nacionais para o período 2009-2012. Estas demonstraram que tais medidas anti-cíclicas foram oportunamente implementadas e impediram que a economia do país mergulhasse numa onda recessiva sem precedentes.

Os encaixes do endividamento externo foram canalizados para a construção de infra-estruturas importantes para o país, com elevado retorno social esperado a médio e longo prazos e com efeito indutor no investimento do sector privado, aumentando a competitividade da economia, designadamente em áreas como as infra-estruturas, a agricultura, as reformas institucionais, a energia para além da habitação social.

É inquestionável seguro que o processo de infra-estruturação coloca Cabo Verde num patamar vantajoso em termos comparativos e competitivos para aproveitar as oportunidades que surgirão no pós crise, atrair investimentos para o país e criar as bases para o novo paradigma de desenvolvimento do país.

Para este desiderato, faz parte da estratégia, a adopção de um modelo eficiente de gestão das infra-estruturas por forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia.

Em suma, considerando as características dos investimentos realizados e do portfólio da dívida e atendendo à estratégia do Governo, espera-se que os resultados se traduzam num crescimento económico robusto, garantindo, assim, a sustentabilidade da dívida pública.

1.3.2. Análise das Receitas

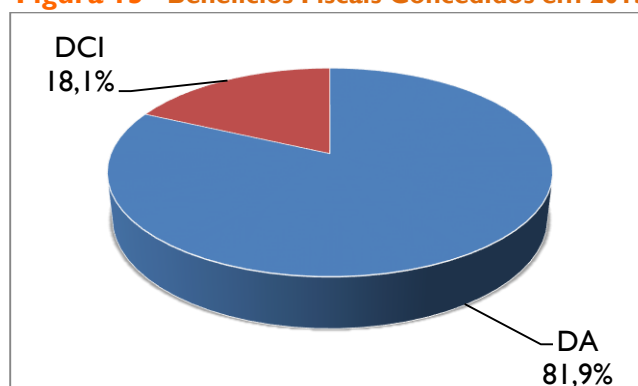
73. As receitas totais excluindo venda de activos não financeiros, estimadas para 2014, deverão atingir 25,4% do PIB, uma variação positiva de 1,3p.p do PIB face 2013, devido ao aumento de rácio donativos/PIB em cerca de 1,0 p.p., bem como ao aumento na arrecadação dos impostos, com destaque aos impostos sobre o rendimento, sobre transacções internacionais e sobre valor acrescentado, face ao período homólogo.
74. Em 2014, os Impostos deverão registar um aumento de 0.3p.p. do PIB face ao ano transacto, como resultado do aumento em todas as categorias. Por categoria, de acordo com projecções para 2014, prevê-se que os impostos sobre o rendimento e sobre valor acrescentado, venham a dar maior contributo para o crescimento da receita fiscal face ao ano anterior.

75. Nesta sequência, estima-se que a receita total deverá situar-se em torno de 41.552 milhões ECV no final do ano 2014, representando um acréscimo de 4.132 milhões de ECV, essencialmente devido a evolução positiva dos impostos em 1.956 milhões de ECV e das outras receitas em 627 milhões de ECV.

I.3.3. Benefícios Fiscais concedidos (triénio 2010 a 2013)

76. No ano 2013, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado ascendeu o montante de 3.259,4 milhões de ECV, dos quais 81,9% concedidos pela Direcção das Alfandegas - DA e 18,1% concedidos pela Direcção das Contribuições e Impostos - DCI.

Figura 13 Benefícios Fiscais Concedidos em 2013



Fonte: DNRE – MFP

77. O montante dos benefícios fiscais concedidos corresponde a 11,7% das receitas fiscais cobradas nesse ano e 2,0% do PIB. Em termos absolutos registou-se um decréscimo de 1.889,4 milhões de ECV em relação ao ano de 2012.

Figura 14 Evolução dos Benefícios Fiscais no Triénio 2011 a 2013

(em milhões de ECV)

Designação	Em milhões de escudos			Taxa de Crescimento %	
	2011	2012	2013	2012/2011	2013/2012
DA	4.504,4	4.363,9	2.670,1	-3,1%	-38,8%
DCI	631,9	784,9	589,2	24,2%	-24,9%
Total	5.136,3	5.148,8	3.259,4	0,2%	-36,7%

Fonte: DNRE – MFP

78. No ano de 2013 o número de empresas com direito a benefícios fiscais, em sede do IUR – PC, ascendeu a 113 unidades. O montante dos benefícios fiscais auferidos por essas empresas rondou o montante de 589,2 milhões de ECV, menos 195,7 milhões de ECV do que em 2012, equivalendo, respectivamente, a 15,5% e a 2,1% do total do IUR – Pessoas Colectivas arrecadado em 2013 e da totalidade das receitas fiscais arrecadadas nesse mesmo período.
79. Esse decréscimo pode ser justificado, por um lado, pela diminuição do número de empresas beneficiárias de incentivos fiscais e, por outro, pelo aumento das empresas com resultado negativo, sendo de destacar o sector do turismo que registou um decréscimo, comparativamente ao ano de 2012 na ordem dos 412,3 milhões de ECV.

Figura 15 Comparação BF's com IUR-PC/Total Receitas Fiscais
(em milhões de ECV)



Fonte: DNRE – MFP

80. Das 113 empresas beneficiárias de incentivos fiscais, 38,9% apresentaram resultados positivos, 38,1% apresentaram resultados negativos e 20,4% não fizeram a entrega da contabilidade à Administração Fiscal, nos termos do artigo 59º do Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento – RIUR.
81. A situação de não declaração das empresas que gozam de benefícios fiscais, vem sendo uma prática recorrente e o número de empresas nesta situação vem aumento a cada ano, pelo que conforme previsto no artigo 10º do Código de Benefícios Fiscais, poderá originar impedimento, suspensão, ou mesmo a extinção, da fruição dos benefícios concedidos.

82. Das 113 empresas identificadas, 55 pertencem ao sector do turismo, 35 ao sector da indústria, e 5 ao sector financeiro (IFI's). As restantes 18 empresas pertencem a diversos sectores, designadamente: educação, loja franca, pesca, saúde, entre outros.

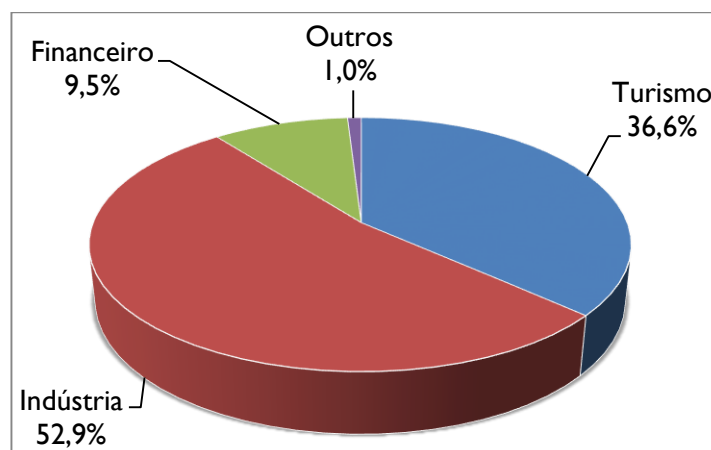
Figura 16 Empresas com Benefícios Fiscais por Sector de Actividade

Sector	N.º de Empresas	% Total
Turismo	55	48,7%
Indústria	35	31,0%
Financeiro	5	4,4%
Outros	18	15,9%
Total	113	100,0%

Fonte: DNRE – MFP

83. No que tange à absorção dos benefícios fiscais, por sector de actividade, a situação é a seguinte:

Figura 17 Benefícios Fiscais por Sector de Actividade (%)

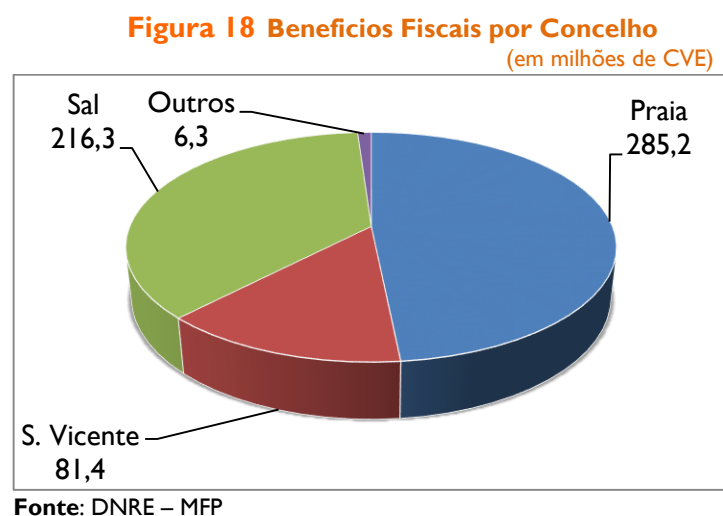


Fonte: DNRE – MFP

84. Pela leitura do gráfico acima, o sector da indústria é aquele com maior peso em termos de absorção de benefícios fiscais, tendo no ano de 2013 absorvido cerca de 52,9% dos benefícios fiscais concedidos. Os sectores do turismo e financeiro absorveram 36,6% e 9,5%, respectivamente, sendo os restantes 1,0% absorvido por outros sectores.
85. Importa salientar que no ano de 2013, à excepção do sector do turismo, que registou uma diminuição drástica na absorção dos benefícios fiscais, os restantes sectores registaram-se um aumento e não obstante o sector da indústria tenha registado uma redução de 38 para 35 empresas beneficiárias, os benefícios fiscais absorvidos neste

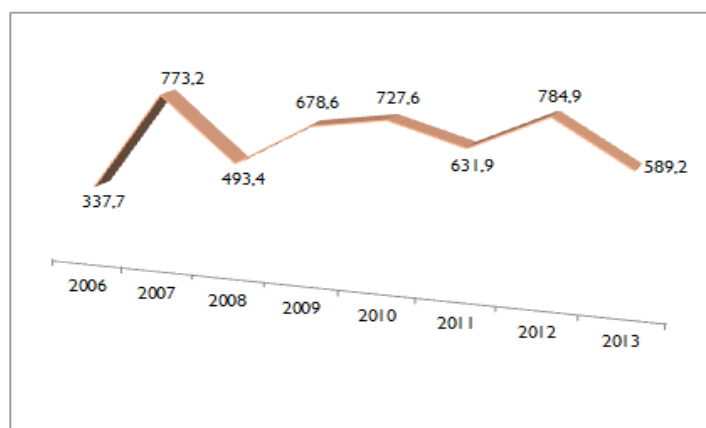
sector registaram um aumento de 35,2, comparativamente ao ano de 2012.

86. Relativamente à distribuição dos incentivos fiscais, pelos diversos Concelhos do país, a situação é a seguinte:



87. Contrariando a tendência dos anos anteriores, o Concelho do Sal deixou de liderar o ranking dos Concelhos que mais benefícios fiscais absorvem, lugar que passou a ser ocupado pelo Concelho da Praia que absorveu cerca de 285,2 milhões de ECV do total dos benefícios fiscais concedidos, representando um aumento de 190,6 milhões de ECV.
88. O Concelho de S. Vicente também assinalou comportamento semelhante tendo registado um acréscimo de 17,8 milhões de ECV.
89. O Concelho do Sal registou-se uma queda bastante considerável em termos de benefícios fiscais absorvidos, tendo absorvido em 2013 menos 404,1 milhões de ECV, comparativamente ao ano de 2012.
90. Os restantes Concelhos registaram-se o mesmo montante absorvido em 2012, ou seja 6,3 milhões de ECV.
91. O gráfico que se segue, reflecte a evolução dos benefícios fiscais concedidos pela DCI no período de 2006 a 2013:

Figura 19 Evolução dos Benefícios de 2006 a 2013
(em milhões de ECV)



Fonte: DNRE – MFP

92. Como se observa no gráfico acima, a evolução dos benefícios no período de 2006 a 2013 tem seguido uma tendência de crescimento, período durante o qual verificamos queda “apenas” nos anos de 2008, 2011 e 2013.
93. Em 2013, o montante dos benefícios fiscais concedidos pela DA foi de 2.670,1 milhões de ECV, correspondendo, respectivamente, a 9,3% e 17,9% do total das receitas fiscais arrecadadas e das arrecadadas pela DA no mesmo período.
94. Como pode-se observar no quadro que se segue, os benefícios fiscais em sede aduaneira registaram-se uma diminuição de 1.693,8 milhões de ECV em relação ao ano anterior, com destaque para o Concelho da Praia cujo decréscimo foi na ordem de 1.181,5 milhões de ECV. Este decréscimo é justificado pela entrada em vigor do novo Código de Benefícios Fiscais, bem como maior rigor imprimido na concessão dos incentivos fiscais.

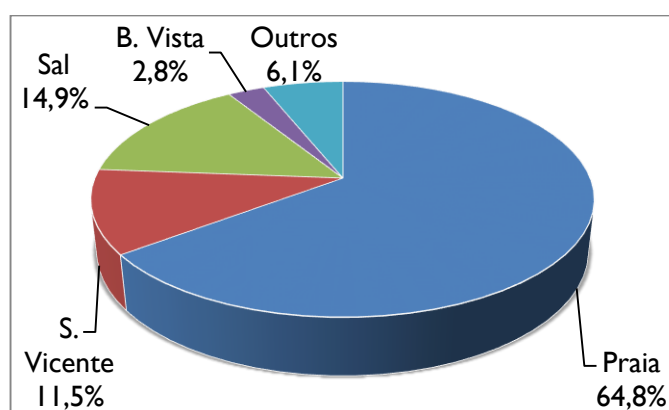
Figura 20 Renúncia de Receitas Aduaneiras de 2011 a 2013
(em milhões de ECV)

Concelho	Em milhões de escudos			Taxa de crescimento	
	2011	2012	2013	2011/2010	2012/2011
Praia	2.696,1	2.826,3	1.644,8	4,8%	-41,8%
S.Vicente	480,7	501,6	371,7	4,3%	-25,9%
Sal	657,7	649,0	338,0	-1,3%	-47,9%
B. Vista	397,2	120,7	114,2	-69,6%	-5,4%
Outros	272,8	266,3	201,4	-2,4%	-24,4%
Total	4.504,4	4.363,9	2.670,1	-3,1%	-38,8%

Fonte: DNRE – MFP

95. No que tange à absorção dos benefícios fiscais, por sector de actividade a situação é a seguinte:

Figura 21 Benefícios fiscais por Concelho



Fonte: DNRE – MFP

96. Pela leitura do gráfico acima, o Concelho da Praia representa mais de metade da receita renunciada, seguindo-se os Concelhos do Sal, de S. Vicente e de B. Vista.

1.3.4. Análise das Despesas

97. De acordo com a execução do primeiro semestre de 2014, prevê-se que total de execução no final do ano venha atingir 54,681 milhões de escudos (Despesas com 40.591 e Activos Não financeiros com 14.090 milhões de escudos), o que representa 33,4% do PIB (2014) contra 33,0% PIB em 2013. Do total da estimativa da execução da despesa, em percentagem do PIB, 20,4% foram canalizados para despesa do funcionamento do Estado e 13,0% para despesa de Investimento Público.
98. Em termos nominais, o acréscimo estimado na despesa com pessoal de 10,1%, no orçamento de funcionamento, resulta principalmente da conjugação dos seguintes factores:
- Impacto do descongelamento dos recrutamentos previstos (resolução n° 9/2014 de 12 de Fevereiro, resolução n°14/2014 de 28 de Fevereiro, resolução n° 52/2014 e n°53/2014 de 3 de Julho),
 - Transferência do pessoal de outros serviços para pessoal contratado nos termos da Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2014,

- Pela contratação de novos professores para o ano lectivo 2013/2014, Evolução na carreira do pessoal docente e recrutamento para o sector da Saúde e da Policia Nacional e da Policia Judiciara
- Pagamento de retroactivos devido a evolução na carreira dos quadros da função pública, cumprindo o Acórdão do Tribunal.

99. Perspectiva-se um aumento de 7,3% nas aquisições de bens e serviços devido ao aumento do preço dos combustíveis, da energia e água, incluindo os efeitos do IVA.

100. O acréscimo de 15,5% nos juros e outros encargos da dívida, advém de aumento dos juros quer do lado interno quer do lado externo, tendo maior expressão do lado deste último. O aumento em 23% dos juros externos deriva de novos desembolsos no âmbito da execução dos projectos em curso. Do lado interno, o aumento de juros incluindo outros encargos de 9,4% é justificado, pelas emissões programadas, mas também por emissões extraordinárias objectivando as necessidades pontuais de tesouraria.

101. No que se refere aos subsídios, perspectiva-se um aumento de 68,5% em 2014 em termos absoluto passou de 101 para 170 milhões de ECV, justificado principalmente pela atribuição de subsídios a linhas Marítima.

102. Estima-se um aumento das outras despesas de 0,3% e a despesa com benefícios sociais deverá diminuir 3,6% em 2014.

I.3.5. Programa de Investimento Público

103. Prevê-se que o Programa de Investimento Público em finais de 2014, atingirá uma execução de 21,305 milhões de ECV, de acordo com a projecção feita com base nos dados de execução até o 1º Semestre de 2014, o que representará 13,0% do PIB.

104. No que se refere ao financiamento de investimento público, estima-se que 79,1% serão financiados com recursos externos e 20,9% financiamento interno.

- 105.** Quanto a previsão da execução da Ajuda Orçamental Empréstimos e Donativos, estima-se que o total da execução rondará os 3,568 milhões de ECV, sendo que a Ajuda Orçamental Empréstimos atingirá o montante 2,429 milhões de ECV, que corresponde a uma diminuição de 11,9% face a execução de 2013, e a Ajuda Orçamental Donativo estima-se uma diminuição de 5%, situando-se a volta 1,139 milhões de escudos.
- 106.** Estima-se que as despesas com pessoal no âmbito do PIP situarão a volta de 1,673 milhões de ECV, um aumento em relação a execução de 2013 de 11,1%, as despesas de aquisição de bens e serviços a volta de 3,746 milhões de ECV, um aumento de 93,9% em relação a execução de 2013, as transferências correntes rondarão os 536 milhões de ECV, os benefícios sociais atingirão o montante de 223 milhões de ECV, as outras despesas correntes deverão rondar os 458 milhões de ECV e as transferências de capital situarão a volta de 680 milhões de ECV. Os activos não financeiros atingirão um montante de execução a volta dos 13.971 milhões de ECV, menos 10,6% em relação ao executado em 2013.
- 107.** Em relação a previsão de execução por Eixos Estratégicos estabelecidos no quadro do DECRP III, prevê-se que o Eixo de Infra-estruturação atingirá uma execução a volta dos 99,4% do total orçamentado para o Eixo, o que representa 59,1% do total da previsão da execução em 2014 para o PIP, o Eixo de Boa Governação representando (83,6%) 19,3% do total da previsão da execução em 2014 para o PIP, o Eixo de Capital Humano (98,3%) ou seja 14,1% do total da previsão da execução em 2014 para o PIP, o Eixo de Reforço do Sector Privado representando (95%) 7,3% do total da previsão da execução em 2014 para o PIP, e o Eixo de Afirmar a Nação Global ficará a volta dos (0,2%) do total do previsto e 93% do total da previsão da execução do PIP em 2014.

1.3.6. Financiamento

- 108.** O financiamento do défice de 13.128 milhões de ECV estimados, para o final do ano, ficará na sua maioria a cargo do endividamento externo. No entanto, até Junho de 2014, o Tesouro recorreu ao endividamento interno, emitindo títulos da dívida pública, para suprir as necessidades de tesouraria de curto prazo e financiar as contrapartidas nacionais no quadro do programa de investimento público. Em termos de variação homóloga o crédito interno líquido ao Governo e à Economia registou uma variação de

4,7% justificada de grosso modo pelo aumento do financiamento interno ao Governo Central em 28,9%.

I.3.7. Dívida Pública

109. Para o ano de 2014 prevê-se que o stock do Governo Central, excluindo Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, totalize 175.500,3 milhões de ECV contra 155.129,0 milhões de ECV do ano de 2013, o que representará uma variação positiva de 13,1%, derivado da necessidade de consolidar os projectos estruturantes em curso e fazer face a necessidade de tesouraria de curto prazo e reestruturação das Empresas Participadas do Estado. A dívida em percentagem do PIB aumentará 7,3p.p. face ao ano anterior, esta situar-se-á em 107,2 % do PIB contra 99,9% registado em 2013. Entretanto, convém salientar que, embora a dívida em percentagem do PIB estimado para o ano de 2014 atinja valores superiores à 100%, encontra-se dentro dos parâmetros de sustentabilidade de acordo com a análise de sustentabilidade feita em conjunto com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Figura 22 Principais Indicadores Orçamentais

	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %		em % do PIB		
	2012	2013	2014 P	2012 / 2013	2013 / 2014	2012	2013	2014
Dívida Pública	136.938,1	155.129,0	175.500,3	13,3%	13,1%	90,9%	99,9%	107,2%
Dívida Interna	34.525,5	37.167,5	41.391,0	7,7%	11,4%	22,9%	23,9%	25,3%
Dívida Externa	102.412,6	117.961,5	134.109,2	15,2%	13,7%	67,9%	75,9%	81,9%
Varição em valores absolutos		18.190,9	20.371,3					
Dívida Interna		2.642,0	4.223,6					
Dívida Externa		15.548,9	16.147,7					

Fonte: MFP

I.3.7.1. Dívida Interna

110. Os recursos do endividamento interno, resultam de sessões de leilões de Títulos de Tesouro, Bilhetes de Tesouros e Obrigações de Tesouro, ambos emitidos no mercado primário, em lances competitivos e não competitivos. Nos lances competitivos participam as Instituições Autorizadas e nos não competitivos os pequenos investidores (Famílias, Empresas, Emigrantes residentes na diáspora e de entre outros). As emissões são feitas com base numa análise prévia e continua das necessidades de Tesouraria do

Estado e numa estreita concertação com o Banco Central, primando assim para uma coordenação forte entre a política orçamental e monetária.

- 111. Em termos de Stock este situou-se em 2012 em 34.525,5 milhões de ECV, tendo passado para 37.167,5 milhões de ECV em 2013, representando um aumento de 7,7%, ou seja cerca de 2.642 milhões de ECV em termos absolutos. Em termos previsionais em 2014, o stock deverá atingir 41.391 milhões de ECV, o que representa um aumento de 1,4 p.p em relação ao período homólogo, tendo em conta o rácio dívida/PIB.
- 112. Em termos de participantes do mercado, até o primeiro semestre de 2014, ao contrário do período homólogo, as Instituições Financeiras passam a deter a maior parcela da Dívida Interna do Governo Central, seguido das Instituições não Financeiras. Importa frisar que continuamos a ter participações de particulares no mercado primário em lances não competitivos e transacções no mercado secundário. Procurou-se no quadro da reforma estruturar-se a curva de rendimentos, pelo que, passou-se a emitir títulos fungíveis e à taxa prefixada. Almeja-se, até o final deste ano, materializar-se o projecto segunda fase de mercado de títulos de dívida pública que consiste na possibilidade de subscrição de títulos de tesouro via ATM, *Homebanking*, Website e Telemóveis.
- 113. No final de Junho de 2014, o Stock da Dívida Interna era composto em 86,7% por Obrigações, 9,2% por Bilhetes do Tesouro e os restantes 4,1% por outros créditos. No período em referência a procura nos leilões demonstram a apetência do mercado por títulos de curto prazos, contudo, prevê-se que até o final de 2014 esta estrutura não venha a ter grandes alterações.

1.3.7.2. Dívida externa

- 114. Nos últimos 5 anos o stock da dívida externa, registou um aumento não negligenciável, explicado pela necessidade de consolidação dos programas de investimentos delineados no quadro da agenda de transformação económica e previamente concertado com todos os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Neste sentido, para tal contratou-se empréstimos junto de credores bilaterais, multilaterais e comerciais que foram canalizados para projectos estruturantes e com efeito multiplicador no crescimento económico, tais como, infraestruturas portuárias e rodoviárias, agricultura, saúde, redução da pobreza e desigualdade social, água e saneamento e habitação social. Infra-estruturas essas que geram externalidades positivas e efeito em cadeia tanto a jusante (*backward linkages*) como a montante (*forward linkages*) na economia, promovendo assim o efeito “*crowding in*” (aumento do investimento privado, melhorias da produtividade, maior retorno e melhoria na competitividade do país).

115. A porção referente à dívida externa do Governo Central atingiu em 2013 o montante 117.961,5 milhões de CVE, porém importa frisar, que parte desse aumento advém, por um lado, de projectos desembolsados em 2014 no valor de 2.139,95 milhões de CVE e registados no ano anterior cumprindo o Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2014, por outro, devido ao financiamento obtido junto de Angola em Dezembro de 2013 no valor de 1.102,65 milhões de CVE sob a forma de *Bridge Loan*.
116. Para o final de 2014, prevê-se que atinja o valor 134.109,2 milhões de CVE, o que representará uma taxa de crescimento de 13,7%. Em termos da relação dívida e PIB este aumentou em 6.0 p.p. em relação a 2013.
117. O Stock da dívida externa é composto maioritariamente por empréstimos contratados junto de credores multilaterais, que representou 46,7% do stock de 2013. O portfólio da dívida externa é constituído em cerca de 91,8% por empréstimos contratados em termos concessionais, incluindo os empréstimos contratados junto de credores comerciais que são bonificados pelo Governo Português, o que vai ao encontro com estratégia da dívida.
118. A dívida externa, ela é constituída exclusivamente por dívida de longo prazo, sendo a média da maturidade remanescente em 2013 de 23 anos.

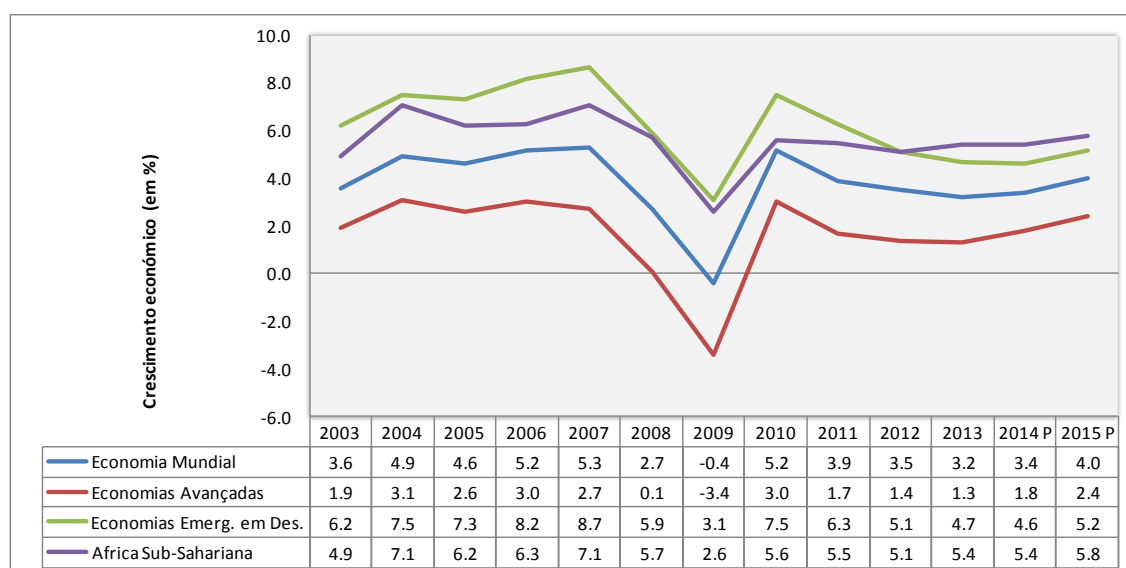
119. Em termos de composição por moedas, o portfólio da dívida externa do Governo Central de Cabo Verde possui um leque de catorze moedas, sendo as mais representativas, o Euro, representando em 2013 60,5% do total, seguido de SDR em 22,2% e o USD em 7,4%.
120. No que tange ao serviço da dívida, este situou-se em 2013 no valor de 3.218,1 milhões de CVE, sendo 1.811,3 milhões de CVE de capital e 1.406,8 milhões de CVE por juros. Na sua relação com o PIB este situou-se em 2013 em cerca de 2,1%, sendo, 1,2% para as amortizações e 0,9% para os juros. Relativamente ao rácio do serviço da dívida externa/exportação, este, situou-se em 2013 em cerca de 15%, a um nível inferior em relação ao limite de 25%, utilizado pelo FMI na avaliação dos países membros com baixo rendimento, demonstrando que o país se encontra numa posição confortável no que se refere ao montante de divisa conseguido através de exportações, para fazer face às suas obrigações contractuais ao nível de empréstimos externos.

II. PERSPECTIVAS PARA 2015

2.1. Enquadramento Internacional

121. O enquadramento externo da economia nacional, tem vindo a registar algumas melhorias, com a recuperação na Zona Euro a tornar-se mais evidente, devendo o seu produto crescer 1,5% em 2015 (ante 1,1% em 2014).
122. As perspectivas económicas mundiais do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em Julho de 2014, apontam que a actividade económica global em 2015 deverá registar um crescimento superior em 0,6p.p. em relação ao ano anterior.
123. Entretanto, o melhor desempenho da actividade económica mundial e na Zona Euro, deverá favorecer as exportações nacionais e o financiamento da economia, nomeadamente no que se refere as remessas dos emigrantes.

Figura 23 Crescimento do PIB por Grupo de Países



Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais - FMI (WEO Update, Julho de 2014)

2.2. Perspectivas Económicas Nacionais para 2015

124. As perspectivas para a economia cabo-verdiana para o próximo ano estarão invariavelmente condicionadas pela evolução da conjuntura externa. A política orçamental tem-se posicionado como principal instrumento de estímulo a actividade económica no

país. Tendo em conta uma margem fiscal relativamente reduzida, é tempo de se pensar em outros instrumentos passíveis de serem utilizados para estimular a economia, de acordo com as suas características. Recorda-se que a conjuntura tem sido marcada por elevada aversão das instituições bancárias ao risco, bem como a deterioração dos balanços das empresas e das famílias e, por conseguinte, condições financeiras restritivas.

125. Neste quadro, as políticas públicas cabo-verdianas deverão estar orientadas, no curto e médio-prazos, para garantia do bom funcionamento do sistema bancário e reverter o sentimento dos consumidores e das empresas, com o intuito de promover uma maior dinâmica na economia, num contexto de continuidade da estabilidade macroeconómica.
126. No que se refere à política orçamental, o Orçamento de Estado (OE), para 2015, orienta-se pela contenção/optimização das despesas públicas, por forma a dar continuidade ao processo de consolidação orçamental em curso e libertar um excedente corrente primário para co-financiar os programas de investimento inscritos no quadro do DECRP III.
127. O sucesso das reformas do sector tributário desempenhará um papel crucial no garante da sustentabilidade das finanças públicas, na medida em que determinará a capacidade endógena de geração de receitas do país, para fazer face aos compromissos do Estado, em alternativa à progressiva redução da ajuda pública ao desenvolvimento, na forma de empréstimos externos concessionais e donativos ao país.
128. O programa de investimento público prioriza os projectos com maior factor multiplicador na economia, principalmente programas do sector primário, ancorados numa abordagem integradora, de coesão social e de economias solidária e criativa, visando, por um lado, expandir e consolidar a base produtiva da economia, aumentar a produtividade e melhorar a competitividade, e, por outro, reduzir o nível de pobreza e a taxa de desemprego (em particular, entre os jovens e as mulheres).
129. Entretanto, considerando que as condições quer em termos de oportunidades de negócio, quer em termos de ambiente de negócios, estão razoavelmente criadas para um gradual empoderamento do sector privado, uma melhoria mais robusta na dinâmica da actividade económica requer também uma participação mais activa deste sector.

2.2.1. Crescimento Económico

130. Com base nas projecções internas e de crescimento dos principais parceiros, da inflação e no pressuposto da manutenção/reforço das medidas de políticas em curso, perspectiva-se que o produto interno bruto deva crescer entre [3-4] em 2015. O desempenho económico em 2015 estará condicionado por um conjunto de factores que incluem, entre outros, a procura externa, os investimentos públicos e privados (com destaque para a perspectiva de uma maior dinamização do IDE), as transferências privadas (remessas de emigrantes) e oficiais, a produtividade dos factores nos diferentes sectores, o acesso ao crédito e a variação dos preços internacionais e nacionais.
131. Contudo, um eventual agravamento da situação económica internacional poderá trazer impactos negativos para a economia cabo-verdiana tanto ainda em 2014, como também em 2015, dada a sua grande vulnerabilidade face ao exterior, exigindo do governo a criação de condições para mitigação dos impactos de choques externos negativos.

2.2.2. Inflação

132. Desenvolvimentos recentes e as previsões do Ministério das Finanças e do Planeamento apontam para uma inflação no intervalo [0,2%-1,5%] em 2014 e [1%-2,5%] em 2015, tendo em consideração a evolução dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas. Acrescentando a este factor perspectiva-se que o aumento da produtividade nacional ao nível do sector primário, na sequência dos investimentos realizados e do nível de pluviosidade registado durante a época das chuvas contribua de forma significativa para a moderação da inflação.

2.2.3. Sector Monetário e Cambial

133. O Banco de Cabo Verde tem optado por uma orientação de política monetária mais acomodatória, em linha com a evolução da situação monetária e financeira do país.
134. Neste contexto, o BCV alterou o mecanismo de leilões de Títulos de Regularização Monetária (TRM) passando a ser emitidos à taxa flexível, sendo a taxa directora o referencial de juro máximo aceite nas emissões dos títulos de curto prazo. O Banco Central procedeu ainda, dentre outros, à redução da taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez de 3,5% para 1% e da taxa directora de 5,25% para 4,25%. Porém o impacto destas

medidas está condicionado pelas características intrínsecas ao mercado monetário em Cabo Verde.

135. Quanto a perspectivas para 2015, acredita-se que o BCV mantenha inalterado o seu objectivo de política monetária e cambial, continuando a pautar-se pela preservação do regime cambial e pelo objectivo da estabilidade de preços.

2.2.4. Sector Externo

136. Relativamente a envolvente externa para 2015, espera-se, com a melhoria na dinâmica da actividade económica a nível mundial, um aumento da procura externa dirigida a economia nacional.
137. Assim as exportações de pescados e serviços ligados ao turismo deverão evoluir em função da retoma nos diferentes mercados europeus, particularmente os da Zona Euro.
138. Entretanto, as contas externas serão afectadas pelos desenvolvimentos da conjuntura económica- financeira, tais como o ajustamento dos balanços dos sectores publico e privado, a evolução das condições financeiras, em consequência ao afrouxamento da política monetária, bem como a dinâmica da actividade económica.

2.3. Política e estratégia de Consolidação Orçamental: Medidas Sectoriais e Transversais

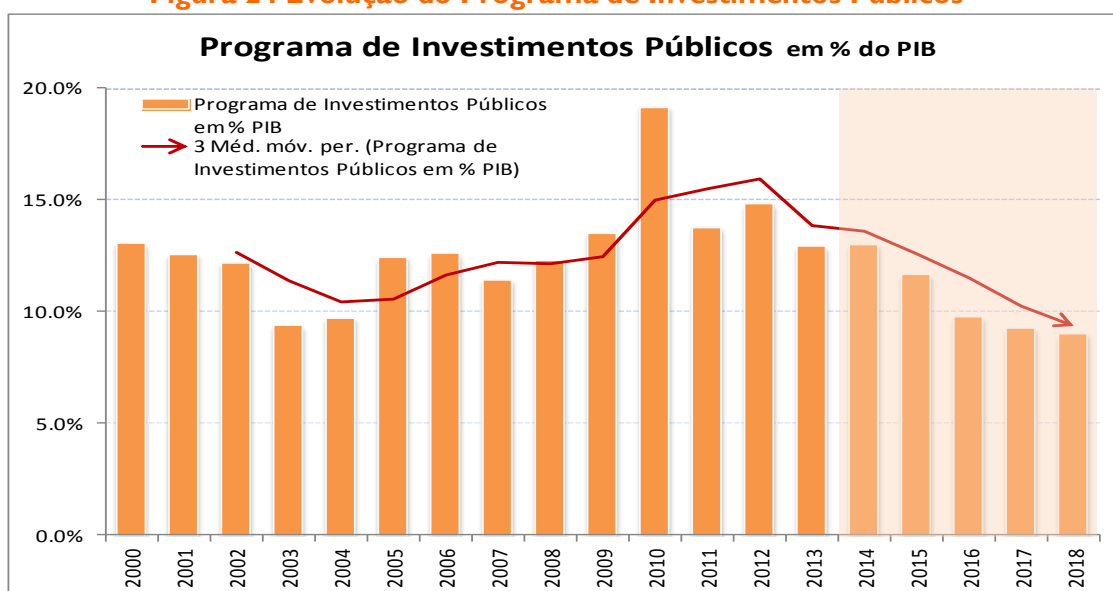
2.3.1. Estratégia de Consolidação Fiscal

139. Cabo Verde enfrenta novos desafios, numa conjuntura marcada por grandes exigências e rigor orçamental. Logo, torna-se crucial a adopção de medidas que promovam a eficiência e a eficácia da receita e despesa públicas, assegurando, desta forma, uma consolidação orçamental sustentada no médio prazo.
140. Deste modo, referindo-se à política orçamental, o Orçamento (OE) para 2015 deverá orientar-se pelas políticas de contenção e optimização da despesa pública e de geração de receitas, por forma a dar continuidade ao processo de consolidação orçamental em curso.

- I41. Entretanto, o enfoque no esforço de consolidação orçamental não invalida a implementação e aprofundamento de reformas estruturais, sendo a conciliação destas duas vertentes a linha de orientação da política económica do Governo.
- I42. No período de 2001 a 2005 foram implementadas, em Cabo Verde, fortes medidas de ajustamento orçamental que permitiram a recuperação da estabilidade macroeconomia, o resgate da nossa credibilidade internacional com a consequente retoma dos fluxos da procura externa dirigidos a Cabo Verde, que potenciaram o início da recuperação do crescimento económico sustentado, com base no aumento das exportações e do investimento. Apesar da crise internacional, o Governo conseguiu manter e aprofundar o programa de reformas, a todos os níveis, permitindo a Cabo o Verde estar num outro patamar e consequentemente mais preparado para aproveitar a retoma da economia mundial. Para que tal aconteça, há desafios que necessariamente a sociedade Cabo-verdiana terá que vencer. O mais importante sem dúvida é o desafio da eficiência organizativa, quer das organizações públicas quer das organizações privadas, questão abordada na versão zero do documento de Reformas Económicas apresentado ao Conselho de Concertação Social.
- I43. Resumindo, as medidas de consolidação agora propostas, a par do aprofundamento das reformas estruturais em curso, contribuirão decisivamente para equilibrar as contas públicas, aumentar a competitividade, promovendo a estabilidade financeira. A urgência na implementação das medidas é pois feita com um sentido de pragmatismo, tendo presentes os riscos inerentes à actual conjuntura e o contributo necessário para a estabilidade macroeconómica.
- I44. Referindo-se ao QOMP, constatamos que nos últimos dois anos, reflexo de um abrandamento da economia, aliados ao desfasamento dos efeitos das reformas tributárias em curso a performance da arrecadação fiscal foi aquém do esperado.
- I45. Neste sentido, os Orçamentos do Estado e a programação para o médio-prazo (2015-2018) reflectem uma evolução conservadora do lado das receitas, e um esforço de ajustamento do lado das despesas, assentes no princípio da sustentabilidade da dívida pública e no alinhamento da actividade económica com o crescimento potencial do país.

146. Está claramente assumido um *phasing-out* gradual do programa de investimento público, sem descurar o crescimento económico, ao mesmo tempo que a sustentabilidade da dívida pública é garantida.
147. As receitas fiscais deverão atingir 18,7% do PIB em 2015, um aumento de 0,5p.p. em relação ao ano anterior. No médio prazo, o nível de fiscalidade deverá evoluir para os 19,7% do PIB, até 2018, resultado dos impactos das reformas tributárias, das novas fontes de receita já criadas e da própria dinâmica da economia.
148. O Programa de Investimento Público deverá continuar orientado para a promoção e diversificação da base económica do país, criando espaço para o engajamento do sector privado na dinamização da economia do país e fortalecimento do seu crescimento potencial. Em 2015, o Programa de Investimento Público deverá atingir 11,7% do PIB, 1.3 p.p. abaixo da reprogramação de 2014, e perspectiva-se que até 2018 o programa deva regressar a níveis de investimento em torno dos 10% (rácio PIP/PIB), reduzindo gradualmente a pressão sobre o endividamento público.

Figura 24 Evolução do Programa de Investimentos Públicos



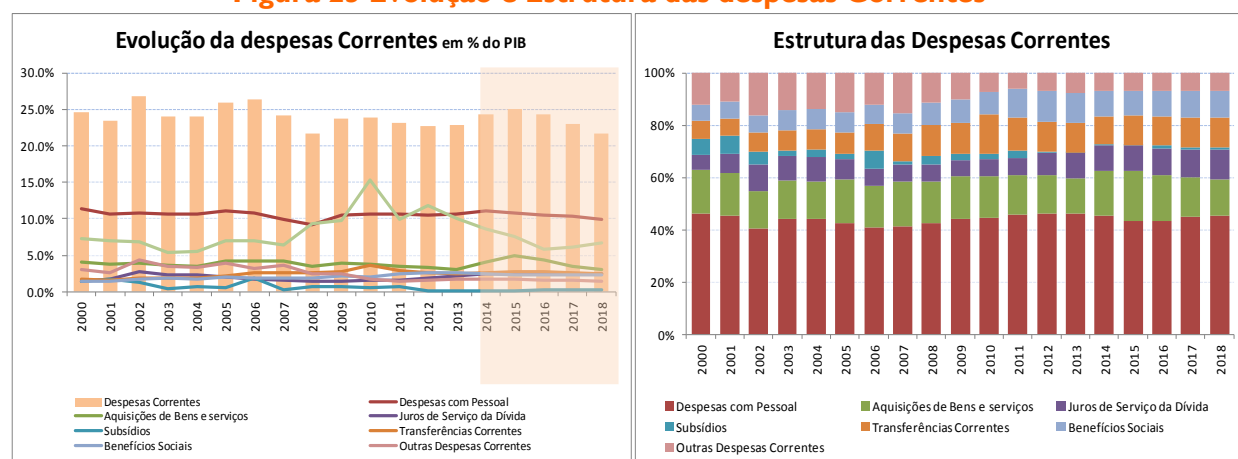
Fonte: Quadro Orçamental de Médio Prazo

149. As despesas de funcionamento deverão atingir 20,9% do PIB, em 2015, cerca de 0,3p.p. acima do valor reprogramado para 2014, reflectindo o esforço de consolidação orçamental que vem sendo levado a cabo para diminuir as despesas extra-orçamentais de diversas

unidades institucionais do Estado (escolas, delegacias de saúde, etc). No médio prazo, perspectiva-se um crescimento contido, patente numa redução gradual do nível das despesas públicas (rácio despesa/PIB) até 2018, em torno dos 19,5%.

150. Com base nesta programação para o médio prazo, pretende-se transmitir uma mensagem de recentragem gradual do défice orçamental, cifrando-se a média do período (2015-2018) nos 5,1%.

Figura 25 Evolução e Estrutura das despesas Correntes



Fonte: Quadro Orçamental de Médio Prazo

2.3.1.1. Consolidação pela via das reformas

151. As reformas assumem duas vertentes intrinsecamente ligadas e propulsionadoras do processo de consolidação fiscal.
152. Uma pela via das reformas económicas necessárias para melhorar a competitividade da economia e por esta via impulsionar a capacidade endógena de geração de receitas com empresas mais competitivas laborando num ambiente propiciador do investimento e do crescimento.
153. Por outro lado a reforma tributária, associadas ao processo de melhorias na capacidade endógena de geração de receitas, assentando, essencialmente, no combate à evasão e fraude fiscais e consequente alargamento da base tributária, deverão permitir ao Estado aumentar a colecta de receita e reduzir o défice orçamental. Todavia, subsistem importantes desafios. Dito de outra forma, a boa implementação da reforma tributaria constitui um facto de sucesso do programa de consolidação fiscal. A melhoria da eficiência

da administração tributária na colecta e fiscalização do pagamento de impostos impõe a esta mesma Administração a adopção de medidas exigentes que permitam colectar os recursos necessários para o financiamento do processo de desenvolvimento, e também para gerar os fluxos necessários para remunerar e amortizar os créditos contratados. Para tal, a expectativa é para um reforço gradual da qualidade das lideranças da Administração Tributária assim como das equipas técnicas.

154. Em 2015, espera-se que a receita fiscal registre um crescimento de 8,4% face ao ano anterior, particularmente devido ao comportamento esperado do IVA, resultado das medidas adoptadas quer em matéria de política fiscal (alinhamento das incidências) quer em matéria de Administração Tributária (desmaterialização e posterior Declaração Electrónica) assim como da projectada retoma da actividade económica. No quadro abaixo procura-se evidenciar a evolução das principais fontes de receitas públicas destacando suas respectivas contribuições para o crescimento.

Figura 26 Evolução das Receitas Totais e Principais Fontes (em %)

Rubricas	Taxas de crescimento							Contributos para o Crescimento das Receitas						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Totais	-3.2	2.0	11.0	6.1	4.7	5.9	8.7	-3.2	2.0	11.0	6.1	4.7	5.9	8.7
Impostos	-6.8	1.1	7.0	8.4	8.4	8.7	9.9	-5.3	0.8	5.2	6.0	6.2	6.6	7.7
Imposto Unico sobre Rendimentos	-0.7	-3.4	8.8	2.5	6.1	6.4	4.3	-0.2	-0.8	1.9	0.6	1.3	1.4	0.9
IUR-PS	2.4	-9.4	12.8	0.3	6.4	6.5	2.5	0.3	-1.3	1.5	0.0	0.7	0.8	0.3
IUR-PC	-4.7	5.0	3.9	5.5	5.8	6.3	6.6	-0.5	0.5	0.4	0.5	0.5	0.6	0.6
Impostos sobre Bens e Servicos	-10.1	5.4	6.8	10.5	9.5	10.3	13.0	-3.7	1.8	2.4	3.5	3.3	3.8	5.0
Sobre Bens e Servicos	-10.3	4.6	7.7	9.4	9.3	10.4	13.2	-3.2	1.3	2.2	2.6	2.7	3.1	4.2
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	-10.3	1.1	4.5	9.4	9.2	10.3	13.3	-3.2	0.3	1.3	2.5	2.5	2.9	3.9
dq: IVA DGA	-13.6	1.3	-2.4	9.8	13.2	12.6	15.6	-2.7	0.2	-0.4	1.5	2.1	2.2	2.9
IVA DGCI	-4.2	0.8	16.0	8.7	3.4	6.7	9.5	-0.4	0.1	1.7	0.9	0.4	0.7	1.1
Impostos Sobre Transacoes Internacionais	-7.2	-1.4	3.4	13.1	10.7	10.3	13.0	-1.2	-0.2	0.5	1.9	1.6	1.6	2.2
Direitos de Importacao	-7.1	-1.5	3.6	12.8	10.7	10.3	13.0	-1.1	-0.2	0.5	1.7	1.5	1.6	2.1
Taxa Comunitaria CEDEAO	-9.7	1.3	-0.7	20.4	10.7	10.2	11.8	-0.1	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
Outros Impostos	-12.1	-2.2	18.9	2.7	-3.6	-12.5	-20.3	-0.3	0.0	0.4	0.1	-0.1	-0.2	-0.3
Seguranca Social	13.1	-8.6	22.4	371.2	-77.9	-1.6	-4.3	0.0	0.0	0.0	0.4	-0.4	0.0	0.0
Taxa Social Unica	-25.8	-81.7	22.4	901.6	-89.6	-1.6	-4.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Contribucoes para a Seguranca Social	28.7	8.3	22.4	350.5	-76.9	-1.6	-4.3	0.0	0.0	0.0	0.4	-0.3	0.0	0.0
Transferencias	-3.2	-9.8	40.7	-10.6	-27.7	-29.8	0.0	-0.4	-1.1	4.1	-1.4	-3.0	-2.2	0.0
Outras Receitas	23.1	17.6	10.9	6.9	12.2	9.6	5.6	2.4	2.3	1.7	1.1	1.9	1.6	1.0

Fonte: Quadro Orçamental de Médio Prazo, Cálculos Direcção Nacional do Planeamento

155. Por principais fontes, de acordo com as previsões, espera-se que os impostos sobre bens e serviços venham a dar o maior contributo para o crescimento do total das receitas, com especial destaque para o IVA. É importante referir que, a evolução da receita deste imposto, beneficia da evolução da actividade económica e das medidas introduzidas.

2.3.1.2. Consolidação pela via das despesas

156. A par das reformas que vão garantir que o Estado melhore a capacidade de colecta de receita, outra frente que deverá permitir a redução do défice, será o da contenção/optimização das despesas públicas. Nesta frente, o Governo, atendendo à estrutura das despesas irá continuar a apostar na implementação de programas com maior impacto no crescimento e na redução da pobreza. Para tal, e de acordo com o actual Quadro Orçamental de Médio Prazo, continuar-se-á o esforço de consolidação orçamental, que tem-se pautado por um nível elevado de exigência do lado das despesas, nomeadamente integrando medidas na área dos recursos humanos, das prestações sociais, das transferências, bem como do investimento. Também são contempladas medidas que visam a eficiência do funcionamento da Administração Pública, no sentido da sua reorganização e centralização de recursos.

Figura 27 Evolução das Despesas Públicas (em %)

Rubricas	Taxas de crescimento							Contribuições para o crescimento das despesas						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Totais	-0.5	3.7	13.8	7.8	3.5	0.9	1.6	-0.4	2.4	9.6	5.8	2.7	0.7	1.2
Despesas correntes	-0.2	3.7	12.3	8.8	3.5	0.9	1.8	-0.1	2.4	8.5	6.4	2.6	0.7	1.4
Despesas com pessoal	1.3	3.7	10.2	3.3	4.0	4.3	2.8	0.4	1.1	3.3	1.1	1.3	1.5	1.0
Aquisição de Bens e Serviços	-4.8	-5.2	42.6	24.5	-5.9	-14.1	-4.8	-0.5	-0.5	3.9	3.0	-0.9	-2.0	-0.6
Juros da dívida	25.5	19.9	15.5	5.7	8.5	7.2	5.6	1.2	1.1	1.0	0.4	0.6	0.6	0.5
Subsídios	-72.4	-63.2	68.5	-43.3	367.6	0.0	0.0	-1.5	-0.3	0.1	-0.1	0.6	0.0	0.0
Transferências correntes	-9.3	0.4	5.8	16.9	4.3	1.6	1.0	-0.8	0.0	0.4	1.3	0.4	0.1	0.1
Benefícios Sociais	5.5	5.6	-3.6	3.3	6.5	4.5	4.5	0.4	0.4	-0.3	0.2	0.5	0.4	0.4
Outras despesas Correntes	14.9	12.3	0.3	9.2	2.0	2.1	1.5	0.6	0.6	0.0	0.5	0.1	0.1	0.1
Despesa de Capital	-43.8	-1.8	370.2	-51.3	13.1	-0.3	-30.0	-0.2	0.0	1.0	-0.6	0.1	0.0	-0.2
Transferências de capital PIP	-43.8	-1.8	370.2	-51.3	13.1	-0.3	-30.0	-0.2	0.0	1.0	-0.6	0.1	0.0	-0.2
Activos não Financeiros	21.2	-11.7	-10.0	-7.8	-17.1	13.4	15.9	6.3	-4.0	-3.1	-2.0	-3.9	2.6	3.4
Compra de activos não Financeiros	20.6	-11.6	-10.1	-6.8	-17.9	13.4	15.9	6.1	-4.0	-3.1	-1.8	-4.1	2.6	3.4

Fonte: Quadro Orçamental de Médio Prazo, Cálculos Direcção Nacional do Planeamento

2.3.2. Política Orçamental para 2015

2.3.2.1. Política Orçamental e Consolidação das Contas Públicas

157. A política orçamental em Cabo Verde tem concentrado nos últimos anos, na criação de “almofadas” para atenuar os efeitos da crise internacional e evitar a diminuição da actividade económica no país. As medidas discricionárias e os incentivos fiscais anti cíclicos adoptados têm atenuado a desaceleração da actividade económica e contribuído para as melhorias verificadas.

158. Tendo em conta os efeitos da crise financeira e económica sobre as contas públicas, particularmente do lado das receitas, definiu-se uma estratégia clara de consolidação orçamental, assumida no quadro orçamental de Médio Prazo.
159. Após um período de grande esforço da infra-estruturação do país assumido pelo Governo, a prioridade inequívoca ao equilíbrio das contas públicas tem subjacente a ideia de que, ultrapassado essa fase inicia-se um processo consistente de consolidação orçamental que representa uma condição necessária não apenas para a sustentabilidade das finanças públicas, mas também para o reforço da confiança e do crescimento económico sustentado.
160. A persistência da crise financeira e as suas consequências económicas, desde de 2008-09, tiveram impactos com incidência nas finanças públicas, na generalidade dos países, e Cabo Verde não foge a regra, verificou-se um aumento dos défices públicos e dos rácios da dívida pública no PIB justificados, respectivamente pela política fiscal anti cíclica e do endividamento externo para o financiamento da infra-estruturação do país.
161. Com efeito, o Governo terá de gerir a economia, durante esta Legislatura, num contexto mundial incerto o que condiciona a realização de metas para o período 2012-16. Neste sentido, destacam-se factores cruciais tais como: diversificação de fontes de financiamento dos investimentos, o acesso a mercado de capitais, aparecimento de novos parceiros e investidores. Estes factores são críticos tanto para o Governo como para o sector privado cabo-verdiano.
162. Outrossim, novas engenharias terão de ser efectivadas para os grandes investimentos necessários para o desenvolvimento dos sectores económicos chaves e dos clusters, a fim de realizar a estratégia e a visão de longo prazo descrito no quadro referência estratégico do DECRP III.

163. Nos últimos anos, a orientação de política económica e orçamental evidenciavam a necessidade de combater os efeitos da crise, mantendo os estímulos orçamentais anti cíclica, e de se retomar a consolidação orçamental, num quadro plurianual de diminuição do programa de investimento público, com o término de grandes projectos de infra-estruturação, em curso desde 2010, acautelando a retoma da actividade económica e do crescimento.
164. Com efeito, em face do reforço dos factores de competitividade do País, com a implementação de um ambicioso programa de investimento público, a conciliação entre o equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas, com o crescimento da actividade económica e do emprego, é um desafio para o Governo e impõe a retoma da trajectória de consolidação orçamental, compromisso já assumido perante os parceiros internacionais no quadro fiscal a Médio Prazo.
165. A estratégia orçamental apresentada no QOMP (2015-18) assenta, sobretudo, na redução da despesa pública que mais contribui com maior impacto para a diminuição do défice orçamental, excluindo medidas extraordinárias.
166. Assim, a elaboração do QOMP (MTFF) e em particular da sua estratégia de consolidação orçamental que assenta em três grandes vectores, a saber: i) Primeiro, a estratégia de redução do défice (gradual e consistente) e de correcção do crescimento da dívida pública (interna), e baseia-se num cenário macroeconómico com pressupostos prudentes e cautelosos (cenário base). ii) Segundo, aposta numa estratégia de consolidação orçamental com medidas fundamentalmente do lado da despesa, com destaque para o controlo e redução da despesa corrente, com intervenções nas despesas com pessoal, despesas de consumo intermédio (aquisições de bens e serviços e consumo de capital). iii) Por último, a implementação da estratégia de consolidação orçamental implica não só a execução rigorosa dos controlos de despesa previstos, no Decreto-Lei de Execução Orçamental, mas também da implementação efectiva de medidas do lado das receitas, iniciadas em 2013, com vista a aumentar a eficiência da Administração Tributária.

167. Assim, defende o Governo que a política económica e financeira deve promover uma adequada articulação entre as reformas que promovam o potencial de crescimento e a sustentabilidade das finanças públicas. São igualmente importantes as reformas que reforcem o quadro institucional e as regras orçamentais.
168. São esses os objectivos que norteiam a política orçamental do Governo e a razão de ser das suas medidas de consolidação concretas e exigentes, para uma economia mais robusta e sustentada.

2.3.2.2. Medidas de consolidação das finanças públicas

169. Do lado das despesas e das receitas:
- (i) Despesas com Pessoal: evolução salarial moderada no quadro da adopção do novo PCCS e contenção da admissão de trabalhadores na função pública;
 - (ii) Redução e racionalização de despesas de funcionamento (consumo bens intermédios);
 - (iii) Racionalização de estruturas da Administração Central;
 - (iv) Redução das transferências para os FSA's, reforçando a adopção de medidas de racionalização e sustentabilidade financeira;
 - (v) Diminuição de despesa de capital;
 - (vi) Aumento das receitas.
170. Assim pretende-se com essas medidas discricionárias o redimensionamento da estrutura da Administração Pública, reduzindo unidades orgânicas de nível central e número de cargos dirigentes.
171. Ainda pretende-se promover uma gestão partilhada de recursos, nomeadamente nos domínios da gestão contabilística e financeira, da gestão de recursos humanos, da gestão do parque de veículos do Estado e dos processos de aquisições públicas.

2.3.2.3. Política do Investimento Público

172. Do lado das despesas de investimento:
173. O programa de Investimento Público será elaborado numa óptica plurianual (2015 a 2017) e tendo como base o DECRP III, o QOMP e QDMP.
174. Num contexto de avanços significativos na infra-estruturação do País nos últimos anos e de aceleração da execução do Programa de Investimento Públicos, verificado principalmente em 2012, implica a diminuição do PIP para os próximos anos, mas tendo em atenção os seguintes vectores:
- (i) Priorizar os projectos de infra-estruturas em curso e garantir as contrapartidas nacionais, exigidos no quadro do acordo de financiamento, dos projectos financiados com crédito externo (empréstimos);
 - (ii) Assumpção dos compromissos relativamente a matriz conjunta de acções acordadas com os parceiros no quadro do Grupo de Apoio Orçamental;
 - (iii) Orientar o programa de investimentos numa óptica plurianual para o crescimento económico e redução da pobreza, com realce para:
 - a) Economias criativas;
 - b) Economias Solidárias;
 - c) Agronegócios;
 - d) Qualificação do produto turístico.

2.3.2.4. Qualidade das Finanças Públicas

175. Tendo em conta o cenário global caracterizado pela incerteza, adoptou-se a prudência como paradigma assente nos seguintes pilares:
- I. A consolidação Orçamental;
 - II. Sustentabilidade da dívida pública;
 - III. Melhoria de programação de gestão de tesouraria;
 - IV. Reforço no controlo de Fiscalização e transparência nas prestações de contas.

176. A adopção de um orçamento programático desde 2013, em sintonia com o processo de elaboração do DECRP III e nova Lei de Base do Planeamento, permite que o MFP esteja em condições de avançar com a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei de Bases do Orçamento), que institucionalize a definição de um quadro plurianual de orçamentação por programas, num contexto de estabilidade orçamental. Neste sentido, dar-se-á continuidade à consolidação das reformas em curso, nomeadamente:

- (i) Implementação e melhoria do Sistema Nacional do Planeamento, estribado em quatro "subsistemas": Sistema de Informação Territorial, Sistema Nacional Estatístico, Sistema de Seguimento e Avaliação ancorado numa gestão com base em resultados e o Sistema Nacional de Investimento;
- (ii) Adopção de uma nova Lei de Bases do Orçamento e do Planeamento;
- (iii) Implementação do novo Plano Nacional da Contabilidade Pública;
- (iv) Adopção de um Sistema de Informação e Gestão Patrimonial (SIGPG);
- (v) Reforço da sustentabilidade do sistema de segurança social que permitirá a redução de risco em termos de sustentabilidade das finanças públicas;
- (vi) Reforço da sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde.

2.3.2.5. Qualidade da despesa pública

177. A sustentabilidade da despesa pública bem como a eficiência e a qualidade dos serviços públicos são dos mais importantes desafios de qualquer Governo, sobretudo nas sociedades democráticas, nas quais as expectativas e necessidades de intervenção do Estado são crescentes e mais complexas. Tendo em atenção que Cabo Verde é um pequeno país insular, com disparidades regionais a nível de qualidade na prestação de serviços, surge com elevado significado o cumprimento do princípio de equidade na distribuição e afectação de recursos.

178. Assim, a reforma orçamental, nesta fase de viragem das Finanças Públicas cabo-verdiana, onde a transparência e a boa governação são palavras de ordem, num país que está (numa encruzilhada) à procura de um novo modelo de financiamento do seu

desenvolvimento económico com a redução da ajuda externa (ajuda pública ao desenvolvimento), impõe-se a necessidade efectiva de se apostar na melhoria da qualidade da despesa pública como condição sine qua non para se atingir a almejada economicidade, eficiência e eficácia na gestão da coisa pública. Neste processo, o orçamento enquanto instrumento de política ganha importância capital, particularmente na vertente de despesa.

179. O Orçamento de 2015 deverá dar continuidade aos objectivos da política orçamental e financeira, consagrados no programa do Governo para a VIII legislatura e traduzido em programas de investimento, finalísticos e de apoio e gestão no DECRP III, visando:

Consolidar a estabilidade macroeconómica, em particular no reforço da coordenação entre as políticas orçamental e monetária;

- (i) Manter um quadro geral de estabilidade orçamental que não comprometa o crescimento económico, a competitividade e o emprego;
- (ii) Assegurar a sustentabilidade das finanças públicas enquanto suporte do crescimento sustentado da economia;
- (iii) Reforçar o quadro orçamental, orientando-se para uma orçamentação programática, plurianual e baseada em resultados;
- (iv) Implementar uma política de reformas estruturais para a modernização e competitividade da economia cabo-verdiana e para o combate ao desemprego, no sentido de se introduzir uma maior flexibilidade ao mercado laboral, priorizando o sector primário, particularmente o agronegócios.
- (v) Implementar mecanismos de controlo que permitam um seguimento e avaliação das políticas/objectivos/actividades ancorado no conceito “value for money” da despesa pública;
- (vi) Reduzir os riscos orçamentais, incluindo os contingentes, nomeadamente provenientes das operações do SEE e dos municípios.

180. Neste contexto é imprescindível continuar com o programa de qualificação das despesas públicas e de gestão eficiente na arrecadação das receitas, que deverão traduzir-se num aumento da qualidade, eficiência e eficácia da política orçamental na

afecção de recursos, com base numa programação plurianual baseada em resultados, e na melhoria da previsibilidade do financiamento.

- 181.** As áreas que constituem as funções do Estado como Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia terão prioridade na destinação dos recursos, tendo em conta as externalidades positivas que geram para a economia. Além delas, acções nas áreas de Segurança Pública e Protecção Social são consideradas sectores de fundamental importância na alocação de verbas.

Caixa nº 3: Medidas de eficiência e ganhos sector da saúde 2013/14

Optimizar utilização dos escassos recursos públicos através da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de garantir a prestação de serviços e a entrega dos bens aos utentes e gerar eficiência, constitui um desafio para o sector.

Medidas de gestão foram implementadas no sentido de melhorar utilização dos recursos alocados à saúde com o objectivo de desenvolver um novo modelo de gestão pública, baseado na utilização de novas ferramentas de gestão financeira e de recursos humanos que possibilitem um melhor controlo dos custos e dos resultados, nomeadamente: formulação seguimento e a avaliação dos programas, projectos e unidades finalísticas da saúde, constantes do DECRP III, através do Módulo de Seguimento e Avaliação do SIGOF; aperfeiçoamento do sistema de prestação de contas nos FSA e nas estruturas desconcentradas; redução das despesas administrativas e reforço da dotação orçamental das unidades finalísticas; melhoria no processo de elaboração e execução orçamental envolvendo as estruturas desconcentradas. Maior rigor na gestão das despesas e na cobrança das receitas com a bancarização; melhor gestão dos bens móveis colocados à disposição do sector, através da inventariação e da sua gestão de forma eficiente e padronização das aquisições baseada nas necessidades reais ou seja, com base no controlo do stock e na previsão de gastos.

O recenseamento dos profissionais de saúde em todo o território nacional permitiu maior controlo e rigor no processamento dos salários, na contabilização das horas extras e nas velas do pessoal afecto à saúde.

Estão em curso negociações com as universidades para a qualificação dos profissionais de saúde no país. Para a classe médica continua-se a fazer a qualificação dos profissionais no estrangeiro, tendo em conta que não há ainda condições criadas no país. Encontram-se fora do país, 16 médicos em especialização.

O INSP tem no seu conteúdo programático o estudo de satisfação dos utentes e iniciou-se acções de formação nas estruturas de saúde para melhorar a humanização do atendimento dos utentes, bem como a capacidade de resposta dos profissionais de saúde.

A implementação da telemedicina e das teleconsultas melhorou a eficiência das evacuações dos doentes. O seguimento e maior controlo das despesas de bens e serviços permitiram reduzir e racionalizar os custos.

Resultados alcançados pelos principais Indicadores

Indicador	Meta	Valor Medido (Resultado)
Percentagem de execução do Orçamento de Funcionamento	100%	98,4%
Percentagem de execução do Orçamento de Investimento	100%	97,7%
Percentagem das Estruturas de saúde que prestam conta atempadamente	100%	95%
Percentagem de Serviços Centrais equipados com telefones VOIP e Grilo Profissional	100%	100%
Percentagem de Viaturas do MS abastecidas através do Chip	100%	100%
Percentagem das estruturas de saúde bancarizadas	90%	84%
Percentagem da redução das despesas com deslocações e estadas	10%	10%
Percentagem de medicamentos prescritos dentro da lista de medicamentos essenciais	100%	70%
Percentagem de medicamentos prescritos por D.C.I. ou denominação genérica	100%	100%

No âmbito do “Programa de Desenvolvimento do Sector Farmacêutico”, foi elaborado um plano de eficiência para a área do medicamento, definindo 3 objectivos específicos: Promover uma Política de “Genéricos” e do “Uso Racional de Medicamentos”; Implementação de ferramentas para melhorar a gestão e controlo no sistema de aprovisionamento e Revisão da Política Nacional Farmacêutica (PNF) - Resolução nº16/2003 de 28-7 -e sua reforma de modo a permitir um nova organização do sector.

Ganhos de eficiência no Programa:

A meta de 100% de medicamentos prescritos em nome genérico (DCI) foi atingida na totalidade com a implementação da Lei da prescrição publicada a 11 de Julho de 2013 (Decreto-Lei nº27/2013); As despesas com medicamentos prescritos no SNS foram reduzidas em 20,4 % desde 2012; A sistematização da Lista Nacional de Medicamentos numa Lista de Medicamentos Essenciais permitiu passar de um rol de 1477 produtos para 637 produtos considerados essenciais e que vão ser financiados pelo Estado. A Lista Nacional de Medicamentos Essenciais (LNME) está pronta e validada pela CNM e após aprovação pelo CM deverá ser publicada em BO antes do final de 2014 e implementada em todo o país em 2015; Do total de medicamentos importados, os medicamentos genéricos passaram de 36% em 2011 para 38,6%; Realização de inventários anuais e trimestrais nos depósitos de medicamentos; com o objectivo de reduzir os desperdícios para menos de 5% anualmente; Redução dos inutilizados (medicamentos e produtos farmacêuticos expirados) de 2011 para 2013 de 23.9% para 1.62% e redução no consumo nas estruturas que se aprovisionam a partir dos depósitos da DGFM (Centros de Saúde e Hospitais Regionais) de valores acima de 180.000.000 ECV, em 2011, para valores abaixo de 150.000.000 ECV em 2013.

2.3.2.6. Política tributária

2.3.2.6.1. Reforma do Sistema Fiscal

- 182.** No que concerne à Política Tributária, o Governo assumiu no Acordo de Concertação Estratégica que, nesta legislatura, irá aprofundar a reforma do sistema fiscal cabo-verdiano, na linha orientadora que tem sido implementada desde 2001, de forma a assegurar um ambiente de negócios que seja propício ao desenvolvimento empresarial e do sector privado.
- 183.** Em 2009 reduziu-se significativamente a taxa do IUR das pessoas colectivas e a taxa marginal (limite máximo) das pessoas singulares, de 30% para 25% e de 45% para 35%, respectivamente.
- 184.** Em 2010, introduziu-se no ordenamento jurídico cabo-verdiano o novo regime geral de taxas, eliminando o princípio ad valorem e reduzindo a carga tributária com impacto positivo na melhoria do ambiente de negócios.

185. Em 2013, consagrou-se o novo Código dos Benefícios Fiscais com uma visão inovadora, não prejudicando os incentivos obtidos ao abrigo dos regimes revogados, racionalizando os incentivos fiscais à economia.
186. O Orçamento do Estado, para o ano 2013, introduziu o que se designou por “normalização” da taxa do IVA em 15%, para todos os bens e serviços, mantendo-se o princípio da tributação a taxa zero aos bens alimentares básicos, medicamentos e as matérias-primas para o sector da agricultura e pesca, bem como a isenção completa para as exportações.
187. Em 2014, introduziu-se reformas ao Regulamento do IVA que conferem melhor controlo, maior celeridade e clarificação do alcance e âmbito de algumas normas, combatendo assim algumas situações passíveis de fraude e evasão fiscal, a saber: as regras de localização das prestações de serviços relacionadas com imóveis, passaram a incluir os serviços prestados por arquitectos, advogados, consultores e gabinetes de estudos, a regra de inversão do sujeito passivo à construção civil, as facturas emitidas relativas a serviços de construção civil, em que o adquirente é o sujeito passivo do IVA, devem conter a expressão “IVA – autoliquidação”, a obrigatoriedade de emissão de facturas para as transmissões de bens e prestações de serviços, ainda que não solicitada a sua emissão, a eliminação da expressão “documentos equivalentes”, as guias, as notas de devolução e documentos rectificativos devem conter referência à factura a que respeitam, bem como as menções destas que são objecto de alterações, alterações do prazo de entregas das declarações periódicas, entrega de mapas de regularizações de IVA e novas obrigações e requisitos para aplicação de isenções em projectos no âmbito da cooperação internacional.
188. O orçamento do Estado para o ano 2014, reduziu a taxa do IUP de 3% para 1,5% e em sede do IVA, procedeu-se à clarificação da aplicabilidade temporal da antiga taxa do IVA de 6% aplicável às prestações de serviços de alojamento, em estabelecimentos de tipo hoteleiro e similar, e de restauração, esclareceu-se que a taxa do IVA de 6% só se aplica aos contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2012, pelos operadores turísticos respeitantes a serviços que sejam prestados até 31 de Dezembro de

2013 e que tenham sido depositados na Direcção das Contribuições e Impostos até 31 de Janeiro de 2013.

189. Ainda, em 2014, consagrou-se os novos Códigos Tributários, adequados às melhores práticas internacionais e à evolução da economia cabo-verdiana, distinguindo com clareza o processo administrativo agora disciplinado no Código Geral Tributário, do processo judicial que se circunscreveu ao Código de Processo Tributário e automatizando a matéria das execuções tributárias em codificação própria.
190. Entrou em vigor, ainda em 2014, o Regime especial das micro e pequenas empresas com a finalidade de promoção de sua competitividade, produtividade, formalização e desenvolvimento.
191. Este regime, também tem como objectivo responder à demanda pública para a facilitação do ambiente de negócios, em especial, para os micro e pequenos empresários, através da densificação e consolidação do tecido empresarial, ajudando a reduzir a informalidade, a alargar a base tributária, modernizar, simplificar e a desburocratizar o sistema fiscal, laboral e da previdência social.
192. Por conseguinte, dando continuidade ao seu programa de reforma, nessa VIII legislatura, o Governo irá prosseguir com a revisão do Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, quebrando esse imposto único em dois impostos distintos, um dirigido às pessoas singulares, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, outro às pessoas colectivas, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, como é regra universal dos sistemas fiscais da modernidade.
193. O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas de Singulares irá introduzir uma clara ruptura com o modelo que o Imposto Único sobre o Rendimento consagra para os rendimentos pessoas, consagrando-se um modelo de imposto que, respeitando as exigências de igualdade de um estado social de direito, privilegia a simplificação e a eficiência, procurando tornar mais fácil aos contribuintes cumprimento das suas

obrigações e racionalizar a mesmo tempo o trabalho quotidiano da Administração Tributária, procedendo neste sentido:

- (i) Alargamento da incidência do imposto, com vista a sujeitar a tributação dos rendimentos que até agora lhe escapavam;
- (ii) Racionalização das taxas de imposto e das inúmeras deduções à colecta e benefícios que até agora o acompanhavam;
- (iii) A alteração da mecânica de aplicação do imposto, passando de um modelo em que a declaração do contribuinte e o acerto no final do ano eram a regra, para um modelo em que a parte maior dos contribuintes é tributada através da aplicação de taxas liberatórias por retenção na fonte, passando a declaração e acerto no final do ano a revestir carácter excepcional.

194. O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, assenta em cinco categorias fundamentais de rendimento, que só em parte coincidem com as categorias acolhidas no Imposto Único sobre o Rendimento, trazendo um importante alargamento da sua incidência, com ganhos evidentes de igualdade tributária.

195. O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectiva surge da necessidade da modernização das regras de tributação das empresas, tendo em conta o crescimento económico de Cabo Verde, acompanhado com a criação diária de novas empresas nacionais, bem como a presença crescente de grandes grupos económicos multinacionais em Cabo Verde, acompanhadas por empresas de consultoria, conferindo ao sistema fiscal uma sofisticação cada vez maior.

196. Por outro lado, com a substituição do Plano Nacional de Contabilidade, aprovado pelo Decreto n.º84/84, de 30 de Janeiro, por um novo sistema, o Sistema de Normatização Contabilística e de Relato Financeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º5/2008, de 4 de Fevereiro, baseado nas normas internacionais de contabilidade e nas normas de relato financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board*, mostra-se imperativo adequar a lei fiscal a este novo sistema contabilístico, de forma a racionalizar as obrigações fiscais dos sujeitos passivos. Neste sentido procura-se assegurar a compatibilização do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas com o normativo contabilístico IAS/IFRS, privilegiando-se as soluções neutras

em termos do seu impacto na tributação das empresas e de ajustar a terminologia à que decorre do referencial contabilístico IAS/IFRS.

197. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas tem como linhas principais o alargamento da base tributável, a adopção de normas que previnam o abuso e fraude fiscais, a redução da litigância entre a Administração Tributária e os Contribuintes, bem como a moderação dos níveis de tributação.
198. O novo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas procura manter ainda a necessária articulação com as regras do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e do Código do IVA, com os quais mantém pontos de contacto importantes, bem como com as mais recentes reformas legislativas em matéria fiscal, designadamente com as regras definidas pelo Código de Benefícios Fiscais e pelo Código Geral Tributário.

2.3.2.6.2. Recuperação de Dívidas Fiscais

199. Dando continuidade ao processo de recuperação de dívidas fiscais, tendo em conta o elevado nível de dívidas em atraso que continua reflectindo na arrecadação e cobrança de receitas, restringindo a mobilização de receitas fiscais, a Direcção das Contribuições e Impostos irá prosseguir em articulação com a Direcção das Alfândegas e a Direcção Geral do Tesouro ao bloqueio do desalfandegamento das mercadorias e dos pagamentos das facturas emitidas ao Estado, aos incumpridores fiscais, com vista à recuperação das dívidas contraídas entre o Estado e os Contribuintes de modo a fazer com que entre mais receitas para o tesouro público.
200. Dentre outras medidas, a Direcção das Contribuições e Impostos actuará com firmeza e eficácia, procedendo com a cobrança coerciva aos contribuintes que não cumprem as suas obrigações de pagamento estabelecidas no ordenamento jurídico tributário.

2.3.2.6.3. Reforma da Gestão Tributária

2.3.2.6.3.1. Modernização e informatização da DCI

201. No quadro da melhoria da eficiência da Administração Tributária e concomitante o combate a fraude e evasão fiscal, a Direcção das Contribuições e Impostos irá dar continuidade ao processo de modernização e informatização da Administração Fiscal, tendo em vista a consolidação da plena funcionalidade dos sistemas informáticos já existentes.
202. O referido processo assenta nas seguintes estratégias fundamentais:
- (i) Informatização de processos e actos neles praticados (que, por sua vez, se concretiza na digitalização e desmaterialização dos suportes documentais de processos, na automatização dos actos praticados nos processos e no aumento das funcionalidades de *back office*, com recurso massivo ao cruzamento de dados;
 - (ii) Automatização, tanto quanto possível e seguro, dos procedimentos para a tramitação dos processos;
 - (iii) Desenvolvimento de sistemas de informação orientados para a gestão de processos de cobrança coerciva, de sancionamento de infracções e de contencioso, apostando na internet como interface relacional privilegiado com todos os intervenientes no processo;
 - (iv) Optimização das bases de dados, quanto a elementos sobre as situações tributárias concretas dos contribuintes para prevenir/minimizar o incumprimento, podendo existir emissão de alertas para os contribuintes sobre o cumprimento/incumprimento de deveres fiscais;
 - (v) Integração dos dados constantes de sistemas de informação, de forma a alcançar uma interacção entre a DCI e outras Direcções, Instituições e serviços, no quadro da luta contra a fraude e evasão fiscal;
 - (vi) Implementação da declaração electrónica em sede o Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares e Colectivas;
 - (vii) Reconfiguração da Folha de Ordenados e Salários da DCI, através da implementação de uma Declaração Mensal de Rendimento, com objectivo de fomentar a plena coerência das informações declaradas pela entidade patronal/contribuinte sobre os

rendimentos pagos/auferidos e por conseguinte, promover o mais rápido e rigoroso cruzamento de informação e uma gestão mais eficaz dos dados.

203. O processo em curso, que compreenderá a aquisição de equipamentos informáticos, o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e a formação contínua dos técnicos afectos à Administração Fiscal, irá certamente contribuir para melhor eficiência e eficácia da actuação da Administração tributária.
204. A aquisição de equipamentos informáticos, o desenvolvimento e a implementação dos módulos direccionados às Direcções de Serviço de Planeamento e Coordenação de Inspecção e Tributação e Cobrança irão certamente incrementar maior produtividade e eficiência na gestão do Imposto sobre o Valor Acrescentado e do Imposto Único sobre o Rendimento e, bem assim, contribuir para uma actuação mais direccionada e seleccionada das actividades de auditoria e inspecção no terreno.

2.3.2.6.3.2. Reestruturação Organizacional

205. O programa do Governo da VIII legislatura consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país designadamente pela promoção da cidadania e a qualidade dos serviços, com ganhos de eficiência, pela simplificação, racionalização e informatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos afectos.
206. Igualmente, as reformas legislativas e administrativas têm inevitáveis reflexos no desenho da estrutura organizacional da Administração Tributária, pois um sistema tributário bem concebido requer adaptação, racionalização e modernização dos serviços no sentido de melhoria da qualidade, eficiência e maior aproximação ao contribuinte.
207. Nestes termos, embora tenha-se adequado a estrutura organizacional da DCI por funções, criando com base na lei de estruturas, mais cinco unidades de trabalho, a saber: i) Unidade de Grandes Contribuintes; ii) Unidade de Justiça Tributária; iii) Unidade de Atendimento e Cidadania Fiscal; iv) Unidade de Logística e Gestão de Pessoas; e v)

Unidade de Tecnologia de Informação, em 2013, mostra-se necessário a implementação da nova orgânica do Ministério das Finanças e do Planeamento, que integra todas as unidades acima referenciadas em respectivas direcções de serviços bem com a nomeação dos respectivos directores de serviços para que estas desempenham efectivamente a atribuições que lhes são confiadas.

208. Por conseguinte, impõe-se a necessidade de dar continuidade ao processo de reestruturação das Repartições de Finanças por funções, de modo a atribuir-lhes um estatuto que lhes confira uma eficaz capacidade de resposta às solicitações que se lhes colocam no âmbito das suas atribuições.
209. Em termos conclusivos, tais reformas exigem a criação de alguns pressupostos estruturantes, dentre os quais se destacam como altamente prioritários, a reestruturação do quadro de pessoal, o recrutamento de novos quadros e a capacitação dos mesmos, assim como a remodelação dos espaços físicos da DCI, no sentido de garantir a sua adaptação às necessárias respostas que as mudanças em curso exigem na actuação da Administração Tributária e na sua relação com o contribuinte.

2.3.2.6.4. Melhoria do relacionamento fisco/contribuinte

210. A melhoria das relações entre a Administração Fiscal e os contribuintes constitui peça fundamental de qualquer política e reforma fiscal. Assim, pretende-se fortalecer a relação de diálogo e colaboração com os contribuintes, baseada na confiança mútua, na boa-fé e na prevenção de litígios, buscando simultaneamente promover uma cidadania fiscal activa, o cumprimento voluntário e esclarecido das obrigações fiscais. Pelo que, é essencial também a reorganização e o apetrechamento dos serviços centrais e locais de apoio aos contribuintes, bem como o reforço de capacitação técnica e transversal dos funcionários destinados ao atendimento.
211. Tal desiderato deverá ser efectuado gradualmente de forma a permitir condições institucionais para que a DCI possa dar resposta às solicitações crescentes, reduzir as crispações, e, conseqüentemente, otimizar o sistema de arrecadação de receitas tributárias.

212. O objectivo estratégico que se preconiza com estas medidas é prestação de um serviço público por parte da Administração Fiscal de qualidade, eficiente, eficaz e profissional. A garantia de um serviço de qualidade aos contribuintes deve ser assegurada particularmente pelo Serviço de Atendimento ao Contribuinte e Cidadania Fiscal, em articulação com o Serviço de Gestão de Pessoas e Logística, fornecendo informações, instrumentos e assistências indispensáveis para o cumprimento das obrigações fiscais.
213. Através do site da DCI será facilitado o acesso às informações fiscalmente relevantes. De igual modo, deverão ser disponibilizados aos contribuintes publicações electrónicas, guias, desdobráveis e informações diversas actualizadas.
214. Assim, em termos conclusivos, com intuito de a aumentar a eficiência e eficácia da Administração Fiscal, a prioridade situar-se-á no âmbito de apoio ao contribuinte e na melhoria da qualidade dos serviços que lhe são prestados pela Administração Fiscal, consubstanciadas nas seguintes medidas:
- (i) Simplificação e desburocratização administrativa e adopção do relacionamento on-line entre a Administração Fiscal e os contribuintes (formulários, declarações electrónicas e pagamentos on-line);
 - (ii) Redução das custas e emolumentos tributários;
 - (iii) Melhoria gradual das instalações, designadamente no que se refere a acessibilidade e comodidade do espaço de atendimento;
 - (iv) Investimento na formação ética, comportamental e técnica dos funcionários afectos ao atendimento;
 - (v) Redução do tempo de resposta às diferentes petições apresentadas pelos contribuintes;
 - (vi) Garantia de celeridade nos reembolsos;
 - (vii) Promoção da cidadania fiscal através do Programa Nacional de Educação Fiscal.

2.3.2.6.5. Melhoria da imagem institucional da DCI

215. A imagem institucional da DCI é baseada na legalidade, justiça, integridade, transparência e prestação de contas. Sendo assim, pretende-se sedimentar a relação de

respeito e confiança mútua com os contribuintes, prosseguindo os seus propósitos da aplicação imparcial e objectiva das leis fiscais e tratamento igualitário a todos. Neste particular, para assegurar a integridade, justiça e qualidade do serviço prestado, serão implementadas as seguintes medidas:

- (i) Elaboração de um Código de Conduta;
- (ii) Emissão de Ordens de Serviços e Circulares de forma a impulsionar uma cultura de integridade e adesão ao código de ética;
- (iii) Criação de um sistema automático para gerar uma base de dados dos funcionários da DCI, incluindo informações adicionais para a análise da integridade dos mesmos.
- (iv) Criação das condições para que qualquer pessoa possa, através do site da DCI, efectuar denúncias “on-line” preenchendo o modelo adequado.

2.3.2.6.6. Programa de Construção da Cidadania Fiscal

- 216.** A criação e a institucionalização do Programa Nacional de Cidadania Fiscal, com um enfoque educativo transdisciplinar, consubstanciam indubitavelmente um eixo de intervenção estratégico e prioritário para a promover na sociedade cabo-verdiana a compreensão sobre o valor socioeconómico dos tributos, a importância do cumprimento dos deveres tributários e o direito de acompanhamento da gestão pública dos recursos.
- 217.** Com a Educação Fiscal pretende-se consciencializar todos os segmentos da população sobre a função social e económica dos tributos e o papel que o Estado desempenha como entidade arrecadadora que assegura a sua aplicação na materialização das políticas públicas, bem como sobre a importância da transparência na gestão pública e do acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados. Por conseguinte, o Programa contribuirá para a compreensão da função do Estado e a redução do conflito Estado-cidadão.
- 218.** Cidadania Fiscal pode ser compreendida como uma ampla participação democrática de cada cidadão em tudo aquilo que diz respeito aos bens colectivos de natureza material e imaterial, aos recursos públicos provenientes dos tributos que todos pagam e que devem servir para proporcionar serviços públicos de qualidade para toda a

população, devendo portanto serem geridos de maneira transparente, económica e eficiente, mediante a fiscalização dos órgãos do próprio Governo e do amplo controlo social.

219. Trata-se de um Programa que deverá ser elaborado através da parceria sinérgica com todos os órgãos públicos, os representantes das diversas fracções da sociedade civil organizada e os da comunidade em geral, de forma a serem criadas as condições legais, materiais e humanas para a sua implementação.

220. Tendo o propósito de abranger todos os segmentos da sociedade cabo-verdiana, o Programa Nacional de Cidadania Fiscal deverá utilizar a educação formal, não formal e informal, estando estruturada nos seguintes módulos de intervenção:

- (i) Ensino básico;
- (ii) Ensino secundário;
- (iii) Ensino profissionalizante;
- (iv) Ensino superior;
- (v) Funcionários públicos e privados;
- (vi) Comunidade em geral.

221. Assim, em termos conclusivos, nesta primeira etapa da criação do Programa a prioridade centrar-se-á na sensibilização e mobilização dos parceiros e da sociedade civil em geral, sendo prioritárias as seguintes medidas:

- ✓ Criação do quadro legal que defina a operacionalização do Programa, em sede central, municipal e intraministerial;
- ✓ Criação do quadro legal que institucionalize o ensino da Educação Fiscal em todos os níveis e subsistemas do ensino
- ✓ Capacitação dos colaboradores dos órgãos públicos e privados, bem como da sociedade civil
- ✓ Divulgação massiva do Programa, através dos meios de comunicação, palestras-show, música, teatro, criação de uma *webpage*, *flyers*, boletim informativo, entre outros.

2.3.2.7. Política Aduaneira

222. A Administração Aduaneira, enquanto instrumento de política do Governo para o desenvolvimento da economia do país, deve prosseguir com o processo de reforma e modernização em curso, visando simplificar, racionalizar e acelerar os procedimentos aduaneiros, garantindo maior eficiência, eficácia e transparência dos seus serviços e contribuindo para um melhor ambiente de negócios necessário à competitividade do país.
223. No actual quadro internacional, importará:
- (i) Proteger os cidadãos, a saúde pública, o ambiente, o património artístico e cultural e a modesta indústria nacional;
 - (ii) Arrecadar os recursos necessários para o financiamento das actividades do Estado;
 - (iii) Adaptar as alíquotas dos direitos de importação face aos compromissos assumidos pelo país junto de instâncias internacionais, designadamente Organização Mundial do Comércio (OMC) e CEDEAO.
224. Assim, alguns dossiers pendentes e outros que ora se colocam à Administração Aduaneira deverão ser resolvidos, designadamente:
- (i) A implementação da nova versão do sistema aduaneiro, SYDONIA WORLD, que permitirá, por um lado, a desmaterialização completa do processo de desalfandegamento de mercadorias e, por outro, um maior controlo dos procedimentos aduaneiros, garantindo assim uma maior celeridade e transparência aos operadores económicos nas suas operações, bem como uma maior eficiência e eficácia na arrecadação das receitas;
 - (ii) A aplicação do Regulamento do Código Aduaneiro de modo a permitir a implementação eficiente do referido Código;
 - (iii) O aperfeiçoamento na aplicação do sistema de valoração da OMC, garantindo melhor arrecadação das receitas;
 - (iv) A implementação do Plano Estratégico e de Modernização das Alfândegas elaborado com a assistência técnica da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), na sequência de uma missão de diagnóstico levada a cabo com a assistência técnica da referida organização através de uma equipa de experts;

- (v) O aperfeiçoamento e a consolidação da implementação das declarações simplificadas electrónicas;
 - (vi) O aperfeiçoamento e a consolidação de um sistema de análise e gestão de risco como forma de combater a fraude, especialmente a subfacturação do valor aduaneiro;
 - (vii) O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da Base de Valor para suportar as posições dos agentes aduaneiros nas declarações de despacho;
 - (viii) A reestruturação do quadro de pessoal de forma a adequá-lo às necessidades actuais de serviços motivadas essencialmente pelo alargamento da cobertura nacional dos serviços aduaneiros através de criação de novas estâncias aduaneiras, de dinamização do funcionamento dos equipamentos de scanners de contentores nos portos da Praia, Mindelo e Palmeira, de um scanner de bagagens no aeroporto da Praia e de instalação e funcionamento no mesmo aeroporto de um scanner para detectar e identificar numerário e outros produtos de contrabando escondidos ou dissimulados por passageiros e outros usuários desse aeroporto;
 - (ix) O recrutamento de novos quadros como condição de superar a insuficiência de pessoal, evitando maiores constrangimentos no desempenho dos serviços;
 - (x) Maior disciplina, rigor e transparência na administração e controlo dos benefícios fiscais;
 - (xi) A implementação da plataforma informática concebida e em desenvolvimento para o controlo do destino e aplicação das mercadorias despachadas com isenção aduaneira;
 - (xii) O pagamento electrónico das declarações aduaneiras nas tesourarias aduaneiras;
225. A política aduaneira para o ano de 2015 deverá ter em vista aspectos cruciais, como sendo:
- (i) Alteração da Pauta Aduaneira em consequência da implementação da Tarifa Exterior Comum (TEC) CEDEAO de forma a manter o necessário equilíbrio das finanças públicas;
 - (ii) Acompanhamento da evolução dos preços dos derivados do petróleo e dos cereais para tomada de medidas pertinentes;
 - (iii) Intensificação da cooperação com outras administrações aduaneiras e organizações internacionais visando o combate à fraude;
 - (iv) Reforço do combate à fraude e à evasão fiscal, criando condições para um serviço de fiscalização mais actuante e eficaz, que passa necessariamente pela motivação do pes-

- soal aduaneiro, pelo reforço da articulação com a Guarda Fiscal e pela análise do risco envolvido na relação com os operadores;
- (v) Aposta na facilitação dos fluxos de circulação da logística internacional, com base no aprofundamento da análise de risco pelo Serviço Anti-Fraude, funcionando em rede com as estâncias aduaneiras, e com a simplificação dos procedimentos aduaneiros.
 - (vi) Promoção de um regime fiscal mais simplificado, mais transparente, justo, eficaz e efectivo possível;
 - (vii) Adesão às principais convenções internacionais em matéria aduaneira, elaboradas sob a égide da Organização Mundial das Alfândegas (OMA);
 - (viii) Reforçar as parcerias com as instituições nacionais com as quais a Administração Aduaneira deve articular-se no desempenho das suas funções, designadamente a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, a ARE, a ARFA e a DCI;
 - (ix) Maior rigor na concessão e controlo dos benefícios fiscais, aplicando eficientemente o respectivo Código que consagra os princípios e regras gerais através da Lei n.º.26/VIII/2013, de 21 de Janeiro;
 - (x) Intensificar o combate à subfacturação do valor aduaneiro e a cobrança das respectivas dívidas.
226. Porque a eficácia da fiscalização, o rigor dos controlos e a credibilidade da instituição dependem, em grande medida, da correcta aplicação do quadro normativo vigente, da aferição regular dos procedimentos, da capacidade técnica instalada e da ética dos funcionários e agentes, necessário se torna, no ano de 2015, apostar seriamente em aspectos importantíssimos, tais como:
- (i) A tradução dos diplomas legais aprovados pelos órgãos competentes em claras normas e instruções de serviço;
 - (ii) O acompanhamento da implementação dos procedimentos adoptados através do Serviço Anti-Fraude;
 - (iii) A reciclagem e a capacitação contínua dos Recursos Humanos (RH);
 - (iv) A criação e a administração de um sistema de motivação dos RH;
 - (v) A luta, sem tréguas, aos desvios da ética profissional;
 - (vi) A elaboração e fornecimento ao pessoal de um Código de Conduta a basear-se no anunciado Código da Administração Pública;
 - (vii) A implementação de uma plataforma informática de controlo de mercadorias objecto de isenção aduaneira;

- (viii) A edição do Boletim das Alfândegas de 2015, um instrumento de trabalho muito útil para os aduaneiros, os despachantes oficiais e os caixeiros despachantes, garantindo a continuidade da prática de edição desse valioso instrumento.

2.3.2.8. Política de Recursos Humanos

227. O Governo assumiu como sendo uma das acções prioritárias do seu Programa, a reforma do Estado e da Administração Pública. Nos últimos anos tem-se conseguido ganhos em termos de reconceituação e de modernização do Estado e de reforma da Administração Pública, com reflexos positivos ao nível do desempenho e da produtividade individual e organizacional.
228. O País encontra-se num processo estruturante de transformação socioeconómica, fazendo face a uma nova estratégia de modernização e competitividade, que visa a construção de um Estado aberto ao mundo, com forte dinâmica produtiva e de prestação de serviços, ancorada na utilização intensiva dos recursos tecnológicos, na aposta da inovação vs qualificação programada dos recursos humanos que estão a ser colocados à disposição do Estado, da Sociedade Cabo-verdiana e das necessidades do Mercado.
229. O desenvolvimento dos recursos humanos e a adopção de critérios modernos e rigorosos de gestão dos recursos públicos são dimensões essenciais da reforma do sector público e constituem suporte para a boa governação, pelo que, o Governo tem priorizado na elaboração das políticas de gestão de recursos humanos as dimensões que se seguem.

2.3.2.8.1. Redefinição da política e estratégia de gestão dos recursos humanos

230. Ajustar os mecanismos de gestão e desenvolvimento profissional dos agentes da Administração Pública no sentido de valorizar as competências, distinguir os

desempenhos elevados e os profissionais comprometidos com os objectivos e resultados da organização.

231. Implementação do novo sistema de avaliação de desempenho baseado numa comprovação periódica entre os objectivos fixados para cada funcionário e os resultados efectivamente alcançados, permitindo a avaliação através de critérios relevantes e válidos, baseado em indicadores reais de desempenho, capaz de ser uma fonte de informação que permite gerir o recrutamento e a selecção, a gestão de carreira, o sistema de remunerações e incentivos, as funções, o desenvolvimento das competências e o desempenho e a motivação. O desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários públicos será implementado em todos os serviços da Administração Pública Central e nos serviços desconcentrados do Estado.
232. A carta de missão que fixa os objectivos e os resultados a cumprir no horizonte da duração do contracto de gestão ou da comissão de serviço e o novo sistema de avaliação de desempenho obriga que os dirigentes sejam submetidos à avaliação cujos resultados determinam a renovação ou a cessação do contracto de gestão ou da comissão de serviço.
233. O desenvolvimento de uma plataforma informática que permite efectuar de forma célere, seguro, eficaz, transparente, contínuo e permanente a gestão do novo Sistema de Avaliação de Desempenho em toda a administração pública.
234. O recrutamento e selecção e a gestão de carreiras com base no mérito e no desenvolvimento de competências serão transparentes e avaliados mediante concurso, pelo que, será aprovada e implementada uma nova lei de ingresso e de desenvolvimento profissional assegurando que a Administração Pública seja servida por profissionais competentes.
235. A gestão e organização de concursos de recrutamento e selecção, de estágios profissionais e de ingresso e de acesso e para aferição de Talentos de Alto Potencial

como instrumento privilegiado de provisão de dirigentes e técnicos na função pública serão asseguradas pela Direcção Geral da Administração Pública.

236. A medida permitirá, uma gestão mais equilibrada das dotações anuais de vagas para recrutamento de técnicos qualificados incentivando a multidisciplinaridade e equilíbrio distributivo pelos sectores e regiões prioritárias e optimizando os índices de tecnicidade na Administração Pública, bem como a racionalização de custos com os recrutamentos.
237. A implementação do quadro supranumerário será efectivada através da redução do pessoal menos qualificado da Administração Pública, mediante um programa justo e transparente de supranumerários, uma vez esgotadas as possibilidades de requalificação profissional ou mobilidade interna.

2.3.2.8.2. Desenvolvimento de competências

238. A mudança de paradigma na Administração Pública Cabo-verdiana requer do pessoal dirigente, técnico e administrativo novas competências, novas práticas de gestão estratégica baseada em resultados, além de uma elevação no nível de desempenho.
239. O treinamento e o desenvolvimento dos recursos humanos são hoje encarados como dos principais instrumentos de desenvolvimento institucional de Cabo Verde. Para atingir os objectivos estratégicos governamentais de maneira eficiente e eficaz os recursos humanos da Administração Pública necessitam de conhecimentos, aptidões, competências e atitudes adequadas às actividades desempenhadas e alinhadas aos objectivos institucionais.
240. Além das necessidades imediatas de reforço das capacidades individuais ou a requalificação do pessoal excedentário, há crescente necessidade da promoção do desenvolvimento humano e técnico contínuo. O Governo promove, designadamente através dos estatutos de pessoal, uma estratégia nacional de capacitação dos funcionários Públicos, com foco em competências essenciais e transversais que permitirá a adequação contínua das competências individuais às transformações do país e às prioridades da Administração Pública.

241. As acções de treinamento e desenvolvimento profissional designadamente nos domínios técnicos, tecnológico, gerencial e do empreendedorismo devem constituir actividades importantes e constantes da Função Pública pela sua importância na perspectiva da produtividade organizacional e competitividade do País.
242. As acções de formação profissional, certificadas, no interesse do serviço e relacionadas com a actividade concreta do funcionário, bem como as de natureza horizontal, constituem uma das âncoras do processo de desenvolvimento profissional do funcionário, cabendo aos funcionários zelar pela sua constante actualização e requalificação profissional.
243. O PCCS orienta no fomento e apoio a programas de treinamento e desenvolvimento profissional e académico de carácter sistemático e que articule prioridades de desenvolvimento institucional com planos individuais de carreira.
244. As práticas formativas serão ajustadas ao contexto, à realidade e à especificidade das organizações e do País, optimizando o recurso a tecnologias como o *e-learning* e o *b-learning* com vantagens na cobertura nacional e ao nível de custos e tempo de deslocações.

2.3.2.8.3. Modernização da gestão do pessoal na Administração Pública

245. A definição de políticas de gestão Previsional dos Recursos Humanos e o apoio ao processo decisório é um dos objectivos da reforma, e passa, necessariamente, pela adopção de políticas e medidas que visam a informatização da gestão dos Recursos Humanos, subordinados a critérios integradores, objectivos e transparentes suportadas em soluções e ferramentas utilizando as TIC's.
246. A Base de Dados da Administração Pública permite a actualização e validação dos dados e uma maior transparência e agilidade nos procedimentos administrativos. A tramitação dos processos através da aplicação informática da BDAP em tempo real e

com alto grau de fiabilidade e os novos fluxos para a tramitação dos actos de Gestão de Recursos Humanos através da Plataforma informática da Base de Dados da Administração Pública, contribuem para a redução dos custos na gestão dos processos, da morosidade e da diminuição das pendências.

247. O acompanhamento directo dos processos pelos interessados e a gerência em tempo real dos processos tramitados pela Administração Pública possibilita melhores relações laborais e clima organizacional distendido em função da celeridade e eficiência na gestão dos actos com implicação directa na produtividade organizacional e na vida dos funcionários.
248. A inserção de funcionários de Projectos de Investimento, Fundos e Serviços Autónomos e Institutos Públicos possibilitará ter uma fotografia real através da Base de Dados do número de funcionários e conseqüentemente do peso salarial global.
249. O recenseamento, actualização e desconcentração da BDRH às delegações e às Escolas do ensino secundário o que irá permitir ter dados actuais do quadro docente.

2.3.2.8.4. Protecção Social: Financiamento vs Risco Fiscal

250. O Regime de protecção social dos agentes da administração pública (APUB) por força do Decreto-Lei n.º 21/2006, de 27 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 40/2006, de 10 de Junho, passou a ser um regime fechado, aquando da consagração de três tipos de agentes:
- Aposentados ao abrigo da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro;
 - Agentes Actuais (providos até 31 de Dezembro de 2005);
 - Novos Agentes (providos após 31 de Dezembro de 2005) - integralmente abrangidos pelo sistema consagrado pelo Decreto-Lei n.º 5/2004, 16 de Fevereiro.

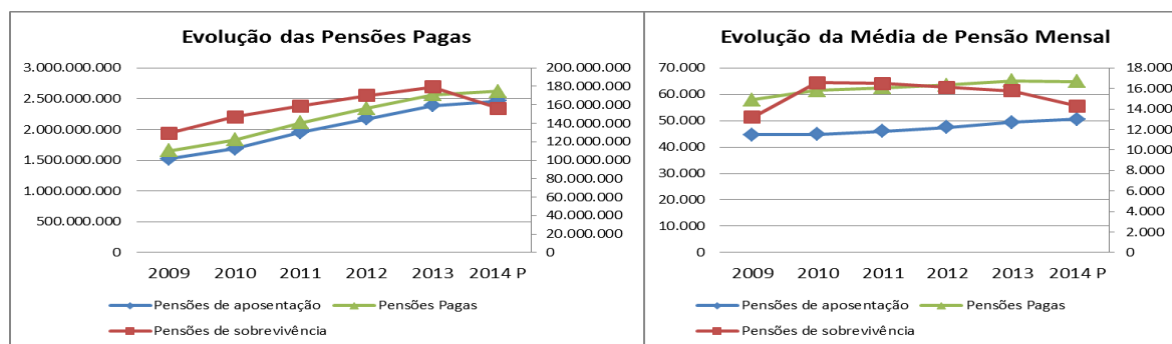
251. Os dois primeiros tipos de agentes constituem o grupo fechado, totalizando cerca de 12 mil integrantes, sendo que, em finais de 2014, cerca de 36% são aposentados. Esse grupo fechado beneficia:
- i. Assistência médica, hospitalar e medicamentosa pelo Regime Geral INPS – Financiado pelas contribuições de 8% dos trabalhadores à Previdência Social;
 - ii. Prestações diferidas e familiares pelo Regime da Função Pública, financiado pelo Orçamento do Estado.
252. Claramente, é objecto de preocupação o ponto ii do parágrafo anterior, quando se tem em conta a sustentabilidade do modelo de financiamento. Isto, atendendo:
- a não existência de reservas constituídas no serviço público;
 - a inexistência de qualquer contribuição dos funcionários públicos para o regime fechado³;
 - que a contribuição dos 8% pensionistas ao INPS, para a assistência médica, hospitalar e medicamento é, totalmente, financiado pelo Orçamento do Estado.
253. A preocupação com a sustentabilidade vs modelo de financiamento do sistema é acentuada não apenas pelo aumento crescente de novos pensionistas, mas também derivado do início da fase de transição demográfica. Isto, tendo em conta a dinâmica do crescimento populacional, decorrente dos avanços da medicina, urbanização, desenvolvimento de novas tecnologias, taxas de mortalidade e outros factores (caracterizada por ter taxas de natalidade e de mortalidade baixas), de acordo com os indicadores do sector da saúde em Cabo Verde e dados do INE.
254. Por estas razões, a prazo, o regime das pensões dos agentes da APUB actualmente existente, afigura-se um risco fiscal. Para fazer face a estes desafios destacam-se as seguintes medidas de políticas a curto prazo:
- Revisão do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência;
 - Harmonização das prestações deferidas – Regime Geral vs o da Função Pública;
 - Criação de Fundo de Pensão para o regime da Função Pública.

³ Tendo em conta o ponto ii

2.3.2.8.4.1. Evolução das Pensões

255. Nos últimos 5 anos, a semelhança dos anos anteriores, tem registado um crescente aumento das pensões de aposentação, quer a nível de novos pensionistas bem como da média de pensão mensal, conforme se pode observar nos gráficos que abaixo se apresenta.

Figura 28 Evolução das pensões 2009-2014

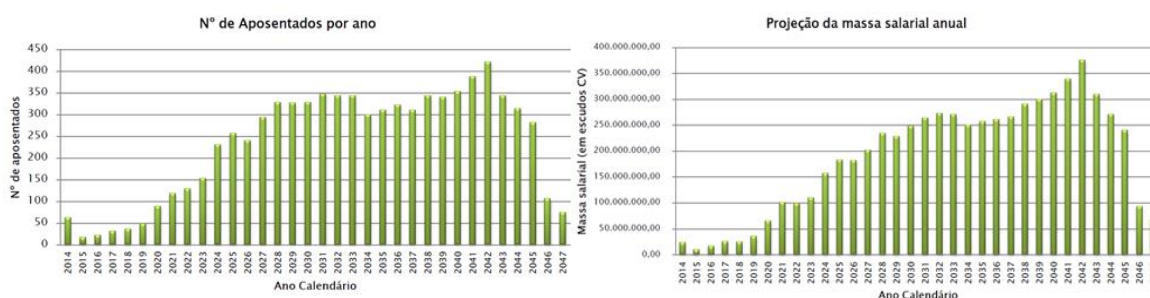


Fonte: MFP – SIGOF

256. Em 2014, os encargos com as pensões do regime da Função Pública totalizava o montante de 2.828 mil contos CVE, representando cerca de 7,1% do total das despesas correntes do Orçamento do Estado.

257. Entretanto, mantendo as condições actuais, o boom de crescimento dos encargos do orçamento com as pensões, segundo o Estudo Actuarial Regime de Protecção Social dos Agentes da Administração Pública, Adriano Andrade Moreno, Sensus, Lda, 2014, encomendado pela SEAP, observar-se-á em menos de 10 anos, mantendo uma tendência crescente até 2045.

Figura 29 Evolução das pensões 2014-2047



Fonte: Estudo Actuarial Regime de Protecção Social dos Agentes da Administração Pública, Adriano Andrade Moreno, Sensus, Lda, 2014 - SEAP

2.3.2.8.4.2. Aplicação da reforma e implementação do Fundo de Pensão

258. Impõe-se resolver hoje o desafio do modelo de financiamento do sistema, para garantirmos aos activos, sem que haja risco fiscal, certeza de, no futuro, serem também contempladas com as respectivas pensões.
259. A prazo, o Estado terá que suportar um encargo excessivo com o pagamento de pensões, acrescido ao encargo com os funcionários ainda no activo (contribuição de 15% a previdência Social relativamente aos Novos Agentes.
260. É neste sentido que, no último semestre de 2014, com vista a criação e implementação de um fundo de pensão para o regime fechado da Função pública, esta a decorrer a contratualização de uma assistência técnica através da FUNDAP – Brasil a nível de:
- i. adequação dos demais normativos técnicos e operacionais, nomeadamente regulamentos, necessários para o efectivo funcionamento do Fundo de Pensão, tais como os princípios da política de investimento e normativas que orientarão a supervisão do Fundo de Pensão;
 - ii. implementação e acompanhamento da gestão do Fundo para os dirigentes envolvidos no novo modelo, bem como uma semana de assistência técnica na cidade da Praia para acompanhamento da implantação do Fundo.

2.3.2.8.5. Políticas activas para o mercado de trabalho

261. A Bolsa de Qualificação e Emprego tem por objectivo dinamizar os processos de divulgação e publicitação das oportunidades de recrutamento e de mobilidade geográfica, interdepartamental e profissional dos recursos humanos da Administração Pública mediante a previsão de mecanismos que permitem contribuir para uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos humanos com reflexos na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

262. A Bolsa de Qualificação e Emprego é um instrumento privilegiado de divulgação das oportunidades de emprego, faz a publicitação e a arbitragem entre a oferta e a procura de emprego público no País. A medida traduz-se numa profunda alteração no procedimento administrativo e enquadra-se no âmbito da sociedade de informação uma vez que toda a informação relativa ao emprego público no País passará a estar disponibilizada aos potenciais utilizadores através da Internet.
263. A Bolsa de Qualificação e Emprego, enquanto instrumento de intermediação de mão-de-obra, a par da formação profissional e dos programas de geração de emprego e de rendimento, constitui instrumento de reforço das políticas activas no sentido de maior eficiência do mercado de trabalho e da competitividade do País.
264. A inserção na vida activa dos jovens, em especial os recém-saídos dos sistemas de educação e formação, é uma preocupação do Governo, que perspectiva uma actuação concertada e consistente que articule, entre outras, a política educativa e a política de formação.
265. Administração Pública é o sector onde há maior diversidade de competências e nela se justifica a oferta de estágios remunerados distribuídos por áreas funcionais de forma a permitir o pleno aproveitamento do investimento nacional na formação de recursos humanos qualificados.
266. O Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública prossegue a finalidade de desenvolver competências, motivar e melhorar o desempenho e a empregabilidade dos recém-formados e contribuir para melhorar a qualidade do atendimento e a prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.
267. A Administração Pública interpretando as necessidade dos cidadão e das empresas, em matéria de desenvolvimento de competências, qualificação do trabalho e adequação da mão-de-obra, com o Programa de Estágios Profissionais visa no domínio da qualificação dos recursos humanos visa contribuir para a flexibilidade do mercado laboral

e para a melhoria do ambiente de negócios estabelecendo compromissos com o sector privado e com as necessidades do mercado.

2.3.2.8.6. Melhoria da qualidade do desempenho organizacional e Inovação

- 268.** As organizações públicas têm sido cobradas a prestar serviços com maior efetividade, com níveis mais elevados de produtividade e qualidade. O princípio é produzir cada vez mais e melhor, utilizando os recursos humanos disponíveis de forma mais racional, daí que a implementação de mecanismos de avaliação de desempenho contribuirá para a melhoria do processo de mudança e prestação de serviço com mais qualidade.
- 269.** Actualmente exige-se uma gestão de recursos humanos cada vez mais flexível, entretanto a cobrança por resultados são cada vez mais necessária. Sendo os recursos humanos um factor chave no desempenho global da organização, a monitorização do seu desempenho e da sua motivação é uma operação cada vez mais relevante para os trabalhadores e para o desempenho da organização como um todo.
- 270.** O padrão burocrático de efectuar avaliação de desempenho cedeu lugar para a inovação e para a necessidade de agregar valor à organização, às pessoas que nela trabalham e aos clientes que dela se servem.
- 271.** A avaliação de funcionários deve ser encarada como parte integrante da gestão pública, visando criar novas oportunidades e novas dinâmicas de aperfeiçoamento dos serviços da Administração Pública.
- 272.** Nesta vertente, a Administração Pública precisa dar um salto qualitativo e evoluir para uma gestão determinada por objectivos, orientada para resultados e dotada de instrumentos de gestão eficientes e eficazes para actuar e responsabilizar, motivando os seus funcionários para um desempenho de qualidade, reconhecendo o mérito e a excelência.

273. A avaliação de desempenho e as remunerações de acordo com o mérito são descritas pelos “gestores de sucesso” como os instrumentos mais poderosos nos sistemas de motivação das organizações.
274. Avaliação de desempenho apresenta as seguintes vantagens:
- Para o gestor Público – apoio na gestão e organização do trabalho e na condução da equipa para o cumprimento dos resultados esperados para sua área.
 - Para o funcionário - participação activa na definição de resultados e clarificação do que se espera dele e de cada membro da equipa e dos recursos necessários para a execução das actividades.
275. A partir de Dezembro de 2014, a Administração Pública cabo-verdiana terá um novo sistema de avaliação de desempenho, baseada em objectivos e competência pré-definidos. O sistema terá duas dimensões, a institucional e a individual. Todo este sistema será gerido numa plataforma informática.

2.3.2.8.6.1. Implementação do Modelo Comum de Avaliação- Modelo CAF (*Common Assessment Framework*)

276. O Modelo CAF – *Common Assesment Framework* é um modelo de auto-avaliação da qualidade desenvolvida pela União Europeia, evolui do Modelo EFQM, para medir o desempenho na Administração Publica, através de um diagnóstico das actividades e dos resultados com base em evidências.
277. O modelo CAF Inclui nove critérios, e 28 subcritérios divididos em 5 critérios de meios e 4 critérios de resultados. Os critérios de meios são: (i) Liderança (ii) Estratégia e Planeamento (iii) Gestão de Recursos Humanos (iv) Parcerias e Recursos (v) Gestão dos Processos e da Mudança. Os critérios de Resultados são: (i) resultados orientados para o cidadão/Cliente (ii) resultados relativos as Pessoas (iii) Impacto na Sociedade (iv) Resultados de desempenhos chave.

278. A utilização do Modelo CAF constitui o ponto de partida para Melhoria Contínua da Organização. Permite: (i) Conhecer os pontos fortes e oportunidades de melhoria das organizações públicas; (ii) Revelar as percepções das pessoas em relação à sua própria organização; (iii) Aumentar a mobilização interna para a mudança e acrescentar mais-valias no sentido da auto-responsabilização dos gestores; (iv) Construir projectos de mudança sustentados, com base no conhecimento do estado de saúde da organização.
279. O Modelo CAF pretende apoiar nessa procura constante da qualidade, através da constatação de evidências e acções de melhoria que será transformado num plano de melhoria contínua que, ao ser implementado, contribuirá para a melhoria do relacionamento entre a Administração Pública e o cidadão e empresa e consequentemente gerar melhor ambiente de negócios.
280. A experiência piloto a decorrer será implantada na Direcção Geral de Industria e Comércio e a na Direcção Geral de Registos e Notariado (Conservatórias da Praia) para posterior disseminação por todos os Serviços da Administração Pública cabo-verdiana.
281. Será criado o Centro CAF na Direcção Geral da Administração Pública, que terá entre várias atribuições a de assessorar os Serviços Públicos na implementação da CAF.
282. A auto-avaliação proposta pela CAF - *Common Assesment Framework* em articulação com a implementação Lei de Modernização Administrativa visa medir a qualidade dos impactos das reformas, na prestação de serviços de atendimento e Informação prestada, procedimentos, satisfação dos operadores, entre outros e contribuir para a melhoria dos indicadores relacionados com o ambiente de negócios.

2.3.2.8.6.2. Promoção da reforma da Administração Pública e a utilização das TICs na sua modernização

283. A Lei da Modernização Administrativa, consubstanciada na Lei n° 39/VI/2004, promove a reforma da Administração Pública e a utilização do TIC na sua modernização.

Tem por finalidade orientar a acção de acordo com os princípios da integração, celeridade e qualidade, protecção da confiança e responsabilidade, comunicação eficaz e transparente responsabilização e gestão participativa.

284. Um plano de implementado ancorado numa estratégia de comunicação para a divulgação e apropriação pública da LMA, com recurso aos vários canais, tanto a nível interno da Administração Pública bem como a nível externo junto dos cidadãos e empresas, será tarefa da Comissão de Seguimento e Avaliação da Implementação da LMA em articulação com os Sectores e demais parceiros.

2.3.2.8.6.3. Valores éticos e deontologia profissional na Administração Pública

285. Os valores éticos e a deontologia profissional são cada vez mais reconhecidos como princípios do desenvolvimento económico e da consolidação do Estado de Direito Democrático. A ética pública e a deontologia profissional estão na agenda de todos os países e evidências comprovam que a sua ausência tem efeitos perversos sobre a economia, a organização da administração pública e sobre o Estado de Direito Democrático.
286. A promoção da ética e da deontologia profissional implica investimentos de reforço institucional, designadamente aspectos normativos e mecanismos de gestão modernos que promovem a transparência na gestão pública, o combate a corrupção e resultados efectivos que permitem responsabilização e punição de condutas perversas ao interesse público.
287. A Constituição da República e a Lei que define as bases em que assenta o regime da função pública definem valores éticos da função pública, princípios deontológicos do funcionário e proibições éticas que orientam a Administração Pública na definição de modelos de conduta dos funcionários orientado para o profissionalismo e a urbanidade e a eficiência e a qualidade na prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.

288. O Código da Ética e da Deontologia Profissional na Administração Pública é fundamental para uma gestão pública sã, combate à corrupção e garante da estabilidade política e boa governação, condições imperativas para a redução da pobreza e das desigualdade social, fomentar o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento.

2.3.2.9. Política da Despesa do Estado

289. Para 2015, é objectivo deste Orçamento garantir a meta do défice de 7,3% do PIB. Para atingir este desiderato, o OE 2015 é elaborado tendo em conta as medidas de contenção das despesas quer a nível dos serviços simples da Administração Pública directa, quer a nível dos serviços e fundos autónomos da Administração indirecta bem como a nível dos Órgãos de Soberania do Estado.

290. O esforço da consolidação orçamental já iniciada será continuada em 2015 para a prossecução do maior controlo dos gastos e melhoria da qualidade da despesa pública.

291. Assim, o Orçamento para 2015 incorpora as seguintes medidas de política:

- Contenção das despesas correntes;
- Novos recrutamentos de pessoal com autorização prévia do descongelamento pelo Conselho de Ministros
- Racionalização de estruturas na Administração Pública;
- Redução transversal da despesa na aquisição de activos não financeiros no âmbito do funcionamento da máquina pública.

2.3.2.10. Programa de Investimento Público

292. Tendo em conta que perspectiva-se que o produto interno bruto deva crescer entre [3-4], em 2015, a estratégia do investimento público continua a priorizar os programas com maior impacto no crescimento económico e na infra-estruturação do país e que terão efeitos positivos no produto.

293. O programa de Investimento Público foi elaborado numa óptica plurianual (2014 a 2017) e tendo como base a DECRP III, o QOMP e QDMP, no sentido de orientar o programa de investimentos para o crescimento económico e redução da pobreza, bem como neutralizar os desequilíbrios regionais.

2.3.2.11. Política da Dívida Pública para 2015

294. Actualmente, a nação global vive num cenário de crise financeira internacional que contagiou negativamente a gestão da dívida soberana dos governos americanos e Europeus, com uma forte especulação nos mercados, e incitando em alguns países uma profunda recessão económica.

295. De forma a mitigar o efeito contágio, por um lado, sentiu-se a necessidade por parte dos organismos Internacionais de reformulação na forma de monitorização da dívida soberana, e de adequar os países de novas metodologias de gestão prudente e na definição das estratégias alternativas de endividamento. Por outro, de forma a garantir a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade, a coordenação entre a política orçamental e monetária é indispensável.

296. Cabo Verde sendo uma pequena economia aberta têm primado para que a Gestão da Dívida Pública decorra num ambiente de estreita coordenação entre a Política Orçamental do Estado e a Política Monetária do Banco Central, orientada sobretudo para estabilidade cambial e pela criação de condições de financiamento da economia e do Estado.

297. O Governo de Cabo Verde implementou nos últimos cinco anos um programa de investimento público, visando a infra-estruturação do país, baseado em capital intensivo, objectivando criar factores de competitividade e dinamizar o sector privado. Para tal, recorreu ao endividamento externo, como opção de política económica, com uma estratégia delineada e previamente concertada com todos os parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde, aproveitando a janela de concessionalidade, empréstimos em condições mais favoráveis.

298. A tomada de decisão de infra-estruturação do país foi architectada com base numa estratégia de endividamento, delineada no documento de Estratégia de Gestão da Dívida a Médio Prazo (QEMP), actualizada anualmente e monitorizada pelo Sistema de Seguimento e Avaliação dos Projectos.
299. Neste âmbito, como tem sido prática, para o exercício de 2015, a gestão da dívida continuará a ser activa, norteada nas linhas estratégicas definidas no QEMP e na análise de sustentabilidade da dívida, procurando identificar os riscos e mitigá-los, bem como a identificação dos riscos dos passivos contingentes.
300. A estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida Pública vai orientar a contratação de recursos financeiros para cobertura das necessidades de financiamento previstas de acordo com os pressupostos macroeconómicos assumidos até 2018. A Estratégia será baseada no princípio de consistência da estrutura e composição da dívida pública com as políticas macroeconómicas, alinhamento do serviço da dívida com a projecção da despesa pública de curto, médio e longo prazos e a mitigação do risco associado ao endividamento público.
301. Tendo em conta a minimização do custo e risco e a manutenção da dívida pública em níveis sustentáveis, analisou-se as seguintes estratégias de endividamento para um horizonte de 5 anos que foram testadas sob choques de taxas de juro e de Câmbio:
- ✓ **Estratégia 1:** Endividamento externo em cerca de 70 % e o remanescente Interno, sendo que o externo com forte componente concessional. As fontes de financiamento externo são na maioria provenientes de credores Multilaterais e Bilaterais em termos concessionais e semi-concessionais.
 - ✓ **Estratégia 2:** Endividamento interno líquido atingindo o máximo de 3% do PIB e em termos comerciais. O endividamento externo continua a ter maior peso, sendo originários de fontes concessionais multilaterais e Bilaterais. Esta estratégia ilustra o objectivo do desenvolvimento do mercado interno tendo em consideração a recente reforma de mercado da dívida pública.

- ✓ **Estratégia 3:** Endividamento externo com menor componente concessional, ou seja, em termos comerciais, semi-concessionais, oriundos de fontes bilaterais e multilaterais. Esta estratégia ilustra os custos e riscos relacionados com a contratação futura de empréstimos em condições comerciais, ou seja espelha a transição do país ao patamar de grupo de países de rendimento médio.
- ✓ **Estratégia 4:** Acesso ao endividamento externo unicamente em EUR, em condições concessionais, semi-concessional e endividamento Interno. A componente externa com maior predominância para os semi-concessionais oriundos de credores bilaterais. Esta estratégia ilustra a exposição do risco cambial face ao USD (31% da carteira da dívida externa está em USD), uma vez existe a paridade fixa (PEG) ao euro.

302. Após a exploração de cenários alternativos e cenários de choques de taxas de juro e câmbio, a estratégia em termos de indicadores de custo e risco, referentes ao rácio Dívida/PIB e Serviço de Dívida/PIB é a dominante, em termos de indicadores de custo e de risco, conforme que se constatar no quadro infra⁴.

Figura 30 Indicadores de custo e Risco

Indicadores de Risco		2013	Final de 2018			
		Corrente	S1	S2	S3	S4
Dívida Nominal % PIB		98,0	94,0	94,8	94,3	94,5
Valor Presente % PIB		72,2	71,4	77,9	76,5	77,1
Taxa de Juro Implícita (%)		2,1	2,1	2,5	2,2	2,3
Risco de Refinanciamento	Tempo médio de Maturidade Dívida Externa (anos)	14,7	13,6	11,8	12,0	11,9
	Tempo médio de Maturidade Dívida Interna (anos)	4,7	4,4	5,5	4,7	4,5
	Tempo médio de maturidade Dívida Total (anos)	12,2	12,0	10,2	10,8	10,3
Risco Taxa de Juro	Tempo médio de Alteração da Taxa de Juro	11,5	11,7	9,8	10,5	10,0
	Dívida com alteração de taxa de Juro em 1 ano (% do total)	11,8	9,7	11,4	9,7	11,4
	Dívida a Taxa Fixa (% do total)	91,8	95,4	93,9	95,5	94,3
Risco Taxa de Câmbio	Dívida em moeda estrangeira % do total	75,6	82,6	74,7	82,5	79,0

Fonte: MFP

303. Neste contexto, a estratégia I, é a estratégia que permite ao país manter-se dentro dos parâmetros de sustentabilidade da dívida com risco moderado, tendo em conta os seguintes desafios:

- (i) Uma boa performance na arrecadação das receitas;
- (ii) A reacção positiva da economia a médio prazo;

⁴ Na altura do exercício do exercício do MTDS o Stock de 2013 era provisório. O foco do MTDS é a definição das estratégias de financiamento tem base à análise de custo e risco inerente a cada uma.

- (iii) Assinatura de contractos de concessão por cluster;
- (iv) Alavancagem do sector privado via privatização de serviços.

304. Neste quadro os recursos externos continuam a ser a prioridade, na contratação da dívida do Governo Central, com preferência para os recursos com taxas de concessionalidade igual ou superior a 35%, tendo o Euro como moeda de opção, na contratação e com período de carência e maturidade longas. Propõe-se que esses recursos sejam canalizados para financiamento de projectos estruturantes com elevado valor acrescentado, com potencial de gerar *cash flows* de forma a garantir a sustentabilidade da dívida pública e a promoção de condições do desenvolvimento sustentável do país.
305. No que tange aos recursos internos, propõe-se que sejam utilizados para suprir as necessidades de Tesouraria de curto prazo e financiar as contrapartidas nacionais no quadro do programa de investimento público até um nível em que se pode manter o Stock da dívida interna líquida em torno dos 20% do PIB, com o propósito de impulsionar as políticas do governo de promoção e dinamização do sector privado.
306. Fazem parte da estratégia nas emissões internas, a manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes, e procurar-se sempre identificar a melhor distribuição dos vencimentos ao longo dos anos, de forma a contribuir para a redução do risco de refinanciamento e de mercado. Essas estratégias contribuem para o desenvolvimento da estrutura temporal de taxas de juros de longo prazo, criando melhores condições para o financiamento público e privado.
307. Paralelamente, no quadro de desenvolvimento do mercado da dívida pública, pretende-se manter a interlocução com os diversos segmentos representativos do mercado financeiro, tanto do doméstico quanto do internacional, com vista a ampliar e diversificar a base de investidores, conservar a transparência de suas actuações e assegurar a mais adequada oferta de títulos públicos.
308. Pretende-se ainda no mesmo quadro, pretende-se por um lado efectivar a segundo do projecto Mercado da Dívida Pública que consiste em possibilitar o acesso aos produtos via, ATM, *Homebanking*, Telemóveis e Website, por outro estimular os projectos que

visem a qualificação dos profissionais e a educação financeira dos investidores, e continuar com a política de aperfeiçoamento do sistema de dealers (*market makers*) e priorizar estudos envolvendo práticas e produtos que possam contribuir para o desenvolvimento do mercado dívida pública cabo-verdiana.

309. Constituem prioridades de gestão, a Implementação e o seguimento das linhas orientadoras definidos no QEMP a análise do impacto de cada novo acordo de empréstimo na sustentabilidade da dívida, utilizando o *Management Tools* do Sistema da Gestão da Dívida (CS-DRMS) ou caso justifique o DSA (*Debt Sustainability Analysis*), a análise e seguimento de todos os riscos inerentes do portfólio, bem como a elaboração e a publicação periódica de estatísticas da dívida Pública.
310. Para a implementação do acima exposto, propõe-se, na gestão corrente da dívida, o seguinte:
- (i) Manter o nível de endividamento externo em torno de 70% das necessidades de financiamento, priorizando os credores que garantem o financiamento ao mais baixo custo possível;
 - (ii) Acautelar-se dos Riscos inerentes à carteira da dívida pública, entre os quais, o Risco Cambial, que pressupõe uma análise quanto à composição da moeda do portfólio, ao desfasamento entre as divisas que compõem as reservas do Banco Central e as demais vulnerabilidades da balança de pagamentos, o risco de taxa de juros, do qual a preferência são as contratações com taxas de juro baixas e fixas;
 - (iii) Priorizar o Euro nas novas contratações e o USD como moedas de pagamento do serviço da dívida enquanto o cambio nos é favorável, tanto em relação USD/CVE, comparativamente com o cambio Euro/CVE bem como as outras relações cambiais do USD com as restantes moedas do nosso portfólio, cujo serviço da dívida é livre. De salientar que a reserva cambial do BCV é constituída apenas por duas moedas, o Euro e USD.
 - (iv) Manutenção da estratégia de endividamento delineada anteriormente, ou seja, recorrer a financiamento maioritariamente concessional e externo, privilegiando o EUR como moeda de contratação;
 - (v) Endividamento Interno líquido até o limite de 3% do PIB;
 - (vi) Priorizar os projectos com elevado valor acrescentado;

- (vii) Manter a coordenação com autoridades monetárias e os *stackholders* no processo de financiamento.

311. Constituem ainda metas da gestão da dívida:

- (i) Analisar e programar as emissões dos Títulos do Tesouro, tendo em vista a redução do risco de refinanciamento na carteira, procurar emitir títulos com maior maturidade possível;
- (ii) Reclassificação e flexibilização de taxas de juro por diferentes maturidades dos Instrumentos da dívida interna na emissão dos títulos;
- (iii) Seguir o risco contingente relativo aos passivos das empresas públicas e assegurar um nível de endividamento das mesmas de forma sustentável bem como o seguimento dos empréstimos de retrocessão;
- (iv) Propor que seja efectivada e operacionalizada o fundo de garantias do aval, já prevista na lei, para os novos avales a conceder;
- (v) Continuar a reportar às entidades competentes os dados estatísticos trimestrais da dívida a fim de lhes permitir o seguimento e tomadas de decisões aferentes em tempo útil.

312. Para além dos desafios acima elencados, deve-se ter presente o esgotamento dos modelos tradicional de financiamento, justificado pelo grau do desenvolvimento e consequência do sucesso da implementação dos projectos. Neste quadro sugere-se, por um lado, a estratégia de investimento que integrará cada vez mais o sector privado através de Parcerias Público-Privadas ou do desenvolvimento do *Project Finance*. Por outro, aposta-se no desenvolvimento do mercado dos títulos da dívida pública, que continuará a ser prioritário e se afigurará como uma das principais fontes de financiamento do Governo. Pretende-se continuar a desenvolver o mercado da dívida pública, apostando na educação financeira, criação de novos produtos financeiros susceptíveis de captar na diáspora, com o intuito de decrescer o custo financiamento do Governo, bem como o desenvolvimento do mercado secundário dinâmico e líquido, contribuindo para a afirmação internacional do mercado de Capitais de Cabo Verde.

313. Um outro desafio implícito, prende-se com a definição de um modelo eficiente de gestão das infra-estruturas para que possam gerar benefícios económicos e gerar externalidades positivas para economia. Para tal, o governo pretende continuar a

retroceder os projectos estruturantes para o Balanço das Empresas Públicas que são instrumentos de política económica, passando assim a sua gestão numa lógica empresarial e mais eficiente. As empresas públicas do modo geral e principalmente as objecto de retrocessão passarão a adoptar os princípios de boas práticas de *Corporate Governance*, sendo que, a contratação dos gestores será feita com base em contractos de gestão, com metas qualitativas e quantitativas, devidamente monitorizados.

2.4. Metodologia Orçamento Programa

2.4.1. Articulação entre o Planeamento e o Orçamento: Programa e a Gestão baseada em Resultados

314. O Sistema de Planeamento de Cabo Verde vem incorporando nos últimos anos instrumentos modernos de planeamento para acompanhar o novo Modelo de Planeamento baseado na abordagem por programas, gestão baseada em resultados e o sistema de seguimento e avaliação.
315. O Programa do Governo, e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio representam o quadro genérico de políticas e objectivos gerais que orientam actualmente o exercício de planificação ao nível nacional. Desse quadro geral são esboçadas as políticas, os objectivos e os programas que traduzem as intervenções do Estado e são definidas as prioridades dentro dos limites impostos pelos recursos disponíveis ou a mobilizar.
316. Os Documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) e o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) assumiram-se como instrumentos centrais que permitem harmonizar as políticas com as prioridades, bem como determinar o envelope de recursos necessários à sua implementação. Este modelo, visto em toda a sua dimensão, permite integrar, de um modo coerente, a formulação de políticas públicas, o processo de planeamento, o desenho de programas e a respectiva incidência sobre a despesa pública e, conseqüentemente, sobre o Orçamento do Estado.
317. A experiência recente de Cabo Verde revela um avanço importante no sentido dessa

integração e várias acções importantes têm vindo a ser adoptadas visando tornar o sistema de planeamento mais abrangente, efectivo e integrado, sendo de destacar as seguintes:

- A Abordagem por Programas – metodologicamente o Governo já deu sinais claros relativamente a esta nova abordagem do planeamento. A nova metodologia permite a operacionalização faseada de um conjunto de novos princípios e práticas como o orçamento programa e a gestão por objectivos. Com esta iniciativa, o Governo pretende alargar os conceitos de Orçamento-Programa e de gestão orçamental por objectivos à elaboração, apresentação e execução do orçamento de Estado na sua globalidade incluindo todos os âmbitos do Sector Público, definindo e realizando gastos públicos no quadro de programas detalhados por órgão, função, projecto ou actividade a desenvolver.
- A elaboração de Quadros orçamental de Médio Prazo (QOMP) e endividamento (QEMP) que permitem integrar o contexto macroeconómico internacional e doméstico no processo de planeamento e alavancar a visão plurianual do processo orçamental.
- A consagração do Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) e dos Quadros de Despesas Sectoriais a Médio Prazo (QDS-MP), enquanto instrumentos que orientam a elaboração do Orçamento do Estado, definindo as prioridades das despesas públicas em uma óptica plurianual.
- O estabelecimento de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) que assegura já a gestão de alguns módulos do sistema orçamental e que deverá apoiar o Sistema de Planeamento na recolha, conservação e gestão de dados e no seguimento e avaliação dos programas e projectos públicos.
- A implementação do sistema de Seguimento e Avaliação (S&A) em um primeiro estágio no âmbito do governo central e institutos mas que ainda precisa ampliar o âmbito de sua aplicação para outras entidades do sector público, nomeadamente agências reguladoras, municípios e empresa públicas.

318. A consagração do conceito de “Orçamento Programa” em todas as fases do processo de planeamento, a introdução da programação plurianual em conjunto com a introdução de novos classificadores únicos para todos os estágios do ciclo de planeamento (utilizados já na elaboração do DECRP III) constituem avanços definitivos

no sistema de planeamento cabo-verdiano.

- 319.** A adopção da metodologia do Orçamento por Resultados pode ser considerada a etapa subsequente a consolidação do Orçamento Programa e o garante do sucesso deste. O Orçamento por Resultados pode ser definido como um sistema de orçamentação que explicita os resultados para os quais se requerem os recursos, apresentando os custos dos programas e os projectos e as unidades a eles associados para alcançar esses resultados, bem como os produtos a serem gerados por cada acção.
- 320.** Neste sentido, a alocação de recursos públicos no Orçamento por Resultados não estará vinculada ao tradicional funcionamento das unidades administrativas, mas à produção de resultados sob a responsabilidade dessas unidades, alinhados com os objectivos das políticas de governo.
- 321.** Por meio da prática do Orçamento por Resultados espera-se o uso mais eficiente e eficaz dos recursos públicos, a melhoria geral do desempenho do sector público e o aprimoramento da transparência e do processo de prestação de contas à sociedade.
- 322.** A adopção do método do Quadro Lógico vem demonstrando importantes avanços no processo de planificação, seguimento e avaliação à nível de todos os sectores e a recente aprovação da nova Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento figura-se como um dos factores determinantes para a consolidação e o sucesso do Orçamento por Resultados no caso de Cabo Verde.

2.4.2. Orçamento Programa

- 323.** A elaboração da proposta do Orçamento do Estado, para o exercício económico de 2015, teve por base os princípios consagrados na Lei de Bases do Orçamento e Nova Lei de Base de Planeamento, seguindo as orientações do Programa do Governo no que se refere aos eixos de política orçamental e financeira.
- 324.** A previsão de despesas e de receitas, para o ano 2015, são calculadas na base do ritmo do crescimento da actividade económica, bem como da inflação e demais indicadores macroeconómicos previstos, no Quadro Orçamental Médio Prazo

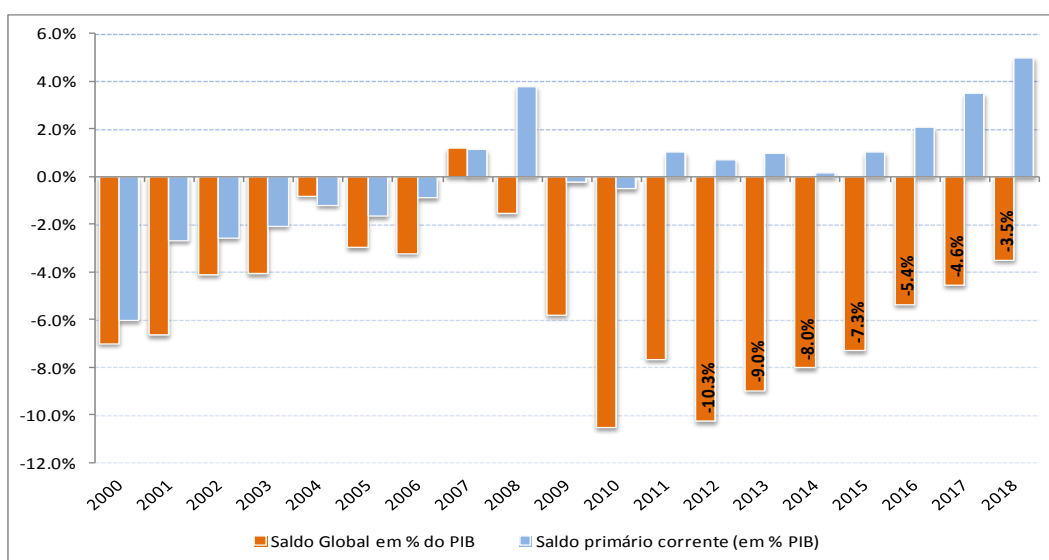
(QOMP), tendo em atenção os objectivos do Programa do Governo, que se consubstancia em 5 (cinco) grandes Eixos: I - Infra-estruturação; II – Capital Humano; III – Boa Governação; IV – Reforço do Sector Privado; V-Afirmar a Nação Global.

325. A mudança da metodologia tradicional para a metodologia programática, baseada na gestão orçamental por objectivos/resultados, reflecte uma nova abordagem com a implementação da metodologia do Orçamento-Programa e visa melhorar os padrões de eficácia e eficiência da despesa pública, incentivando uma afectação estratégica de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos, centrados na redução da pobreza, e numa gestão física/financeira baseada em resultados e garantindo o alinhamento entre a planificação e a orçamentação.
326. Nesta óptica, entende-se por Orçamento-Programa a metodologia de orçamentação baseada na previsão de receitas e fixação das despesas de determinada entidade estruturada sob a forma de um conjunto de Programas, Projectos e Actividades que permitam o bom desempenho das respectivas funções. Sendo o Programa um instrumento de organização das políticas públicas, através de um conjunto de projectos de investimento, unidades finalísticas e unidades de gestão e apoio, orientados para a realização de um objectivo estratégico comum preestabelecido e mensurável por indicadores definidos, em um quadro lógico, e administrado por um Gestor de Programa.
327. No processo de elaboração do orçamento de um programa, em coordenação com as DGPOG's, os Agentes de Seguimento & Avaliação (S&A) e os Gestores dos projectos, das Unidades Finalísticas e das Unidades de Gestão, o Gestor de Programa, com base no plafond e nas Directrizes Orçamentais, inicia a fase de formulação do Orçamento (dados financeiros) de baixo para cima, a nível de Projecto, Unidade Finalística e Unidade de Gestão.
328. Em paralelo com a actividade do ponto anterior, em coordenação com as DGPOG's e os Agentes de S&A e Gestores dos projectos, da Unidade Finalística e da Unidade de Gestão, o Gestor de Programa tem que fazer a Programação Física do Orçamento 2015 (definição dos indicadores produtos e actividades e as respectivas metas) tendo em consideração o planeamento anteriormente feito.

2.5. Finanças Públicas em 2015

2.5.1. Análise Global

329. A política orçamental que, nos últimos anos, vem sendo implementada teve como seu principal objectivo compensar os impactos da crise económica e financeira internacional, criando as condições necessárias para o aumento da produtividade e competitividade da economia cabo-verdiana a médio/longo prazos. Neste contexto, através do programa plurianual de investimento público, o Governo tem dado um importante suporte à economia por forma a mitigar, em grande medida, os impactos nefastos da conjuntura internacional sobre o consumo e investimento nacionais.
330. Contudo, num período de elevadas incertezas e por forma a manter a prudência e o rigor orçamental, torna-se crucial a adopção de medidas de política que promovam a eficiência e eficácia da receita e despesa públicas, por forma a manter a prudência e o rigor orçamental necessários à sustentabilidade das finanças públicas no curto, médio e longo prazo.
331. Neste âmbito, o Orçamento do Estado para 2015, dará continuidade à implementação do programa plurianual de investimento público conforme acordado com os principais parceiros de desenvolvimento, o que acarretará um défice público programado de 7,3% do PIB. Esta evolução representará uma melhoria de 0,7 p.p. do défice reprogramado para 2014 e reflecte essencialmente a execução dos projectos inscritos no PPIP que estarão em certa medida na fase de conclusão. Entretanto, nos períodos de 2016 a 2018 projecta-se atingir em média um défice de 4,5% do PIB, conforme o cenário orçamental de médio prazo.
332. O Quadro Orçamental de Médio Prazo apresenta-se como guia orientador para gestão orçamental, pressupõe o garante da sustentabilidade das finanças/dívida pública, uma vez que as medidas contempladas correspondem a um esforço assinalável de consolidação, pautando, claramente, pela contenção/optimização das despesas públicas e pela implementação de reformas tributarias e da administração tributária, visando reduzir o défice público e libertar um excedente corrente primário.

Figura 31 Evolução do Saldo Corrente Primário (Em % do PIB)

Fonte: MFP

333. Nesse sentido o reequilíbrio das contas públicas, através da redução do défice, pela via de contenção/optimização das despesas e implementação de reformas tributárias e da administração tributaria, constitui pois uma prioridade do Governo.

334. O Quadro Orçamental de Médio Prazo 2015-18 materializa um conjunto significativo de medidas, abrangente, e por isso exigente, no sentido de assegurar a correcção das contas públicas e atingir a meta de 3,5% do PIB do défice orçamental em 2018, sendo a média do período 5,2%.
335. As receitas totais excluindo vendas de activos não financeiros deverão atingir em 2015 os 44.098 milhões de escudos, representando 25,5% do PIB. O montante é fruto dos impactos das taxas e medidas tributárias introduzidas a partir de 2013, bem como da melhoria da eficiência da administração tributária na arrecadação dos impostos.
336. Relativamente às receitas de impostos, o total orçamentado é de 32.316 milhões de escudos (18,7% do PIB), dos quais 28,7%, 37,2% e 20,6% são provenientes dos Impostos Único sobre Rendimento, Sobre o Valor Acrescentado e Sobre Transacções Internacionais, respectivamente.
337. Com vista a um maior controlo dos gastos públicos e aumento de receitas, a consolidação orçamental continua a ser um compromisso indispensável para o cumprimento da meta do défice público. Por conseguinte, a consolidação da bancarização do Tesouro e da desconcentração da execução orçamental, em particular no domínio da gestão da receita, continuam a ter prioridade para o ano 2015.
338. Entretanto, as despesas totais estão orçamentadas em 43.738 milhões de escudos (25,3% do PIB), sendo 43.407 milhões de escudos para despesas correntes e 331 milhões de escudos para despesas de capital. Do total das despesas correntes 43,2 % são correspondentes à despesas com pessoal, 19,4% à aquisição de bens e serviços, 9,6% à juros da dívida, 11,4% à transferências e subsídios, 9,5% e 6,9% à benefícios sociais e outras despesas correntes, respectivamente.

339. Quanto aos activos não financeiros líquidos, estes totalizam 12.997 milhões de escudos, menos 1.092 milhões de escudos quando comparados com o valor reprogramado para 2014.
340. Resumindo, e de acordo com os valores acima apresentados, o saldo orçamental global é deficitário em 12.637 milhões de escudos, sendo financiado do lado dos passivos por 4.746 milhões escudos e 14.647 milhões de escudos em empréstimos internos e externos líquidos, respectivamente.

2.5.2. Receitas do Estado

2.5.2.1. Receitas previstas para 2015

341. O total da receita incluindo vendas de activos não Financeiros, previsto para 2015, ascende a 44.226 milhões de ECV, o que representa, conforme se ilustra no quadro abaixo, um acréscimo de 6,4% relativamente a estimativa de execução do orçamento 2014, justificado, essencialmente, pelo aumento dos Impostos indirectos, Outras Receitas e Impostos directos.
342. Relativamente a receita fiscal, para o ano 2015, prevê-se um crescimento em 8,4%, em particular devido o comportamento esperado do IVA e do IUR, em linha com a retoma ainda tímida da actividade económica, conjugado com a perspectiva de recuperação da dívida dos contribuintes referente a anos anteriores e em sintonia com a política fiscal e medidas de cruzamento e validação de dados.

Figura 34 Evolução da Receita do Estado

	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			em % do PIB			
	2012	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Receitas Correntes	32.486	33.629	36.220	39.328	3,5	7,7	8,6	21,6	21,6	22,1	22,7
Receitas Fiscais	27.573	27.863	29.819	32.316	1,1	7,0	8,4	18,3	17,9	18,2	18,7
Impostos	27.573	27.863	29.819	32.316	1,1	7,0	8,4	18,3	17,9	18,2	18,7
Impostos directos	8.616	8.325	9.054	9.284	-3,4	8,8	2,5	5,7	5,4	5,8	6,0
Impostos sobre o rendimento	8.616	8.325	9.054	9.284	-3,4	8,8	2,5	5,7	5,4	5,8	6,0
Impostos Indirectos	18.957	19.538	20.764	23.032	3,1	6,3	10,9	12,6	12,6	12,7	13,3
Imposto sobre o valor acrescentado	10.405	10.522	10.991	12.020	1,1	4,5	9,4	6,9	6,8	6,7	6,9
Imposto sobre bens e serviços	2.041	2.599	3.026	3.469	27,3	16,4	14,6	1,4	1,7	1,8	2,0
Impostos sobre transacções internacionais	5.778	5.700	5.894	6.669	-1,4	3,4	13,1	3,8	3,7	3,6	3,9
Imposto de selo	668	668	803	738	0,0	20,2	-8,0	0,4	0,4	0,5	0,4
Outros impostos	66	49	50	137			174,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Segurança Social	41	38	46	218	-8,6	22,4	371,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuições para segurança Social	41	38	46	218	-8,6	22,4	371,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Outras Receitas	4.872	5.728	6.355	6.794	17,6	10,9	6,9	3,2	3,7	3,9	3,9
Rendimentos de Propriedade	384	483	503	1.154	25,8	4,0	129,7	0,3	0,3	0,3	0,7
Vendas de Bens e Serviços	3.874	4.178	4.342	4.323	7,8	3,9	-0,4	2,6	2,7	2,7	2,5
Multas e outras Penalidades	332	550	872	772	65,5	58,6	-11,5	0,2	0,4	0,5	0,4
Outras transferências	195	202	310	279	3,5	53,5	-9,9	0,1	0,1	0,2	0,2
Outras receitas	86	316	328	266	266,3	4,0	-18,9	0,1	0,2	0,2	0,2
Receitas de Capital	4.203	3.791	5.332	4.770	-9,8	40,7	-10,6	2,8	2,4	3,3	2,8
Transferências de Capital	4.203	3.791	5.332	4.770	-9,8	40,7	-10,6	2,8	2,4	3,3	2,8
De Governo Estrangeiro	4.203	3.791	5.332	4.770	-9,8	40,7	-10,6	2,8	2,4	3,3	2,8
De Organismo Internacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Das Administrações públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Receitas	36.688	37.420	41.552	44.098	2,0	11,0	6,1	24,3	24,1	25,4	25,5
Activos não Financeiros	2	14	1	128	787,5	-95,1	18.233,6	0,0	0,0	0,0	0,1
Vendas de activos não financeiros	2	14	1	128	787,5	-95,1	18.233,6	0,0	0,0	0,0	0,1
Total de Receitas e Activos não Financeiros	36.690	37.435	41.553	44.226	2,0	11,0	6,4	24,3	24,1	25,4	25,5

Fonte: MFP

2.5.2.1.1. Receitas fiscais

343. A previsão de receitas fiscais para 2015 ascende a 32.316 milhões de ECV, valor que representa um acréscimo de 8,4% relativamente a estimativa de execução do orçamento de 2014, o qual excede em cerca de 0,8 pontos percentuais a taxa de crescimento do PIB nominal, que se estima em torno de 7,6%. Este resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (+2,5%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+10,5%), do Imposto sobre Transacções Internacionais (+13,1%) e de Outros Impostos (+2,7%).

Figura 35 Evolução dos principais impostos

	Em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			Em % do PIB			
	2012	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Impostos	27.574	27.863	29.820	32.316	1,0	7,0	8,4	18,3	17,9	18,2	18,3
Imposto sobre o Rendimento	8.616	8.325	9.055	9.283	-3,4	8,8	2,5	5,7	5,4	5,5	5,3
Pessoas Singulares	4.994	4.523	5.103	5.116	-9,4	12,8	0,3	3,3	2,9	3,1	2,9
Pessoas Colectivas	3.622	3.802	3.952	4.167	5,0	3,9	5,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Imposto sobre Bens e Serviços	12.446	13.121	14.017	15.488	5,4	6,8	10,5	8,3	8,4	8,6	8,8
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.405	10.522	10.991	12.020	1,1	4,5	9,4	6,9	6,8	6,7	6,8
Imposto sobre Consumo Especial	1.498	1.665	1.680	1.991	11,1	0,9	18,5	1,0	1,1	1,0	1,1
Taxa Ecológica	543	571	619	682	5,2	8,4	10,2	0,4	0,4	0,4	0,4
Taxa Turística		363	727	795		100,3	9,4		0,2	0,4	0,5
Imposto sobre Transações Internacionais	5.778	5.700	5.895	6.669	-1,3	3,4	13,1	3,8	3,7	3,6	3,8
Direito de Importação	5.516	5.434	5.631	6.351	-1,5	3,6	12,8	3,7	3,5	3,4	3,6
Taxa Comunitária	262	266	264	318	1,5	-0,8	20,5	0,2	0,2	0,2	0,2
Outros impostos	734	717	853	876	-2,3	19,0	2,7	0,5	0,5	0,5	0,5

Fonte: MFP

344. A previsão para o aumento das receitas fiscais acima do crescimento do PIB nominal (+0,8%), está subjacente o incremento do nível de eficiência fiscal, mediante a recuperação de dívidas fiscais em atraso, com a automatização do bloqueio no desalfandegamento de mercadorias e no pagamento por parte do Tesouro aos incumpridores fiscais, a consolidação do processo de declaração electrónica em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA e de actualização do cadastro dos contribuintes, no sentido de combater os segmentos de contribuintes omissos ou que apresentam rendimentos claramente subavaliados, bem assim a implementação dos novos Códigos Tributários, reduzindo a litigância entre a Administração Fiscal e os contribuintes e imprimindo maior celeridades na decisão dos processos fiscais.

2.5.2.1.1.1. Impostos Único sobre Rendimentos

345. Para 2015, prevê-se que a receita do IUR atinja 9.283 milhões de ECV, valor que traduz um aumento de 2,5% face a estimativa de execução do orçamento de 2014, para o qual contribui o IUR- PS em 0,3% e o IUR-PC em 5,4%.

346. Esta previsão, do lado do IUR-PS tem por base a cobrança das dívidas fiscais referentes ao ano de 2009, estando o processo de liquidação em fase de conclusão,

assim com a integração das bases de dados da DCI e do INPS, e do lado do IUR-PC o reforço da fiscalização dos grandes contribuintes com a entrada de novos técnicos de receitas e a continuidade do processo de encontro de contas.

2.5.2.1.1.2. Impostos sobre Bens e Serviços

347. Para 2015, prevê-se que a receita do imposto sobre bens e serviços possa ascender a 15.488 milhões de ECV, representando um acréscimo de 10,5% relativamente a estimativa de execução para 2014. Sendo de destacar o aumento do IVA de 9,4%, para o qual contribui quer o IVA – DA (+9,8%) quer o IVA DCI (+8,7%), e do ICE de 18,5%.

348. Na elaboração da previsão foi tida em conta, por um lado maior rigor na concessão dos benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros e a aplicação efectiva da taxa de 15% no sector do turismo, conforme alteração contemplada no Orçamento do Estado para 2013 e clarificada no Orçamento de Estado para 2014, as alterações ao Regulamento do IVA no sentido de introduzir medidas que conferem melhor controlo, maior celeridade e clarificação do alcance e âmbito de algumas normas, combatendo assim algumas situações passíveis de fraude e evasão fiscal, bem com a consolidação da declaração electrónica, permitindo o cruzamento de informações e maior celeridade no apuramento efectivo do IVA – DCI.

2.5.2.1.1.3. Imposto sobre transacções internacionais

349. O valor da previsão, para 2015, da receita do imposto sobre transacções internacionais, poderá ascender a 6.669 milhões de ECV, representando um acréscimo de 13,1% face a estimativa de execução para 2014, o que reflecte essencialmente a evolução esperada da importação, a plena operacionalização do protocolo assinado com Agência de Regulação Económica – ARE, a cobrança das dividas provenientes da subfacturação do valor das mercadorias declaradas a despacho, a dinamização do serviço anti-fraude e a implementação da nova versão do sistema aduaneiro, SYDONIA WORD.

2.5.2.1.2. Outras Impostos

350. Para 2015, prevê-se uma cobrança de outros impostos de 876 milhões de ECV, representando um acréscimo de 2,7% face a estimativa de execução para 2014. O acréscimo estimado em outros impostos provém essencialmente do “Imposto sobre Jogos”.

2.5.2.2. Donativos

351. Os donativos, para 2015, situaram-se a volta de 4.582 milhões de ECV, registando um decréscimo de 9,6% contra os 5,4% apresentado em 2014, e 2,6% do PIP estimado para 2015. Esta previsão dos donativos financia o PIP em 22,6%, sendo donativos directos 3.443 milhões de ECV e ajuda orçamental donativo com 1.139 milhões de ECV.

2.5.2.2.1. Donativos Directos

352. Para 2015, os Donativos directos situaram-se a volta de 3.443 milhões de ECV, apresentando um decréscimo de 12,4% relativamente a estimativa de 2014, e 1,9% do PIP estimado para 2015, sendo os maiores financiadores desta modalidade: o MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT/Mca Compact com 1.983 milhões de ECV, LUXEMBURGO com 628 milhões de ECV, Alemanha com 207 milhões de ECV e B.A.D com 174 milhões de ECV.

Figura 36 Evolução de donativos directos por financiador

FINANCIADORES	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
	CGE	PROV	PREV	ORÇ				
ACBF	29	17	3		43,5	-42	-82	-100,0
AGÊNCIA FRANCESA DO DESENVOLVIMENTO								
AUSTRIA		0			-100,0		-100	
BRASIL	20							
BAD	0		133	174	-100,0			30,8
CANÁRIAS	4		16	16	-92,0			-0,9
CEDEAO	29	3			21,7	-91	-100	
CHINA	1.377	1.227	120	25	537,4	-11	-90	-78,8
CILSS								
NAÇÕES UNIDAS	59	80	84	168	-30,6	35	5	99,8
ESPAÑA	214	44	6	17	-41,6	-80	-86	180,8
FUNDO DE AFECTAÇÃO ESPECIAL	16	30	24			88	-20	-100,0
GLOBAL ENVIRONMENT FUND	37	133	128	11	-62,8	257	-4	-91,8
Instituto Da Cooperação Da Lingua Portuguesa - Camões				3				
LUXEMBURGO	840	246	254	628	53,2	-71	3	147,3
JAPÃO	31				-50,6	-100		
MARROCOS			13					-100,0
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	43	328	1.801	1.983	-77,7	664	450	10,1
ORET			772					-100,0
PNUD	61	3	6		457,3	-95	105	-100,0
PORTUGAL	148	37		16	146,8	-75	-100	
Suíça	107			105				
UNIÃO EUROPEIA	554	67	225	12	18,4	-88	238	-94,5
HOLANDA	77	29			-76,1	-62	-100	
UNIÃO EUROPEIA - Acordo de Pesca	0		55	52				-5,6
FAO			8		-100,0			-100,0
FRANÇA	2				50,0			
UNESCO	3					-100		
INVESTIMENT CLIMATE FACILITY FOR ÁFRICA				26	-100,0			
ALEMANHA			207	207	-100,0			0,1
OMS			76					-100,0
U.N.E.S.C.O.	3	1					-100	
United Nations Economic Commission For Africa		0					-100	
Total	3.650	2.242	3.931	3.443	38,9	-38,6	75,4	-12,4

Fonte: MFP

2.5.2.2.2. Ajuda Orçamental Donativos

353. Prevê-se, para 2015, que o Programa de Investimento Público seja financiado com um total de 1.139 milhões de ECV, equivalentes a 5,6%, sob a modalidade de ajuda orçamental donativo, menos 12,1% em relação a previsão da execução para 2014.

2.5.3. Análise Orçamento por Programa vs Resultados

354. A evolução das despesas do Estado tem seguido uma trajectória ponderada, em coerência e consentânea com a política orçamental traçada pelo Programa do Governo para VIII Legislatura, isto é, uma Política de Qualificação das Despesas Públicas e de Gestão Eficiente na arrecadação das Receitas, que deverá traduzir-se num aumento da qualidade, eficiência e eficácia da política orçamental, na afectação de recursos, e na melhoria da previsibilidade do financiamento.

355. Para 2015, o total das despesas do orçamento programa é fixado em 56.863 milhões de ECV, com vista a cumprir as funções do Estado conforme espelhado no quadro que se segue. O total da despesa é financiado em 72,3% pelas receitas correntes, 5,3% pelas receitas de capital e 22,2% através de operações financeiras (défice financiando por empréstimo interno e externo).

Figura 37 Síntese Orçamento do Estado

		Em milhões de ECV	
RECEITAS	44.226	DESPEASAS	56.863
1. Receitas Correntes	41.092	1. Transferências	3.816
1.1 Impostos	32.316	1.1 Transferências aos Municípios e ao Exterior	3.718
1.1.1 Imposto Unico sobre Rendimentos	9.284	1.2 Outros Poderes	74
1.1.2 Impostos sobre Bens e Serviços	15.487		
1.1.3 Impostos Sobre Transacões Internacionais	6.669	2. Funções do Estado	53.047
1.1.4 Outros Impostos	876	2.1 Assuntos Economicos	9.658
1.2 Transferências Correntes	1.763	2.2 Educação	9.927
1.3 Outras Receitas Correntes	7.014	2.3 Saúde	4.567
		2.4 Defesa, Segurança e Ordem Pública	4.748
2. Receitas de Capital	3.006	2.5 Protecção Social	5.874
2.1 Transferências Capital	3.006	2.6 Habitação e Desenvolvimento Urbano	3.190
		2.7 Protecção Ambiental	3.108
3. Activos Não Financeiros	128	2.8 Serviços Culturais e Recreativos	526
		2.9 Outros- Serviços Públicos Gerais	11.449
Défice	12.637		
Financiamento do Défice	12.637		
TOTAL	56.863		56.863

Fonte: MFP

356. Com vista ao aumento da eficiência e da eficácia da gestão das finanças públicas, estendeu-se o orçamento-programa a todas as intervenções de políticas públicas, de forma que a execução orçamental esteja plenamente enquadrada em Programas e traduzida em objectivos, metas e indicadores.
357. Assim, os programas encaixam nos cinco eixos de intervenção estratégica que constituem, por sua vez, a substância da intervenção pública no domínio da estratégia de crescimento económico e combate à pobreza.

2.5.3.1. Despesa por Natureza do Programa

358. A junção dos Orçamentos de Investimento e Funcionamento na óptica programática permite uma visão abrangente da totalidade das receitas e despesas do Estado, independentemente da sua origem.
359. Assim, para 2015, na óptica da nova metodologia (vide lei de Sistema Nacional do Planeamento), prevê-se que o montante global das despesas públicas, incluindo Activos não Financeiros, é fixado em 56.863 milhões de ECV, reflectido em três naturezas de programas: Finalístico, Investimento e de Gestão e Apoio Administrativo, orçados em 33.969 milhões de ECV, 13.402 milhões de ECV e 9.493 milhões de ECV, respectivamente.

Figura 38 Despesa por natureza do Programa



Fonte: MFP

2.5.3.2. Despesa por Eixo e Natureza de Programa

360. Os Eixos são constituídos por um conjunto de programas e o resultado do montante previsto em cada Programa, orçados nos respectivos projectos e unidades que os compõem, são medidos com indicadores de resultado para atingir os objectivos e metas estipulados nos quadros lógicos.
361. O Orçamento do Estado 2015 prevê-se a despesa global de 56.863 milhões de ECV distribuídos pelos Eixos do DECRP III, sendo a Boa Governação (28.840 milhões de ECV), Capital Humano (14.185 milhões de ECV), Infra-estruturação (10.983 milhões de ECV), Reforço do Sector Privado (2.108 milhões de ECV) e Afiramar a Noção Global (748 milhões de ECV).

Figura 39 Despesas Globais por Eixo e Natureza de Programa

EIXO	NATUREZA DE PROGRAMA			TOTAL GERAL
	INVESTIMENTO	FINALISTICO	GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS	
Afirmar a Nação Global	0	748	0	748
Boa Governação	1.755	17.593	9.493	28.840
Capital Humano	1.530	12.655	0	14.185
Infra-Estruturação	10.041	942	0	10.983
Reforço do Sector Privado	77	2.031	0	2.108
Total Geral	13.402	33.969	9.493	56.863

Fonte: MFP - em milhões de ECV

362. O Eixo Boa Governação congrega 97 Programas, sendo que 41 de carácter Gestão e Apoio Administrativo, 38 Finalístico e 18 de Investimento. Com o montante previsto nesse eixo as prioridades são as áreas de Reforma do Estado, Descentralização, Segurança, Justiça, Ordenamento Territorial, Política Externa, Regulação, Protecção do Ambiente, Estabilidade Macroeconómica e Protecção Social.
363. Ainda no eixo Boa Governação destacam-se os Programas Desenvolvimentos das Actividades da Gestão das Finanças Públicas (5.618 milhões de ECV), Gestão da Dívida Pública (4.185 milhões de ECV), Sustentabilidade do equilíbrio Municipal

(2.978 milhões de ECV), Melhoria da Segurança Interna (2.034 milhões de ECV) e Garantia do Acesso a todos aos Grupos Sociais e Profissionais a Protecção Social (1.472 milhões de ECV).

364. Os objectivos principais nos programas com maior valor orçamental neste Eixo visam:

- Satisfazer um conjunto de necessidades comuns da administração pública central e responsabilidades para com as organizações da sociedade civil, organismos públicos e privados, compromissos internacionais e inclui também os encargos financeiros para responder aos compromissos com essas organizações e grupos sociais específicos;
- Garantir a sustentabilidade da Dívida e dos Municípios;
- Melhorar as condições de segurança interna e da qualidade de vida dos cidadãos que serão materializadas em todo o território nacional através de acções que visam sensibilizar a sociedade civil para a problemática da criminalidade, com projectos sociais, escola segura, comércio seguro, verão seguro e turismo seguro;
- Melhorar as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população, em situação de pobreza ou de exclusão social, actuando em diversas áreas, da família, criança e adolescência, terceira idade, e em situação de deficiência e de toxicodependência.

365. O Eixo Capital Humano é constituído por 35 Programas, sendo 20 de carácter Finalístico e 15 de Investimento. A priorização das despesas orçamentais para as áreas da Educação, Saúde, Desporto e Formação Profissional favorecem a qualificação do Capital Humano, condições necessária para o crescimento económico e aumento da Produtividade.

366. Com vista a alcançar os objectivos preconizados neste Eixo, foram contemplados de forma prioritária os programas de natureza Finalísticos de Melhoria da Qualidade do ensino Básico (3.230 milhões de ECV), Melhoria da Qualidade do ensino Secundário (2.794 milhões de ECV), Prestação dos Cuidados de Saúde na Rede Hospitalar (1.455 milhões de ECV), Prestação dos Cuidados de Saúde na

Rede de Atenção Primária (1.146 milhões de ECV) e Acção Social Escolar (1.129 milhões de ECV).

367. Para realizar estas funções estão previstas desenvolvimento de algumas infra-estruturas por forma a melhorar as condições de funcionamento dos serviços, tais como Infra-estruturação da Rede Hospitalar (354 milhões de ECV), Desenvolvimento das Infra – estruturas do Ensino Secundário (353 milhões de ECV) e Equipamentos e Mobiliários para Rede Hospitalar (160 milhões de ECV).

368. Os programas acima mencionados visam:

- Alargamento da Educação Básica obrigatória e integração de padrões de qualidade de ensino para o reforço das competências de saída dos alunos do EB;
- Melhorar aproveitamento dos recursos disponíveis para incrementar a cobertura do ensino secundário, privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem aliada a uma sólida base em línguas, na tecnologias e nas ciências, melhorar o ensino técnico em articulação com a Formação Profissional e reformular a estrutura curricular de cada um dos ciclos de Ensino Secundário;
- Melhorar os serviços prestados aos cidadãos e do atendimento, propugnando, para isso, a implementação de modelos de gestão da qualidade total que visa a melhoria do acesso pela melhor utilização das infra-estruturas existentes;
- Melhorar os serviços prestados aos cidadãos nos Centros de Saúde, e acesso aos serviços primários da saúde proporcionando uma melhor utilização das infra-estruturas existentes;
- Facilitar à população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino promovendo acções sociais escolares.

369. O Eixo Infra-estruturação é constituído por 14 Programas, de entre os quais, 5 Finalístico e 9 de Investimento. As áreas prioritárias são Água e Saneamento, Energia e Transportes.

370. No referido eixo o programa de natureza investimento absorve 10.041 milhões de ECV no qual destacam-se os programas Mobilização de Água e Reforço da Capacidade de Abastecimento Público (4.318 milhões de ECV), Mobilização de Água e Ordenamento de Bacias Hidrográficas (2.325 milhões de ECV) e Infra-estruturas de Produção Armazenamento e Distribuição de Energia (1.628 milhões de ECV).

371. Para materialização dos programas destacados acima foram preconizados os seguintes objectivos:

- Aumentar a disponibilidade de água e o acesso a água potável;
- Aumentar a mobilização de água para agricultura visando o incremento da área irrigada e da produtividade agrícola e Ordenamento as bacias hidrográficas;
- Reforçar as capacidades instaladas de produção de energia nas ilhas, de modo a interligar e expandir as redes, reduzir as perdas e levar energia eléctrica a população.

372. Para além dos programas de investimentos acima mencionados o programa Finalístico totaliza o montante de 942 milhões de ECV, no qual destaca-se programa Melhoria da Qualidade das Infra-estruturas Rodoviárias com 633 milhões de ECV, que tem por objectivos manutenção e reabilitação da rede de estrada nacional existente, com vista a assegurar a conservação do património rodoviário devido ao elevado grau de investimento desenvolvidos nas infra-estruturas rodoviárias nos últimos anos.

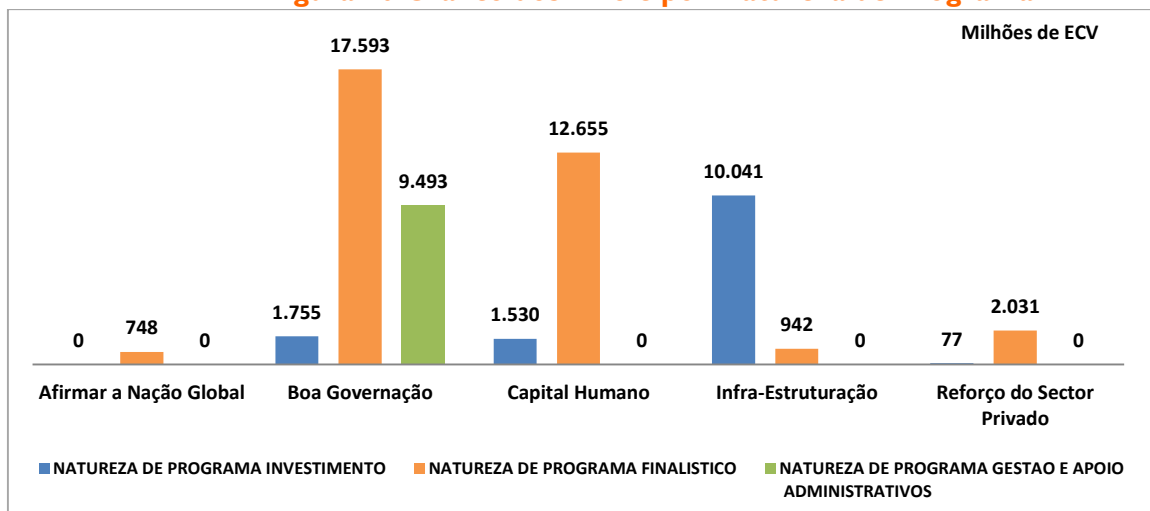
373. O Eixo Reforço do Sector Privado congrega 16 programas, sendo 14 Finalístico e 2 de Investimento com o objectivo de melhorar o ambiente de negócio, destacando os programas Melhoria da Qualidade dos Produtos e Serviços do Turismo (655 milhões de ECV), Melhoria do Agro-negócio e das Fileiras Agro-pecuárias (382 milhões de ECV), Melhoria e Valorização dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Agro- silvo- pastoral (213 milhões de ECV) e Gestão dos Recursos Haliêuticos para uma Pesca Sustentável (183 milhões de ECV).

374. Estes programas têm por objectivo:

- Reforçar e implementar os mecanismos de monitorização das actividades turísticas envolvendo todos os *stackholders* do sector, criar novos produtos turísticos e orientar melhor os investimentos privados no sector;
- Valorizar os recursos hídricos mobilizados, promovendo o acesso dos produtores às novas técnicas e tecnologias de produção, de transformação e comercialização e focalizando nas fileiras agrícolas com maior potencial de rendimento;
- Realizar as acções descentralizadas das políticas do desenvolvimento rural;
- Contribuir para o desenvolvimento económico, segurança alimentar e nutricional, fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos vigentes por via de uma gestão responsável que garanta a durabilidade na exploração dos recursos haliêuticos.

375. O Eixo Afirmar Nação Global é constituído por 6 programas de Natureza Finalísticos que vão procurar manter e reforçar a ligação das comunidades no estrangeiro. Melhoria de Rede de Representação Diplomáticas e Consulares (636 milhões de ECV) é o programa com maior destaque em termos orçamentais com o objectivo de assegurar a optimização e a coordenação das relações de Cabo Verde com outros países e organismos internacionais, promovendo as medidas de política externa necessárias, nomeadamente em matéria de negociações e acções em todos os domínios da política externa.

Figura 40 Gráfico dos Eixos e por Natureza de Programa



Fonte: MFP

2.5.3.3. Financiamento por Natureza de Programa

376. Os Programas de natureza finalística são, essencialmente, financiados pelo Tesouro (97,3%), a semelhança dos programas de natureza Gestão e Apoio Administrativo (98,5%).
377. Os Programas de natureza Investimentos, em 2015, são financiados maioritariamente por empréstimos em cerca de 59,7%, seguido pelo Tesouro, com 20,9% e Donativo com 19,4%.
378. É de se destacar que o neste ponto o financiamento Tesouro, inclui ajuda orçamental donativo e empréstimo.

Figura 4I Financiamento do Orçamento Programa 2015

(em milhões de ECV)

FINANCIAMENTO	NATUREZA DE PROGRAMA				Estrutura em %			
	GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS	FINALISTICO	INVESTIMENTO	TOTAL	GAA	FIN	INV	Total
Tes (Receitas internas + AJO)	9.350	33.046	2.795	45.189	98,5	97,3	20,9	79,5
OFN		36	5	41	0,0	0,1	0,0	0,1
Donativo	143	703	2.597	3.443	1,5	2,1	19,4	6,1
Emprestimo		132	8.005	8.136	0,0	0,4	59,7	14,3
Ajuda Alimentar		53		53	0,0	0,2	0,0	0,1
Total Geral	9.493	33.969	13.402	56.863	100	100	100	100

Fonte: MFP

2.5.3.4. Despesa por Classificação Económica e Natureza do Programa

379. Analisando a despesa global por classificação económica, nota-se que as rubricas com maior peso são essencialmente as de despesa com o pessoal 33,0%, activos não financeiros 23,1% e aquisições de bens e serviços 14,8%.

Figura 42 Despesas Globais por Económica e Natureza de Programa

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NATUREZA DE PROGRAMA				% Estrutura			
	INVESTIMENTO	FINALISTICO	GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS	TOTAL GERAL	INVESTIMENTO	FINALISTICO	GESTAO E APOIO ADMINISTRATIVOS	TOTAL GERAL
02.01- Despesa com Pessoal	243	15.690	2.826	18.759	1,8	46,2	29,8	33,0
02.02- Aquisições de Bens e Serviços	1.893	4.787	1.734	8.413	14,1	14,1	18,3	14,8
02.04- Juros e Outros Encargos	0	0	4.185	4.185	0,0	0,0	44,1	7,4
02.05 - Subsídios	0	84	13	97	0,0	0,2	0,1	0,2
02.06 - Transferências	233	4.632	321	5.186	1,7	13,6	3,4	9,1
02.07 - Benefícios Sociais	1	3.961	158	4.119	0,0	11,7	1,7	7,2
02.08 - Outras Despesas	18	2.881	80	2.979	0,1	8,5	0,8	5,2
03.01 - Activos Não financeiro	11.014	1.935	176	13.125	82,2	5,7	1,9	23,1
Total Geral	13.402	33.969	9.492	56.863	100	100	100	100

Fonte: MFP - em milhões de ECV

380. Nos programas de natureza Finalística destacam-se essencialmente as despesas com o pessoal 46,2%, aquisições de bens e serviços 14,1%, transferências 13,6% e benefícios sociais 11,7%.

- i. Para as despesas com o pessoal é de se destacar os programas Melhoria da Qualidade do Ensino Básico (3.005 Milhões de ECV), Melhoria da Qualidade do Ensino Secundário (2.577 milhões de ECV), Melhoria da Segurança Interna (1.705 milhões de ECV), Prestação dos Cuidados de Saúde na Rede Hospitalar (1.091 milhões de ECV).
- ii. Em relação a aquisições de bens e serviços a grande ênfase incide sobre os programas de Desenvolvimento do Sector Farmacêutico (670 milhões de ECV), Acção Social e Escolar (433 milhões de ECV), Prestação dos Cuidados de Saúde na Rede Hospitalar (339 milhões de ECV) e Melhoria da Segurança Interna (303 milhões de ECV).
- iii. No que tange a rubrica transferência destacam-se os programas Sustentabilidade e Equilíbrio Municipal (2.978 milhões de ECV), Desenvolvimento das Actividades de Gestão das Finanças Públicas (440 milhões de ECV) e Consolidação E Requalificação Ambiental (391 milhões de ECV).
- iv. Na rubrica Benefícios Sociais destacam-se os programas de Desenvolvimento das Actividades de Gestão das Finanças Públicas (2.509 milhões de ECV), Garantia do acesso a todos os grupos sociais e profissionais á protecção Social (1.345 milhões de ECV) e melhoria da defesa Nacional (56 milhões de ECV).

381. Nos Programas de natureza Investimento 82,2% dos recursos são afectos a activos não financeiros, destacando-se os programas de Mobilização de Água e

Reforço da Capacidade de Abastecimento Público (3.537 milhões de ECV), Mobilização de Água e Ordenamento de Bacias Hidrográficas (2.206 milhões de ECV) e Infra-estruturas de Produção Armazenamento e Distribuição de Energia (1.555 milhões de ECV).

382. Nos programas de Gestão e Apoio Administrativos destacam-se essencialmente as despesas com juros e outros encargos 41,1%, pessoal 29,8% e aquisições de bens e serviços 18,3%:

- i. A despesa com os juros e outros encargos pertencem ao programa Gestão da Dívida Pública (4.185 milhões de ECV);
- ii. Em relação a despesa com o pessoal destacam-se os programas de Gestão e Administração Geral do MFP (902 milhões de ECV) e Programa de Acção Parlamentar (383 milhões de ECV);
- iii. Para a rubrica aquisições de bens e serviços realçam-se os programas Programa de Acção Parlamentar (251 milhões de ECV), Gestão e Administração Geral do MFP e GPM (203 milhões de ECV e 114 milhões de ECV respectivamente) e Programa da Presidência da Republica (119 milhões de ECV).

2.5.3.5. Despesa por Classificação Funcional e Natureza do Programa

383. Analisando as despesas totais para o ano 2015 por classificação funcional e por natureza do programa, prevê-se que 19.6% do PIB pertence ao programa Finalístico, 7.7% do PIB ao programa de Investimento e 5.5% do PIB para os de Gestão e Apoio Administrativo.

Figura 43 Despesas Globais por Classificação Funcional Programática e Natureza do Programa

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DE PROGRAMA				em % do PIB					
	INVESTIMENTO	FINALISTICO	GESTÃO E APOIO		TOTAL GERAL	INVESTIMENTO	FINALISTICO	GESTÃO E APOIO		TOTAL GERAL
Serviços Públicos Gerais	113	8.288	6.864		15.265	0,1	4,8	4,0		8,8
Defesa	23	843	51		917	0,0	0,5	0,0		0,5
Segurança e Ordem Pública	176	3.365	290		3.831	0,1	1,9	0,2		2,2
Assuntos Económicos	5.765	3.453	439		9.657	3,3	2,0	0,3		5,6
Protecção Ambiental	1.970	985	152		3.108	1,1	0,6	0,1		1,8
Habituação e Desenvolvimento Urbanístico	2.841	276	73		3.190	1,6	0,2	0,0		1,8
Saúde	697	3.347	522		4.567	0,4	1,9	0,3		2,6
Serviços Culturais, recreativos e religiosos	84	366	76		526	0,0	0,2	0,0		0,3
Educação	738	8.844	347		9.929	0,4	5,1	0,2		5,7
Protecção Social	995	4.201	678		5.874	0,6	2,4	0,4		3,4
Total Geral	13.402	33.969	9.493		56.863	7,7	19,6	5,5		32,8
										173.158

Fonte: MFP. Em Milhões de ECV

- 384.** No programa de natureza Finalístico destacam-se as Funções Educação (8.844 milhões de ECV), Serviços Públicos Gerais (8.288 milhões de ECV), protecção Social (4.201 milhões de ECV), Assuntos Económicos (3.453 milhões de Escudos), Segurança e Ordem Pública (3.365 milhões de Escudos) e Saúde (3.347 milhões de Escudos).
- 385.** Para o programa de Investimento, destacam-se as funções Assuntos Económicos (5.765 milhões de ECV), Habituação e Desenvolvimento Urbanístico (2.841 milhões de ECV) e Protecção Ambiental (1.970 milhões de ECV).
- 386.** No que tange o programa Gestão e Apoio Administrativo, destaca-se a função Serviços Públicos geral (6.864 milhões de ECV).

2.5.4. Despesa da Administração Central do Estado

2.5.4.1. Despesas Globais

- 387.** Para 2015, o montante global das despesas públicas, incluindo Activos não Financeiros, é fixado em 56.863 milhões de ECV (aumento de 4,0% face a estimativa de execução do orçamento de 2014) das quais 36.593 milhões de ECV para funcionamento (incluindo os juros) e 20.270 milhões de ECV para programas

de investimento público, um aumento de 9,6% para as despesas de funcionamento e um decréscimo de 4,9% para as de PPIP em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014. As despesas de Investimento diminuíram em termos absolutos em 1.035 milhões de ECV, tendo diminuído o seu peso relativo de 39,0% para 35,6% em 2015. As Despesas de Funcionamento aumentaram em termos absolutos em 3.217 milhões de ECV comparando com a execução do Orçamento 2014, aumentando o seu peso relativo de 61,0% para 64,4% em 2015, do total das despesas da Administração Central do Estado.

2.5.4.2. Despesa de Funcionamento

388. A estimativa de execução da Despesa de Funcionamento para 2014 é de 33.376 milhões de ECV, uma redução de 2.144 milhões de ECV em relação ao orçamento inicialmente previsto de 35.520 milhões de ECV (incluindo activos não financeiros). A diminuição da despesa deve-se à medida de contenção para ajustar ao cenário de redução efectiva de receitas fiscais, resultado do efeito da crise internacional.

Figura 44 Evolução das Despesas

	em milhões de ECV						Taxa de crescimento em %					Estrutura (%)					
	Exec.	Exec.	Est.	Orç.	Projeção												
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Correntes	29.741	31.197	33.257	36.370	37.608	39.197	4,9	6,6	9,4	3,4	4,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas com Pessoal	14.436	14.973	16.485	17.237	17.980	18.804	3,7	10,1	4,6	4,3	4,6	48,4	47,9	49,4	47,1	47,3	47,5
Aquisição de bens e serviços	2.893	2.804	3.010	4.190	3.768	3.750	-3,1	7,3	39,2	-10,1	-0,5	9,7	9,0	9,0	11,5	9,9	9,5
Juros e outros encargos	2.858	3.426	3.957	4.185	4.539	4.866	19,9	15,5	5,8	8,4	7,2	9,6	11,0	11,9	11,4	11,9	12,3
Subsídios	274	101	154	97	434	434	-63,2	52,0	-37,1	349,2	0,0	0,9	0,3	0,5	0,3	1,1	1,1
Transferências correntes	3.638	3.686	3.617	4.140	4.347	4.564	1,3	-1,9	14,4	5,0	5,0	12,2	11,8	10,8	11,3	11,4	11,5
Benefícios Sociais	3.624	3.849	3.763	3.885	4.060	4.242	6,2	-2,3	3,2	4,5	4,5	12,2	12,3	11,3	10,6	10,7	10,7
Outras Despesas	2.018	2.358	2.271	2.637	2.482	2.538	16,8	-3,7	16,1	-5,9	2,2	6,8	7,5	6,8	7,2	6,5	6,4
Despesas Correntes Primárias	26.883	27.771	29.300	32.185	33.070	34.331	3,3	5,5	9,8	2,7	3,8	90,4	89,0	88,1	88,5	87,9	87,6
Total de Despesa de Funcionamento	29.822	31.250	33.376	36.593	37.987	39.576	4,8	6,8	9,6	3,8	4,2	53,9	60,9	61,0	64,4	67,8	68,4
Total de Investimento Público	25.467	20.096	21.305	20.270	18.063	18.311	-21,1	6,0	-4,9	-10,9	1,4	46,1	39,1	39,0	35,6	32,2	31,6
Total de Despesas	55.290	51.346	54.680	56.863	56.050	57.887	-7,1	6,5	4,0	-1,4	3,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MFP

389. Em 2015, as Despesas de Funcionamento do Estado continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 86,1% do montante total do orçamento, sendo 47,1% para as despesas com o pessoal, e cerca de 39,0% para os Encargos Comuns, com destaque para os

encargos da dívida, as transferências aos Municípios, as Pensões, as Restituições, as indemnizações e os subsídios.

2.5.4.3. Activos não Financeiros

390. Os Activos não Financeiros representam o consumo de capital para funcionamento da máquina pública vão ter um crescimento controlado durante o ano 2015.

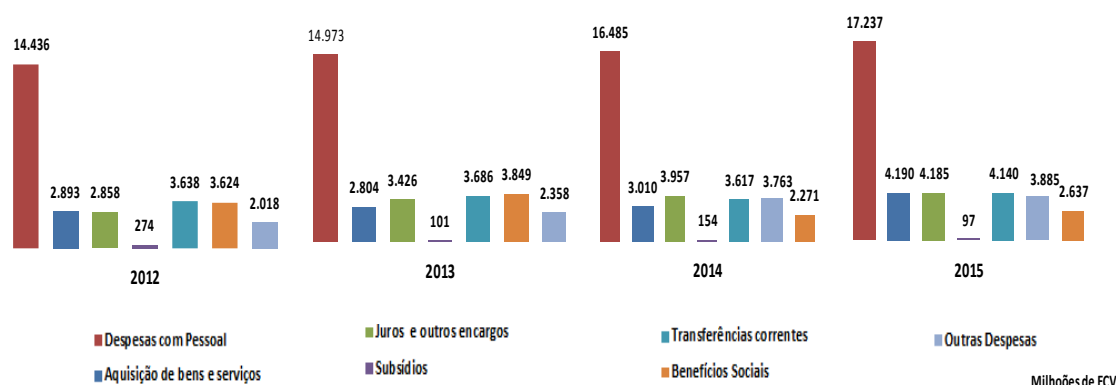
391. É de salientar que grande parte dos Activos Não Financeiros encontram-se nos Encargos Comuns, sob a gestão e controlo do MFP.

2.5.4.4. Evolução da Despesa por Classificação Económica

2.5.4.4.1. Despesas Correntes

392. Para o ano 2015, o montante global das Despesas Correntes do Estado, cifra-se em 36.370 milhões de ECV, um aumento de 9,4% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014.

Figura 45 Evolução das Despesas por Classificação Económica



Fonte: MFP

2.5.4.4.1.1. Despesa com pessoal

393. As Despesas com o Pessoal foram elaboradas com base na lista nominal dos efectivos existentes no Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF), dos impactos dos recrutamentos assumidos em 2014, da transferência do pessoal da rubrica outros serviços para pessoal contratado nos termos da Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2014 e a sua integração no INPS, da implementação na Lei Orgânica dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, e outros compromissos já assumidos em 2014.
394. Nos últimos três anos, o peso desta rubrica cifrou em média cerca de 48,6% do total das Despesas de Funcionamento, devido ao recrutamento de Médicos, Enfermeiros, Professores, Agentes da Polícia Nacional, Policia Judiciaria, Técnicos Superiores, Magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial, Oficiais de Justiça e evolução na carreira da classe docente.
395. Durante o ano 2015, esta rubrica vai crescer de uma forma moderada. O recrutamento de pessoal, na Administração Pública, é feito de forma controlada, excepcionando as áreas de Segurança, Justiça (no âmbito da implementação plurianual do novo estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público e da implementação da Lei Orgânica do Ministério Público e do Magistratura judicial), Saúde, Educação e Finanças. Pretende-se também reforçar o índice de tecnicidade das Direcções Gerais do Planeamento, Orçamento e Gestão, visando a capacitação institucional na área do planeamento e da Direcção Nacional das Receitas tendo como objectivo a melhoria na arrecadação das receitas.
396. Prevê-se um crescimento da massa salarial na ordem dos 4,6% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014, o que corresponde a 47,1% do peso total da Despesa de Funcionamento. O aumento deve-se aos efeitos conjugados da contenção da despesa com pessoal em 2014, por não ter havido o descongelamento (com excepção das áreas consideradas prioritárias) das admissões e evolução na carreira, dos impactos dos recrutamentos previstos em 2014 e da implementação do Novo PCCS nas restantes classes profissionais. Este impacto tem a ver ainda com a passagem da Cantina Escolares para funcionamento,

da (Transferência de despesa de PPIP para funcionamento), a evolução na carreira do pessoal docente, recrutamento de novos técnicos para os DGPOG's, guardas prisionais, Professores, Médicos, Enfermeiros, Inspectores Tributários, Secretários das Embaixadas e ainda nomeações do pessoal dirigente na Administração Pública.

397. Assim, para o ano 2015 foram previstos a reclassificação, progressão e encargos com atribuição de subsídio por não redução da carga horária dos Professores, a promoção dos Magistrados no âmbito da implementação da Lei Orgânica do Ministério Público e da Organização dos Tribunais Judiciais, e é de se realçar, que os recrutamentos embora controlado, as áreas da Segurança, da Justiça, da Saúde, da Educação e das Finanças foram preservadas.
398. Realça-se ainda a orçamentação do Sistema de Informatização da Justiça (SIJ) e da Provedoria da Justiça no Orçamento de Funcionamento do Estado com grande realce para as despesas com o Pessoal.

2.5.4.4.1.2. Aquisição Bens e Serviços

399. A *Aquisição de Bens e Serviços* é uma rubrica de capital importância não só devido ao seu peso no montante global das despesas, mas sobretudo pela sua relevância no funcionamento dos serviços e efeitos na economia. Nos anos 2012 e 2013 a verba que foi sucessivamente destinada a essa rubrica revelou-se insuficiente, para fazer face às reais necessidades, tendo em conta o aumento do preço dos combustíveis, da energia, da água e ainda devido ao crescente consumo induzido pela massificação do uso de novos equipamentos. Há um decréscimo de 3,1% em 2013 e acréscimo de 7,3% em 2014, de acordo com a estimativa de execução do orçamento.
400. O orçamento de 2015 segue a linha de orientação do ano anterior, com o objectivo da consolidação orçamental, integrando os serviços que anteriormente não constavam do OE. O crescimento de 31,9 p.p na rubrica *Aquisições de Bens e Serviços* em relação a estimativa de execução de 2014 é, essencialmente, justificado, apesar do cativo de 30% efectuado no Orçamento de 2014, pelo aumento previsto

no orçamento das Escolas Secundárias, das Delegações Escolares, das Delegacias de Saúde, das Delegações do MDR, o acréscimo verificado nos Hospitais Centrais, funcionamento da Provedoria da Justiça e a passagem da cantina escolar para o orçamento de Funcionamento do Estado.

401. O acréscimo nesta rubrica provém ainda das receitas próprias dos serviços de saúde, e de alguns serviços objectos de Bancarização que estão na estrutura complementar e que vão passar a integrar o OE para 2015.
402. Foram ainda previstas medidas para disciplinar e racionalizar o consumo de electricidade, combustível e material de escritório.

2.5.4.4.1.3. Juros e outros encargos

403. Nos últimos três anos, a rubrica *Juros e outros encargos* variou em média 10,8% do peso total da Despesa de Funcionamento. A evolução desta rubrica está intrinsecamente relacionada com contratação do empréstimo e o endividamento, particularmente para o financiamento da infra-estrutura económica do País.
404. Para o ano 2015 prevê-se o montante de 4.185 milhões de ECV nos juros e outros encargos o que corresponde um acréscimo de 5,8% em relação a estimativa de execução de orçamento 2014.

2.5.4.4.1.4. Subsídios

405. A rubrica *Subsídios* está concentrada nos Encargos Comuns. Há um decréscimo de 37,1% em 2015 face a estimativa da execução do orçamento de 2014, justificado essencialmente pela alteração da forma de subsidiar as linhas marítimas (criação do fundo para o efeito).

2.5.4.4.1.5. Transferências Correntes

406. Nos últimos três anos em análise, a rubrica *Transferências Correntes* tem representado cerca de 11,6% do total da Despesa de Funcionamento, com destaque para a transferência do Estado aos Municípios e às Embaixadas devido ao aumento do custo de vida nos respectivos países.
407. O montante da transferência corrente previsto para 2015 ascende a 4.140 milhões de ECV o que representa um acréscimo de 14,4% comparando com a estimativa de execução de 2014, devido essencialmente ao aumento verificado na rubrica transferências para os Fundos e Serviços Autónomos Correntes (transferenciais para os Hospitais devido ao aumento da receita no âmbito da comparticipação do INPS).

2.5.4.4.1.6. Benefício Sociais

408. Os *Benefícios Sociais* em 2015 aumentaram 3,3% comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2014. De entre os factores que explicam esta evolução destacam-se o impacto de novos aposentados abrangidos pelo estatuto do pessoal docente, e da polícia nacional, aumento da pensão de aposentação e o aumento da verba destinada à evacuação de doentes.

2.5.4.4.1.7. Outras Despesas

409. O agrupamento económico "*Outras Despesas*" tem um peso significativo nas Despesas de Funcionamento do Estado, onde estão enquadradas rubricas de capital importância, nomeadamente restituições do IUR e do IVA, indemnizações, dotação provisional, bolsa de estudos e outros benefícios educacionais, organizações não-governamentais entre outras. Verifica-se um aumento de 16,1% comparado com a estimativa de execução do orçamento de 2014, justificado essencialmente pelo reforço das rubricas restituições do IUR, bolsa de estudo, outras despesas correntes mas também devido a previsão em baixa da execução do corrente ano, motivada pela cativação efectuada, face as medidas de contenção de despesas.

2.5.4.5. Por Classificação Orgânica

410. Nos últimos três anos, nota-se que o peso total da Despesa de Funcionamento do Estado subdivide-se em:
- Despesas com os Serviços Simples, 76,6% em 2012 e 75,8% em 2013 e 76,3% em 2014;
 - Despesas com os Encargos Gerais da Nação 3,4% em 2012, 4,7% em 2013 e 2014;
 - Despesas com os Fundos de Serviços Autónomos, 19,9% em 2012, 19,5% em 2013 e 19,0% em 2014.
411. Prevê-se que em 2015, a repartição consoante o peso no total da Despesa de Funcionamento do Estado, os Serviços Simples representa 75,6%, os Encargos Gerais da Nação 4,7% e Fundos e Serviços Autónomos 19,7 %.
412. Não são substanciais as alterações em 2015 comparativamente com os orçamentos de Estado anteriores, sendo os Sectores com maior peso o MFP (incluindo os Encargos Comuns), Educação e Desporto, Saúde, Segurança (MAI) e Justiça.

Figura 46 Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica

MINISTÉRIOS	em Milhões de ECV				Taxa de crescimento em %			Estrutura (%)			
	Exc. 2012	Est 2013	Est 2014	Orç 2015	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Presidência da República	155	159	187	200	2,8	17,4	7,0	0,5	0,5	0,6	0,5
Assembleia Nacional	604	705	662	714	16,7	-6,1	7,9	2,0	2,3	2,0	2,0
Supremo Tribunal de Justiça	45	50	50	55	11,0	-0,6	10,5	0,2	0,2	0,1	0,2
Procuradoria Geral da República	79	50	51	57	-37,1	3,6	11,4	0,3	0,2	0,2	0,2
Tribunal de Contas	92	116	104	113	25,8	-10,2	8,4	0,3	0,4	0,9	0,3
Comissão Nacional de Eleições	17	14	32	34	-17,4	123,8	6,4	0,1	0,0	0,1	0,1
Concelho Superior da Magistratura Judicial	32	276	298	336	753,7	7,8	13,0	0,1	0,9	0,9	0,9
Conselho Superior do Ministério Público	0	90	184	217	-	105,0	17,8	0,0	0,3	0,6	0,6
Chefia do Governo	415	408	476	521	-1,6	16,6	9,4	1,4	1,3	1,4	1,4
Ministério da Saúde	2.893	2.932	3.028	3.538	1,4	3,3	16,9	9,7	9,4	9,1	9,7
Ministério das Finanças e Planeamento	12.361	13.107	14.307	15.451	6,0	9,2	8,0	41,4	41,9	42,9	42,2
Ministério da Defesa Nacional	719	748	753	811	4,0	0,6	7,7	2,4	2,4	2,3	2,2
Ministério das Relações Exteriores	749	785	816	876	4,8	4,0	7,3	2,5	2,5	2,4	2,4
Ministério da Administração Interna	1.769	1.819	1.961	2.135	2,8	7,8	8,9	5,9	5,8	5,9	5,8
Ministério da Justiça	1.271	908	996	1.081	-28,5	9,6	8,5	4,3	2,9	3,0	3,0
Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima	331	293	367	318	-11,6	25,5	-13,5	1,1	0,9	1,1	0,9
Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território	282	294	306	407	4,4	3,8	33,0	0,9	0,9	0,9	1,1
Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento do Trabalho	306	316	324	356	3,1	2,7	9,7	1,0	1,0	1,0	1,0
Ministério de Turismo, Indústria e Energia	103	111	222	245	7,4	101,0	9,9	0,3	0,4	0,7	0,7
Ministério da Educação e Desporto	6.433	6.773	6.851	7.464	5,3	1,2	9,0	21,6	21,7	20,5	20,4
Ministério do Desenvolvimento Rural	215	235	287	341	9,2	22,2	18,5	0,7	0,8	0,9	0,9
Ministério do Ensino Superior, Científicos e Inovação	686	783	805	984	14,1	2,8	22,2	2,3	2,5	2,4	2,7
Ministério das Comunidades	75	74	86	100	-0,6	15,2	16,4	0,3	0,2	0,3	0,3
Ministério da Cultura	145	153	170	185	6,1	10,6	9,0	0,5	0,5	0,5	0,5
Comissão Nacional de Recenseação Eleitoral	42	49	53	56	16,3	7,4	6,4	0,1	0,2	0,2	0,2
Total da Despesa	29.822	31.250	33.376	36.593	4,8	6,8	9,6	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviços Simples	22.853	23.691	25.474	27.673	3,7	7,5	8,6	76,6	75,8	76,3	75,6
Encargos Gerais da Nação	1.025	1.461	1.568	1.726	42,5	7,4	10,1	3,4	4,7	4,7	4,7
Fundos de Serviços Autónomos	5.944	6.099	6.334	7.194	2,6	3,9	13,6	19,9	19,5	19,0	19,7

Fonte: MFP

2.5.4.5.1. Ministério das Finanças e do Planeamento

413. Em 2014 a estimativa de execução do orçamento do MFP aproxima-se de 14.307 milhões de ECV.

414. Para 2015, fixa-se o montante em 15.451 milhões de ECV, sendo um acréscimo de 8,0% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014. Esse acréscimo é justificado basicamente pelo impacto dos recrutamentos de Inspectores, dos Controladores Financeiros e Técnicos assumidos em 2014, acréscimo na rubrica da pensão de aposentação, e também pelo recrutamento de novos Inspectores, Técnicos e Directores.

415. Este Ministério é responsável pela realização de cerca de 42,2% da Despesa de Funcionamento do Estado, sendo 8,1% destinado as Despesas Correntes do próprio Ministério (incluindo FSA) e 91,9% destinado a fazer face aos Encargos

Comuns. Os encargos do Estado geridos por este Ministério são constituídos no essencial pelos Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios, Quotas a Organismos Internacionais, Outras Transferências, Pensões, Restituições, Indemnizações e outros encargos de natureza comum do Estado.

2.5.4.5.2. Ministério da Educação e Desporto

416. Nos últimos três anos, o orçamento de funcionamento do Ministério da Educação e Desporto absorveu em média cerca de 21,3% do total da Despesa de Funcionamento do Estado.

417. Em 2015, coube a este Ministério, um peso de 20,4% do total, correspondente a um acréscimo de 9,0% em comparação com a estimativa de execução do orçamento de 2014. Esse aumento deve-se essencialmente ao impacto dos recrutamentos assumidos em 2014, novos recrutamentos e nomeações dos professores do ensino Secundário, progressões (refente ao ano de 2012), reclassificações da classe docente (157 Professores do ensino básico referente ao ano 2010 e 279 professores do ensino secundário referentes aos anos 2010 a 2013), encargos com atribuição de subsídio por não redução da carga horária (609 docentes relativo ao período de 2009 a 2012, entre os quais 10 professores de ensino básico e 599 do ensino secundário) e reingressos para 2015.

2.5.4.5.3. Ministério da Saúde

418. Este Ministério contribuiu nos últimos três anos em média para cerca de 9,4% do total de execução da Despesa de Funcionamento do Estado.

419. Para 2015 apresenta um acréscimo de 16,9%, justificado essencialmente pelo impacto de recrutamento de 21 Médicos, 40 Enfermeiros e 27 técnicos de saúde ocorridos em 2014, acresce o aumento na rubrica medicamentos, produtos alimentares, assistência técnica não residente, evacuações de doentes e ainda do recrutamento de mais 20 médicos, 40 enfermeiros e 22 Técnicos. O aumento da despesa justifica-se ainda pelo aumento da receita consignada no âmbito do acordo

entre o Ministério da Saúde e o INPS pelos serviços prestados aos segurados (comparticipação do INPS).

2.5.4.5.4. Ministério da Administração Interna

420. Este Ministério em termos de peso no orçamento do Estado, nos últimos três anos, consumiu cerca de 5,9% do total da Despesa de Funcionamento do Estado.

421. Em 2015, o peso deste Sector é de 5,8% do total da Despesa de Funcionamento do Estado o que representa um crescimento de 8,9% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014, esse acréscimo é devido ao impacto do recrutamento de 120 Agentes da Polícia Nacional assumidos em 2014 e da previsão recrutamentos de novos técnicos.

2.5.4.5.5. Ministério da Justiça

422. O peso deste Sector na Despesa de Funcionamento do Estado nos últimos três anos foi cerca de 3,4%, e prevê-se um acréscimo de 8,5% em 2015.

423. Este acréscimo é Justificado essencialmente pelo impacto de recrutamento de 20 Agentes de Segurança da Polícia Judiciária assumidos em 2014 e previsão de novos recrutamentos e nomeações de 30 agentes prisionais e 2 conservadores.

2.5.4.6. Por Classificação Funcional

424. Analisando as despesas totais numa óptica funcional, nos últimos três anos, os Serviços Públicos Gerais foram responsáveis pela realização em média cerca de 38,1% do total da Despesa de Funcionamento de Estado.

Figura 47 Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional

FUNÇÕES	em milhões de escudos				% Estrutura				em % do PIB			
	Exc 2012	Est. 2013	Est. 2014	Orç 2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Serviços Públicos Gerais	10.704	12.281	13.036	13.887	35,9	39,3	39,1	37,9	7,1	7,9	8,0	8,0
Defesa	730	735	775	841	2,4	2,4	2,3	2,3	0,5	0,5	0,5	0,5
Segurança e Ordem Pública	2.751	2.975	3.177	3.485	9,2	9,5	9,5	9,5	1,8	1,9	1,9	2,0
Assuntos Económicos	1.301	1.258	1.261	1.232	4,4	4,0	3,8	3,4	0,9	0,8	0,8	0,7
Protecção Ambiental	248	227	238	278	0,8	0,7	0,7	0,8	0,2	0,1	0,1	0,2
Habituação e Desenvolvimento Urba	34	51	54	129	0,1	0,2	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1
Saúde	2.893	2.776	3.028	3.538	9,7	8,9	9,1	9,7	1,9	1,8	1,9	2,0
Serviços Culturais, recreativos e re	253	270	300	334	0,8	0,9	0,9	0,9	0,2	0,2	0,2	0,2
Educação	7.075	7.098	7.598	8.382	23,7	22,7	22,8	22,9	4,7	4,6	4,6	4,8
Protecção Social	3.833	3.579	3.909	4.488	12,9	11,5	11,7	12,3	2,5	2,3	2,4	2,6
Total da Despesa	29.822	31.250	33.376	36.593	100	100	100	100	20	20	20	21
PIB									150.724	155.359	163.659	173.158

Fonte: MFP

425. Para 2015 prevê-se que maior fatia das despesas totais será atribuída também aos Serviços Públicos Gerais, com um decréscimo em relação a estimativa de execução do orçamento de 2014, passando de 39,1% para 37,9% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Em termos absolutos para o ano em análise, este serviço representa 13.887 milhões de ECV e 8,0% do PIB.

426. A função da Educação nos últimos três anos tem absorvido cerca de 23,1% do total da Despesa de Funcionamento de Estado, alocado em grande parte à despesa com pessoal, às bolsas de estudos e ao funcionamento dos estabelecimentos de educação dos ensinos básicos, secundários e universitários. Para o ano 2015 prevê-se que esta função absorve cerca de 22,9% do total do orçamento de Funcionamento do Estado, 4,8% do PIB, o que representa 8.382 milhões de ECV, justificado essencialmente com despesas para Ensino Pré-primário e Primários em 3.200 milhões de ECV, Ensino Secundário de 3.142 milhões de ECV e o Ensino Universitário de 912 milhões de ECV.

427. A função que abrange a Protecção Social nos últimos três anos absorveu cerca de 12,0% do peso da Despesa de Funcionamento do Estado.

428. Para o ano 2015 prevê-se que este agregado funcional absorve cerca de 12,3% do total da Despesa de funcionamento do Estado, o que representa 4.488 milhões de ECV o que corresponde 2,6% do PIB. Esta despesa justifica-se essencialmente pelas

atribuições de pensões de aposentação, regime não contributivo e outras prestações da responsabilidade do Estado;

429. Nos últimos três anos a função da Saúde tem representado cerca de 9,2% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Para o ano 2015 esta função absorve do OE cerca de 3.538 milhões de ECV, o que equivale 9,7% da Despesa de Funcionamento, cerca de 2,0% do PIB, este peso é essencialmente explicado pela despesa com pessoal e pelo funcionamento dos estabelecimentos hospitalares.
430. Nos últimos três anos a função Segurança de Ordem Pública tem representado cerca de 9,4% do total da Despesa de Funcionamento do Estado. Para 2015 prevê-se que esta função absorve 3.485 milhões de ECV, o que equivale 9,5% do peso total da Despesa de Funcionamento do Estado, o que representa cerca de 2,0% do PIB.
431. Destacam-se ainda, na óptica funcional, o Sector Assuntos Económicos, Defesa, Serviços Culturais, Recreativo e Religiosos, Protecção Ambiental e Habitação e Desenvolvimento urbanístico, com 1.232 milhões de ECV, 841 milhões de ECV, 334 milhões de ECV, 278 milhões de ECV e 129 milhões de ECV respectivamente.

2.5.5. Programa de Investimento Públicos 2015

432. O Programa de Investimento Público (PIP) para 2015 foi elaborado com base na nova metodologia decorrente da elaboração do DECRP III, cuja arquitectura, em termos de linhas de política, eixos estratégicos, e sistema de indicadores, assenta na estrutura de eixos, objectivos e medidas do Programa do Governo, garantindo assim a coerência global dos instrumentos de planeamento existentes, assegurando o adequado financiamento plurianual dos Programas, respeitando os objectivos de estabilidade macroeconómica, controle do défice fiscal e sustentabilidade da dívida pública. Neste sentido, reflecte a estratégia de crescimento e de redução da pobreza para um horizonte de cinco anos.

433. Para além de ter como referência o DECRP III, o PIP foi elaborado com base no Quadro Orçamental a Médio Prazo (QOMP) e no Quadro Despesa a Médio Prazo (QDMP), para o período 2015 a 2017, focalizado nos projectos com maior efeito multiplicador na economia, principalmente nos programas do sector primário.
434. O PIP foi elaborado numa abordagem integradora e de coesão social, visando por um lado, expandir a base produtiva da nossa economia, aumentar a produtividade e melhorar a competitividade, e por outro, reduzir a taxa de pobreza, bem como, a taxa do desemprego, em particular entre os jovens e as mulheres. Nesta sequência, as prioridades foram as seguintes:
- Inscrição das contrapartidas nacionais, exigidos no quadro do acordo de financiamento, dos projectos financiados com crédito externo (empréstimos);
 - Priorização dos projectos que visam a formação bruta de capital fixo;
 - Assumpção dos compromissos relativamente a matriz conjunta das acções acordadas com os parceiros no quadro do Grupo de Apoio Orçamental;
 - Priorizar os projectos que visam o desenvolvimento das indústrias criativas e do agro-negócios;
 - Orientar o programa de investimentos numa óptica plurianual para o crescimento económico e redução da pobreza, bem como neutralizar os desequilíbrios regionais.

2.5.5.1. Financiamento do Programa de Investimento Públicos para 2015

435. O financiamento do Programa de Investimentos Públicos para 2015 ronda 20.270 milhões de ECV, o que representa 11,7% do PIB estimado para o período, e comparando-o com a projecção da execução do PIP de 2014, verifica-se uma diminuição de 1.035 milhões de ECV, equivalentes a 4,9%.
436. As despesas correntes atingem o montante de 7.037 milhões de ECV, representando um peso em relação ao total do PIP de 34,7%, e 4,1% do PIB projectado, e traduz um aumento de 5,7% comparativamente com a projecção de execução de 2014.

437. As transferências de capital situam-se a volta de 331 milhões de ECV, um peso em relação ao total do PIP de 1,6%, e 0,2% do PIB projectado, e representa uma diminuição de 51,3% em relação a projecção de execução de 2014. Tal facto deve-se, essencialmente, a reclassificação dos projectos de investimento financiado pelo Fundo de Turismo para os activos não financeiros.

438. Os Activos não financeiros situam-se a volta de 12.902 milhões de ECV, equivalentes a 63,7% do total do PIP para 2015 e uma diminuição de 7,6% em relação ao total projectado para a execução de 2014.

Figura 48 Evolução das Despesas do PIP

	Em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %				% do PIB Projectado MFP			
	CGE	Prov	Repr	OE	CGE	Prov	Repr	OE	Prov	2014	Projecção	
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	Rep_2014	2015	
Despesas de Investimento	25.467	20.096	21.305	20.270	24,9%	-21,1%	6,0%	-4,9%	16,9%	12,9%	13,0%	11,7%
Despesas Correntes	4.521	4.327	6.654	7.037	-18,0%	-4,3%	53,8%	5,7%	3,0%	2,8%	4,1%	4,1%
Despesas com pessoal	1.450	1.506	1.673	1.523	-15,3%	3,8%	11,1%	-9,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%
Aquisição de Bens e Serviços	2.102	1.932	3.746	4.223	-12,5%	-8,1%	93,9%	12,7%	1,4%	1,2%	2,3%	2,4%
Bens	420	386	749	845	13,4%	-8,1%	93,9%	12,7%	0,3%	0,2%	0,5%	0,5%
Serviços	1.682	1.546	2.997	3.379	-17,2%	-8,1%	93,9%	12,7%	1,1%	1,0%	1,8%	2,0%
Subsídios	0	0	17	0	+100%		0,0%	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transferências correntes	272	242	536	715	-55,7%	-11,1%	121,8%	33,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%
Benefícios Sociais	294	287	223	234	-20,6%	-2,6%	-22,1%	4,9%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%
Outras despesas Correntes	403	361	458	342	-3,4%	-10,5%	26,9%	-25,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%
Despesas de Capital (Trf)	147	145	680	331	-43,8%	-1,8%	370,2%	-51,3%	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%
Activos não Financeiros	20.799	15.624	13.971	12.902	42,3%	-24,9%	-10,6%	-7,6%	13,8%	10,1%	8,5%	7,5%
Compra Activos não Financeiros	20.799	15.624	13.971	12.902	42,3%	-24,9%	-10,6%	-7,6%	13,8%	10,1%	8,5%	7,5%

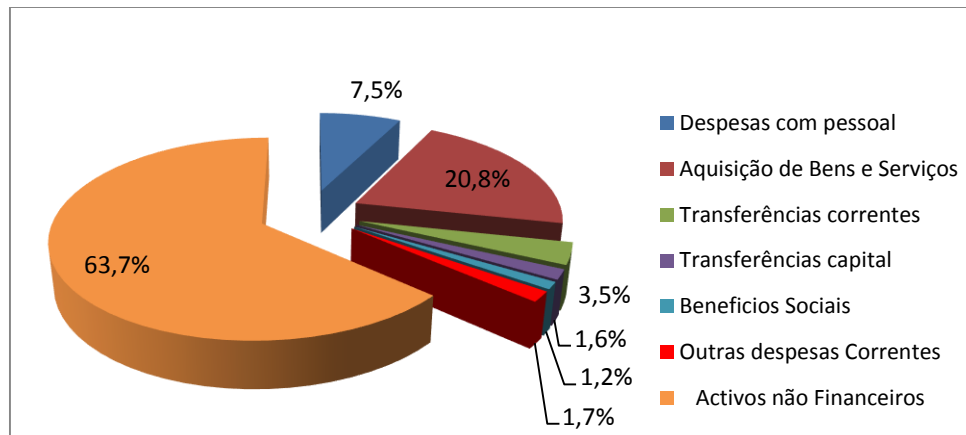
Fonte: MFP

439. Analisando a composição das despesas do PIP 2015, verifica-se que:

- o peso das despesas com pessoal é de 7,5%, equivalentes a 1.523 milhões de ECV, o que representa uma diminuição de 9,0% face a projecção de execução para 2014.
- as despesas com aquisições de bens e serviços situam-se a volta dos 20,8% do total (4,223 milhões de ECV), ou seja um aumento de 12,7% em relação a projecção de execução de 2014.
- as transferências correntes representam 3,5% do total do PIP (715 milhões de ECV) e face a projecção de execução de 2014, sofre uma variação positiva de 33,3%.
- os benefícios sociais rondam-se a volta de 1,2% (234 milhões de ECV), aumentando em relação a projecção de execução de 2014 em 4,9%.

- v. as outras despesas atingem um total de 342 milhões de ECV, equivalentes a 1,7% do total do PIP para 2015 e uma diminuição face a projecção de execução de 2014 em 25,4%.

Figura 49 Despesas do PIP por agrupamentos económicos



Fonte: MFP

440. A semelhança dos anos anteriores, para 2015, o PIP é financiado em grande parte por recursos externos, sendo o financiamento externo de 14.648 milhões de ECV, ou seja, 72,3% do total do PIP previsto para 2015 e correspondendo a 8,5% do PIB projectado, diminuindo face a projecção de execução de 2014 em 13,1%. O financiamento interno ronda 27,7% do total do financiamento do PIP previsto para 2015 (5.622 milhões de ECV), equivalentes a 3,3% do PIB projectado e representa uma variação positiva em 26,3% em relação a projecção de execução de 2014.

Figura 50 Evolução das Despesas do PIP por Tipo de Financiamento

(em milhões de ECV)

Financiamento	Taxa de crescimento em %				Em % do PIB							
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015				
	CGE	PROV	PREV		PREV							
Interno	3.534	2.764	4.453	5.622	-26,0	-21,8	61,1	26,3	2,3	1,8	2,7	3,2
Tes.(Rec. Internas)	3.527	2.751	4.395	5.581	-25,9	-22,0	59,7	27,0	2,3	1,8	2,7	3,2
OFN	7	12	58	41	-54,4	100,0	379,3	-29,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Externo	21.933	17.333	16.852	14.648	40,4	-21,0	-2,8	-13,1	14,6	11,2	10,3	8,5
Donativo + AJO	4.163	3.442	5.070	4.582	-5,7	-17,3	47,3	-9,6	2,8	2,2	3,1	2,6
Empréstimo + AJO	17.491	13.837	11.668	10.013	57,9	-20,9	-15,7	-14,2	11,6	8,9	7,1	5,8
Ajuda Alimentar	279	54	114	53	106,7	100,0	111,9	-53,5	0,2	0,0	0,1	0,0
Total da Despesa	25.467	20.096	21.305	20.270	24,9	-21,1	6,0	-4,9	16,9	12,9	13,0	11,7
							PIB		150.724	155.359	163.659	173.159

Fonte: MFP

441. Os donativos financiados através da modalidade de ajuda a projectos, excluindo ajuda orçamental donativo, totalizam o montante de 3.443 milhões de ECV, equivalente a 22,5% do total do financiamento externo e 17% do total do PIP, sendo os maiores financiadores: o MCA com 1.892 milhões de ECV, Luxemburgo 628 milhões de ECV, a Alemanha com 207 milhões de ECV, o BAD com 173,9 milhões de ECV, Nações Unidas com 167,8 milhões de ECV e a Suíça com 105 milhões de ECV. Tendo em conta a projecção da execução dos Donativos directos em 2014, verifica-se uma diminuição previsto de 9,6%.
442. O total dos empréstimos externos, excluindo ajuda orçamental empréstimo, ascende a 8.136 milhões de ECV, equivalente a 55,5% do total do financiamento externo, 40,14% do total do PIP e 4,7% do PIB estimado. Estes financiamentos estão canalizados para 15 Programas de Investimento.
443. Do total de empréstimo, 65% (6.504 milhões de ECV) estão canalizados para os seguintes Programas: “Mobilização de Água e Reforço da Capacidade de Abastecimento Público” com 2.141 milhões de ECV, " Mobilização de Agua e Ordenamento das Bacias Hidrográficas" com 1.847 milhões de ECV, "Infraestruturas de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia" com 1.549 milhões de ECV, "Desenvolvimento das Infra-estruturas Rodoviárias" com 336 milhões de ECV, “Desenvolvimento de Infra-estruturas de Ensino Secundário” com 336 milhões de ECV e o Programa Infra-estruturação de rede hospitalar com 295 milhões de ECV.
444. A ajuda orçamental prevista, para 2015, ascende a 3.016 milhões de ECV, representando 20,6% do total do financiamento externo e 14,9% do total do PIP previsto para 2015, sendo 1.139 milhões de ECV são provenientes da ajuda orçamental donativo e 1.877 milhões de ECV da ajuda orçamental empréstimos, verificando uma diminuição de 15% fase a projecção da entrada da ajuda orçamental para 2014, sendo os maiores financiadores desta modalidade para 2015 são: o BAD, a União Europeia, o BM e Portugal, conforme demonstra o quadro da evolução da ajuda orçamental.

Figura 51 Evolução da Ajuda Orçamental

(em milhões de ECV)

Ajuda Orçamental	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Donativos	518	1.199	1.139	1.139	-71,0	131,4	-5,0	0,0
Áustria	0	0	0	0	-	0	0	0
Holanda	0	0	0	0	-	0	0	0
Holanda Pana II	0	0	0	0	-	0	0	0
Espanha	331	0	0	0	-32,9	-100,0	0	0
União Europeia	0	979	937	937	-100,0	+100	-4	0
Reino Unido	0	0	37	37	-100,0	+100		0
Luxemburgo	55	110	55	55	-	100	-50	0
Portugal	132	110	110	110	-40	-16,7	0	0
Empréstimos	2.181	2.757	2.429	1.877	32,0	26,4	-11,9	-22,7
Banco Mundial	1.079	0	775	775	+100	-100,0		0,0
BAD	1.103	1.654	1.654	1.103	-33,3	50,0	0,0	-33,3
Angola		1.103						
Total da Ajuda Orçamental	2.700	3.956	3.568	3.016	-21,5	46,5	-9,8	-15,5

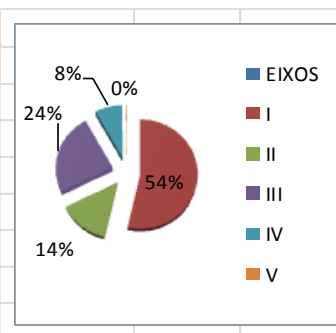
Fonte: MFP

2.5.5.2. Análise Por Eixos Prioritários

445. As prioridades da política económica e social do Governo estão reflectidas no Programa de Investimento Público, através dos meios financeiros posto a disposição, para cada Eixo / Programas destinados aos investimentos, dentro das principais áreas de actuação.

Figura 52 Financiamento Por Eixo e Tipo de Financiamento

Eixos DECRP	em milhões de escudos					
	DON	EMP	FCP	OFN	TES	TOTAL
I - Infrastruturação	2.170	6.718			1.983	10.871
II - Capital Humano	452	1.038		13	1.343	2.846
III - Boa Governação	774	249		28	3.858	4.910
IV - Reforço do Sector Privado	41	132	53		1.377	1.603
V - Afirmar a Nação Global	6				34	40
Total Geral	3.443	8.137	53	41	8.595	20.270



Fonte: MFP

446. Analisando o financiamento do Programa de Investimento Público por Eixos/Programas em 2014, constata-se a afectação dos recursos pelas prioridades a seguir elencadas conforme os eixos definidos.

2.5.5.2.1. Eixo de Infraestruturação

447. Dando continuidade a política de infra-estruturação do País, grande parte dos recursos são canalizados para o eixo de infra-estruturação, ou seja para projectos que visam a formação bruta de capital fixo, nomeadamente projectos de modernização e expansão das infra-estruturas de portos, aeroportos, telecomunicações, rodoviárias, água, energia e saneamento. Este eixo representa 53,6% do total dos investimentos, equivalentes a 10.871 milhões de ECV, contribuindo para redução da pobreza, para o desenvolvimento económico sustentado, para a unificação do espaço nacional e internacionalização da economia.

448. Para 2015, este Eixo integra 14 programas do PIP e a semelhança do ano anterior grande parte dos recursos (93,5%) estão canalizados para os seguintes programas:

- "Mobilização de água e reforço da Capacidade de Abastecimento Publico" com um financiamento de 4.318 milhões de ECV (39,7%);
- Mobilização de Agua e Ordenamento das Bacias Hidrográficas" com 2.325 milhões de ECV (21,3%);
- "Infra-estruturas de Produção, Armazenamento e Distribuição de Energia" com 1.628 milhões de ECV (14,9%);
- "Desenvolvimento das Infra-estruturas Rodoviárias" com 762 milhões de ECV (7,0%);
- "Melhoria da Qualidade das Infra-estruturas Rodoviárias" com um total de financiamento de 586 milhões de ECV (5,3%);
- "Desenvolvimento do Sistema de Transportes e Segurança Marítima" com um total de financiamento de 549 milhões de ECV (5,0%).

2.5.5.2.2. Eixo de Boa Governação

449. Este eixo tem por objectivo, consolidar a democracia, reforçar a boa governação e abrange a reforma do Estado, descentralização, segurança, justiça, ordenamento

do território, política externa, regulação, protecção do ambiente, estabilidade macroeconómica e protecção social.

450. Para 2015 o total do financiamento previsto é de 4.855 milhões de ECV, o que representa 24,2% do total do PIP previsto. Destacam-se os investimentos previstos para os seguintes Programas: “Consolidação e Requalificação Ambiental” com 954 milhões de ECV, “Mais Qualidade, Mais Comunidade e de Micro realizações” com 671 milhões de ECV, “Acesso aos Pobres do Serviços Sociais de Base e ao Rendimento” com 306 milhões de ECV “Sistema Nacional de Cadastro Predial” com 305 milhões de ECV, “ Garantia do Acesso a Todos os Grupos Sociais e Profissionais à Protecção Social “com 274 milhões de ECV, e do Programa Reforço da Participação na vida Política com 255 milhões de ECV.

451. O total do financiamento dos programas da Justiça, Segurança e Ordem Pública e da Defesa Nacional, pertencentes a este eixo, é de 713 milhões de ECV, destacando os investimentos previstos para os Programas “Construção e Beneficiação das Infra-estruturas Policiais” com 51 milhões de ECV, “Reforço da participação na vida política” com 255 milhões de ECV, “Melhoria do Patrulhamento Aero, Marítimo e Urbano” com 54 milhões de ECV, Construção e Requalificação das Cadeias e Infra-estruturas Judiciais” com 56 milhões de ECV e “Melhoria do Sistema Judicial” com 36 milhões de ECV.

2.5.5.2.3. Capital Humano

452. Este eixo tem como objectivo capacitar os recursos humanos, e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico, abarca a modernização do sistema educativo, desde as acções social escolar, ensino pré-escolar, ensino primário, ensino secundário, ensino superior e a promoção da educação de adultos, ciência e tecnologia, o sistema da saúde, emprego e formação profissional, cultura e desporto e representa 14,0% do total dos investimentos públicos, equivalentes a 2.846 milhões de ECV.

453. Destacam-se os investimentos previstos para os Programas: "Acção Social Escolar" financiado com 429 milhões de ECV, o que representa 15% do total do Eixo, "Infra-estruturação de Rede Hospitalar" com 354 milhões de ECV, (12.4%), "Desenvolvimento de Infra-Estruturas do Ensino Secundário" com um total de 354 milhões de ECV, (12%), "Promoção do Emprego e Formação Profissional" com 184 milhões de ECV, (6%), "Equipamentos e Mobiliários para Rede Hospitalar" com 160 milhões de ECV (5.6%) e o Programa "Desenvolvimento do Sector Farmacêutico" com um total de financiamento de 141 milhões de ECV ou seja 5% do total do financiamento do Eixo.
454. Para o Sector da Educação o total do financiamento é de 1.288 milhões de ECV, destacando os projectos Cantinas Escolares – Aquisições de alimentos, construções de Escolas Secundárias na Boa Vista, Brava, Paúl e Construção da EFPEB Mindelo e Programa Mundo Novo – EB.
455. Para o Sector da Saúde o total do financiamento é de 1.024 milhões de ECV, equivalentes a 36% do total do Eixo, destacando os projectos de Construção e Equipamento Do Hospital Regional Do Fogo", e Medicamentos essenciais e Política Farmacêutica.
456. Para o Sector do Ensino Superior, o total do orçamentado ronda a volta dos 133 milhões de ECV, destacando-se os projectos de "Consolidação do ensino superior e Formação e Capacitação.
457. Para o Sector da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, enquadrado nesse Eixo, os investimentos previstos totalizam o montante de 291 milhões de ECV, sendo os projectos com maior realce são: "Desenvolvimento das Ofertas Formativas e Políticas activas de Emprego" com 165 milhões de ECV, Apoio as Crianças em Situação de Risco e Respectivas Famílias" com 37 milhões de ECV e "Promoção do Voluntariado para a Gestão Sustentável do Ambiente" com 16 milhões de ECV.

2.5.5.2.4. Eixo de Reforço do Sector Privado

458. O Governo de Cabo Verde elegeu a promoção e desenvolvimento do sector privado como um dos eixos prioritários para a edificação de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora.

459. Este eixo tem por objectivo fomentar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade, ou seja, abarca todo o ambiente de negócios, representando um total de investimentos de 1.603 milhões de ECV, equivalente a 7,9% do total do PIP, financiando 14 Programas, sendo os maiores investimentos estão previstos nos Programas de “Melhoria da Qualidade dos Produtos e Serviços do Turismo” com 641 milhões de ECV, “Melhoria do Agronegócio e das Fileiras Agro-pecuárias” com 382 milhões de ECV, “Gestão dos Recursos Haliêuticos, para uma Pesca Sustentável” com 170 milhões de ECV e do Programa “Administração Cidadão e Empresa” com 90 milhões de ECV.

2.5.5.2.5. Eixo de Afirmar a Nação Global

460. Este eixo tem por objectivo afirmar a nação global e desenvolver parcerias para a competitividade, tem um total de financiamento de 40 milhões de ECV, o que representa 0,2% do PIP, destacando os investimentos previstos para os Programas de “Melhoria da Política de Imigração” com 19 milhões de ECV e “Melhoria da Qualidade de Vida dos Emigrantes” com 12 milhões de ECV.

2.5.5.3. Financiamento por Ministério

461. Os Ministérios do Turismo, Indústria e Energia (MTIE), do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), das Infra-estruturas e Economia Marítima (MIEM), Desenvolvimento Rural (MDR), das Finanças e Planeamento (MFP), Educação e do Desporto (MED), e o Ministério da Saúde (MS), são os Ministérios que absorvem a maior parte dos recursos do Programa de

Investimentos Públicos para 2015, totalizando um montante 17.803 milhões de ECV, equivalentes a 87,8% do total do PIP e representa 10,3% do PIB estimado para 2015.

Figura 53 Evolução do Financiamento por Ministério e Tipo de Financiamento

(em milhões de ECV)

MINISTÉRIOS					Taxa crescimento %			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
	CGE	PROV	PREV	ORÇ				
Chefia do Governo	740	800	789	416	-35,2	8,0	-1,4	-47,3
CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado	454	467	321	10	-32,2	2,8	-31,2	-96,9
CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro	127	179	256	175	-41,3	41,4	43,0	-31,6
CHGOV - Ministro Adjunto do Primeiro Ministro	33	36	39	39	-36,4	9,0	8,3	0,0
CHGOV - Ministro Da Presidencia Conselho Ministro	28	18	36	37	-34,1	-35,0	98,4	3,6
CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Pública	93	88	114	129	-29,1	-5,6	29,5	13,2
CHGOV - Secretário De Estado Adjunto Do Primeiro Ministro					-100,0			
CHGOV - Ministro Assuntos Parlamentares	6	12	23	26	-50,5	111,5	91,7	13,0
Ministério Do Desenvolvimento Rural	2.446	2.092	3.495	3.038	7,8	-14,5	67,1	-13,1
Ministério Das Finanças e Planeamento	554	421	774	1.436	-10,7	-24,0	83,8	85,5
Ministério Das Infraestruturas e Economia Marítima	12.838	10.795	5.805	3.151	27,0	-15,9	-46,2	-45,7
Ministério Da Administração Interna	271	174	145	388	-45,1	-35,8	-16,7	167,6
Ministerio Da Cultura	47	76	95	107	-28,6	60,3	25,0	12,6
Ministério Da Defesa Nacional	46	45	61	76	-57,1	-1,2	35,6	24,6
Ministério Da Educação e Desporto	2.376	2.160	1.580	1.288	161,0	-9,1	-26,9	-18,5
Ministério Da Justiça	239	276	264	248	-50,7	15,6	-4,3	-6,1
Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento	1.606	914	952	956	-11,6	-43,1	4,2	0,4
Ministério Da Saúde	578	286	811	1.024	-14,5	-50,5	183,6	26,3
Ministerio Das Comunidades	22	12	19	21	7,2	-44,7	58,3	10,5
Ministério Das Relações Exteriores	1	4	6	7	-92,8	169,4	50,0	16,7
Ministério De Ensino Superior, Ciencia e Inovação	36	55	94	133	-62,9	53,5	70,9	41,5
Ministerio Do Ambiente, Habi.E Ordenamento Territorial	2.683	835	2.901	3.453	349,8	-68,9	247,4	19,0
Ministério Do Turismo, Indústria e Energia	922	1.029	3.496	4.412	5,9	11,6	239,7	26,2
OSOB - Comissão Nacional De Eleições	48			82	-30,0	-100,0		
OSOB - Tribunal de contas	13	2	17	34	-44,3	-85,0	774,1	94,5
OSOB - Assembleia Nacional		93				100,0		
Total da Despesa	25.467	20.069	21.304	20.270	24,9	-21,2	6,2	-4,9

Fonte: MFP

2.5.5.3.1. Ministério do Turismo, Indústria e Energia

462. O MTIE coordena e executa as políticas públicas direccionadas as actividades económicas de produção de bens e serviços, à indústria, à energia, ao comércio, ao turismo e artesanato e às actividades de serviço às empresas e ao desenvolvimento empresarial, incluindo a vertente inovação, visando a competitividade, a produtividade e o crescimento da economia.

463. Para 2015, o PIP do MTIE totaliza o montante de 4.412 milhões de ECV, equivalentes a 21,8% do total dos investimentos públicos, sendo que 97,3% destes recursos estão canalizados para o Programa de “Infra-estruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia” com 1.628 milhões de ECV, com destaque para o projecto: “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia, em seis Ilhas de Cabo Verde ” financiado com 1.466 milhões de ECV. Face a projecção da execução de 2014, prevê-se um aumento de 26,2%.

2.5.5.3.2. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

464. O MAHOT tem a missão de coordenar e executar as políticas de valorização, protecção e preservação do ambiente, água e saneamento e em matérias de descentralização e desenvolvimento regional, urbanismo, habitação e ordenamento do território, bem como as relações com as Autarquias Locais. O Total dos investimentos previstos para 2015 é de 3.453 milhões de ECV, equivalentes 17,0% do total do PIP, sofrendo um aumento de 19,0% em relação a previsão de execução do PIP do Ministério em 2014. Este aumento verificou-se no âmbito do programa “Mobilização de água e reforço da capacidade de abastecimento público”, com um total de financiamento para 2015 de 2.160 milhões de ECV, destacando o financiamento do projecto “ Fundo de Financiamento de Infra-estruturas – Aguas e saneamento com 1.017 milhões de ECV).

Destacam - se ainda o financiamento nos seguintes projectos: “CVE 078 – Apoio ao Plano de Acção para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” com (540 milhões de ECV), Fundo Nacional do Ambiente com 652 milhões de ECV), “Reformas Institucionais e Regulatórias Nacionais – Agua e Saneamento MCA2” com 271 milhões de ECV e “Clarificação dos Direitos e Limites – Gestão da Terra” com 279 milhões de ECV.

2.5.5.3.3. Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima

465. Cabe ao MIEM coordenar e executar as políticas em matéria de obras públicas, construção civil, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias e ainda coordenar e executar as políticas de valorização, protecção e preservação de recursos marinhos.
466. Considerando a previsão de conclusão de alguns projectos de infra-estruturas, o total dos investimentos previstos sofreu uma redução de 45.7% em relação a previsão de execução em 2014, sendo o total orçamento para o PIP em 2015 ronda os 3.151 milhões de ECV, equivalentes a 15.5% do total PIP.
467. Destacam-se os programas de “Desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias” com 762 milhões de ECV, “Melhoria da Qualidade das Infra-estruturas Rodoviárias” com 586 milhões de ECV, “Desenvolvimento do Sistema de Transportes e Segurança Marítima” com 549 milhões de ECV, “Desenvolvimento das Infra-estruturas Portuárias” com 327.5 milhões de ECV e programa de “Mobilização de Água e Reforço da Capacidade de Abastecimento Publico” com 308 milhões de ECV.
468. Quanto aos projectos, os que absorvem maiores recursos são: ” O fundo rodoviário” com 465 milhões de ECV, “ Construção do Anel do Fogo” com 349,4 milhões de ECV, “ Melhoramento de Distribuição de Água e Saneamento do M. Santa Catarina” com 293,3 milhões de ECV, e o” oscn- Centro Oceanográfico do Mindelo” com 210,5 milhões de ECV.

2.5.5.3.4. Ministério do Desenvolvimento Rural

469. O MDR é o Ministério responsável pela coordenação e execução das políticas em matéria de agricultura, silvicultura, pecuária e alimentação. O total dos investimentos públicos previsto para o MDR é de 3.038 milhões de ECV,

equivalentes a 15% do total do PIP para 2015. Para 2015 destaca-se os investimentos previsto no âmbito do Programa “Mobilização de Água e Ordenamento de Bacias Hidrográficas” com um total de financiamento a volta de 2.325 milhões de ECV, equivalentes a 76.5% do total do PIP do MDR, para financiamento dos projectos de construção das barragens e bacias hidrográficas e Instalação Sistema Fotovoltaica Na Bombagem Água FO, ST,SA”. Face a projecção de execução de 2014, sofreu uma diminuição de 13%.

2.5.5.3.5. Ministério da Educação e Desporto

470. O Ministério da Educação e Desporto tem como missão contribuir para o desenvolvimento humano durável através da formação do indivíduo, melhoria da qualidade e do acesso ao sistema educativo e formativo, valorização do capital humano e estímulo à promoção de uma “economia do conhecimento.

471. O total dos investimentos previstos para o Ministério é ronda 1.288 milhões de ECV, aproximadamente 6.4%do total do PIP/2015 e desse montante 69,6% são canalizados para os Programas: “Desenvolvimento de Infra-estruturas do Ensino Secundário” com 353.6 milhões de ECV, destinado a construção de Escolas Secundárias, nas ilhas de Boavista, Sal (Santa Maria), Brava, Paul, e Tarrafal de S. Nicolau, Programa de “Acção Social e Escolar” com 429 milhões de ECV, com realce para os projectos de cantinas escolares- aquisições de alimentos, cujo objectivo é fornecer uma refeição quente aos alunos do ensino básico e promover a saúde escolar, e o programa “Infra-estruturas do ensino superior” com 114.8 milhões de ECV para o único projecto, com igual montante “ construção da EFPB Mindelo. Face a projecção de execução do ano de 2014, sofre uma diminuição de 18,4%.

2.5.5.3.6. Ministério das Finanças e Planeamento

472. O MFP é que coordena e executa as políticas em matéria de gestão das Finanças do Estado e do Planeamento. Para 2015, o PIP do MFP totaliza o montante de

1.436 milhões de ECV, equivalentes a 7,0% do total dos investimentos públicos, com destaque para o financiamento dos Programas: “Mais Qualidade, Mais Comunidade e Micro Realizações” com 671 milhões de ECV - financiamento dos projectos a serem executados através de assinaturas de Contractos Programas com Câmaras Municipais e Organizações da Sociedade Civil, a fim de minimizar os efeitos do desemprego principalmente nas zonas rurais; Programa “Reforço de Competências Técnicas do MFP” - destinado ao financiamento dos projectos de reformas em cursos no MFP, com um total de 249.9 milhões de ECV; programa “Gestão e Administração Geral” com 174 milhões de escudos ECV; e programa “Construção e Reabilitação de infra-estruturas do Estado” com 130 milhões de ECV. Face a projecção de execução do ano de 2014, sofre um aumento de 88,5%.

2.5.5.3.7. Ministério da Saúde

473. O Ministério da Saúde é o departamento governamental responsável para implementação da Política Nacional de Saúde. O total dos investimentos previstos para o Ministério é de 1.024 milhões de ECV, aproximadamente 5.1% do total do PIP/2015, aumentando assim 26,2%, comparativamente com a projecção de execução de 2014. Destacam-se o financiamento dos seguintes projectos: “Construção Do Hospital Regional Do Fogo” com 161.5 milhões de ECV, “Equipamento do hospital Regional do Fogo com 103 milhões de ECV”, “Medicamentos Essenciais e Política Farmacêutica” com 141.7 milhões de ECV, e “Reabilitação Do Hospital Dr. Baptista De Sousa” com 59 milhões de ECV.

2.5.6. Dívida Pública

474. A dívida do Governo Central, excluindo atrasados da dívida interna e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, manteve nos últimos quatro anos uma trajectória ascendente, consequência da característica desta mesma dívida. O facto da dívida ter longo período de graça faz com que as amortizações ocorram mais tarde, invertendo assim a tendência. Aliado a este facto o *phasing-out* os projectos irá contribuir para a inversão da referida trajectória. Em termos

absolutos, em 2013, totalizou 155.129 milhões de ECV e para os anos de 2014 e 2015, prevê-se que este atinja 175.500,3 e 195.225,3 milhões de escudos respectivamente.

475. Em termos absolutos, prevê-se um crescimento de 20.371,3 milhões de escudos em 2014 face ao ano transacto. Para 2015, o aumento previsto é de 19.725,0 milhões de escudos em relação a 2014. Para este crescimento a dívida externa contribui em cerca de 76,0%, em linha com a política de endividamento estabelecida no QEMP.

476. Em termos de stock da dívida, em relação ao PIB, a previsão para os anos de 2014 e 2015 é de 107,2% e 112,7% respectivamente.

Figura 54 Principais Indicadores de Dívida

	em milhões de escudos				
	2013	PREV 2014	PREV 2015	2013 / 2014	2014 / 2015
Dívida Pública	155.129,0	175.500,3	195.225,3	13,1%	11,2%
Dívida Interna	37.167,5	41.391,0	46.137,1	11,4%	11,5%
Dívida Externa	117.961,5	134.109,2	149.088,2	13,7%	11,2%
Varição em valores absolutos	18.190,9	20.371,3	19.725,1		
Dívida Interna	2.642,0	4.223,6	4.746,0		
Dívida Externa	15.548,9	16.147,7	14.979,0		
PIB	155.358,8	163.658,7	173.157,7		
Dívida Pública em % do PIB	99,9%	107,2%	112,7%		
Dívida Interna em % do PIB	23,9%	25,3%	26,6%		
Dívida Externa em % do PIB	76%	81,9%	86,1%		
Varição em pontos percentuais Dívida Pública		7,4	5,5		-1,9
Varição em pontos percentuais Dívida Interna		1,4	1,4		0,1
Varição em pontos percentuais Dívida Externa		6,0	4,2		-2,5

Fonte: MFP

2.5.6.1. Dívida Interna

477. Numa análise desagregada da Dívida Pública, na vertente da dívida do Governo Central, constatou-se que o stock da Dívida Interna nos finais de 2013 foi de 37.167,5 milhões de escudos, cerca de 2.642 milhões de escudos acima do valor registado no ano transacto. Para 2014 prevê-se um aumento de 4.223,6 milhões de

escudos em relação a 2013 e para finais de 2015, perspectiva-se um aumento de 4.746,0 milhões de escudos.

478. Em termos relativos, prevê-se que a Dívida Interna aumente em cerca de 11,4% em finais de 2014 e 11,5% para 2015.
479. No que se refere ao rácio da Dívida Interna Bruta em relação ao PIB tem apresentado uma tendência estável, em torno de 25% do PIB. No ano de 2013, este registou um valor provisório de 23,9%, prevendo-se que em finais de 2014 atinja 25,3% e para 2015, projecta-se que se situe à volta de 26,%. Pese embora, estarmos fora do *Police Supports Instruments*, o Governo tem esforçado em manter este rácio em relação do PIB em termos líquidos em torno de 20%.

2.5.6.2. Dívida Externa

480. Para 2014 e 2015, prevê-se que o stock da dívida externa situe-se em 134.109,2 e 149.088,2 milhões de escudos. Isto, considerando o stock de 2013 que se situou-se em 117.961,5 milhões e as necessidades líquidas de financiamentos previstos para os dois anos em análise.
481. Em termos de estrutura do portfólio, atendendo ao perfil dos credores dos empréstimos cujo os primeiros desembolsos são previstos para 2015 e dos credores dos empréstimos ainda em fase de desembolso, o grupo multilateral continuará com maior predominância na carteira da dívida externa do Governo Central. Prevê-se que a sua estrutura em termos de categoria de credor, seja da seguinte forma: (i) para 2014, multilateral 47%, bilateral 24,9% e comercial em 28,2%. Em 2015 a estrutura será a seguinte: multilateral 46,4%; bilateral 27,6% e comercial em 27,6%. A taxa de empréstimos contratados em termos concessionais do portfolio continuará em torno de 92%.

482. A composição da carteira em termos de moeda, a previsão é a seguinte para 2014: euro 61,6%; XDR 20,4%; USD 7,5%; JPY 4,7% e outros 5,9%. Para 2015 esta estrutura sofrerá uma ligeira alteração para: euro 61,7%; XDR 19%; USD 7,5%; JPY 5,5% e outros 6,9%.
483. Para o 2015, conta-se com o montante de desembolsos da dívida externa no valor de 17.378,9 milhões de escudos, sendo 3.554,6 milhões de escudos provindo de credores multilaterais 9.021,9 de credores bilaterais e 4.801,3 de credores comerciais.
484. Relativamente ao serviço da dívida externa para os anos de 2014 e 2015, a previsão é para que este atinja os valores de 3.900 e 4.219 milhões de CVE, respectivamente. Para 2014, a sua relação com o PIB será de 2,4%, sendo 1,26% para as amortizações e 1,12% para os juros. Para 2015 a previsão é para que o rácio serviço da dívida/PIB, atinja 2,4%, com 1,39% de amortizações e 1,05% de juros.

2.5.6.3. Programação / financiamento para 2015

485. Para 2015 o Governo prevê contratar 26.304 milhões de CVE para cobrir as necessidades de financiamento programado para o ano. A previsão é que este valor seja financiado em 66,1% com dívida externa e 33,9% com empréstimos contratados junto de credores internos, o que representa em termos absolutos, 19.462 e 8.926 milhões de CVE, respectivamente.
486. Seguir-se-á, da mesma forma que em 2014, as linhas orientadoras da política de endividamento definidas no MTDS (“Medium Term Debt Strategy”), ou seja, priorizar-se-á mais financiamentos a nível externo, com empréstimos já contratados em termos concessionais e na sua maioria em euro. A nível de financiamento interno, este deverá se constituir estruturalmente por obrigações de longo prazo.

487. Concernente ao serviço da dívida prevista para 2015, este atingirá o valor de 11.726 milhões de CVE, com 7.508 de dívida interna e 4.219 de dívida externa.

Caixa nº 4: Sustentabilidade da Dívida Pública

O Governo de Cabo Verde implementou nos últimos cinco anos um programa de investimento público, para a infra-estruturação do país, baseado em capital intensivo, objectivando criar factores de competitividade e dinamizar o sector privado. Para tal, recorreu ao endividamento externo, como opção de política económica, com uma estratégia delineada e previamente concertada com todos os parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde, aproveitando a janela de concessionalidade, para continuar se financiar em condições favoráveis.

Em consequência, o Stock da Dívida do Governo Central em percentagem do PIB aumentou, prevendo-se que atinja os 107% em finais de 2014. Contudo, este encontra-se dentro dos parâmetros de sustentabilidade. Importar frisar, que o aumento do stock reflecte a estratégia do endividamento a médio prazo, (*Medium Term Debt Strategy - MTDS*), ou seja, continuar a se financiar maioritariamente no mercado internacional, priorizando os empréstimos em termos concessionais e na sua maioria em euros.

Em termos de composição, o portfólio da dívida externa é em torno de 96% concessional (*Grant Element* superior a 35%), conforme o acordado com o FMI). A maturidade remanescente média dos e taxas de juros médio estão em tornos de 24 anos e 1,19% respectivamente.

A equação da dinâmica da dívida, nos mostra que esta depende, da evolução do saldo primário, do efeito Juros e efeito crescimento económico (PIB) e outros (Efeito taxa de câmbio, e taxa de Juros).

Dinâmica da Dívida Pública (em % PIB)

	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida Pública % PIB	107,2%	112,7%	114,3%	113,9%	110,2%
Var Dívida Pública	7,4%	5,5%	1,6%	-0,5%	-3,7%
Efeito Saldo Primário	1,2%	0,7%	2,0%	0,8%	1,0%
Efeito Juro e PIB (Snow-ball effect)	2,7%	0,3%	0,9%	0,2%	0,5%
Juros	0,4%	-0,1%	0,04%	0,01%	-0,04%
Var. taxa crescimento PIB Nominal	2,3%	0,5%	0,9%	0,2%	0,5%
Outros	3,5%	4,5%	-1,3%	-1,5%	-5,2%

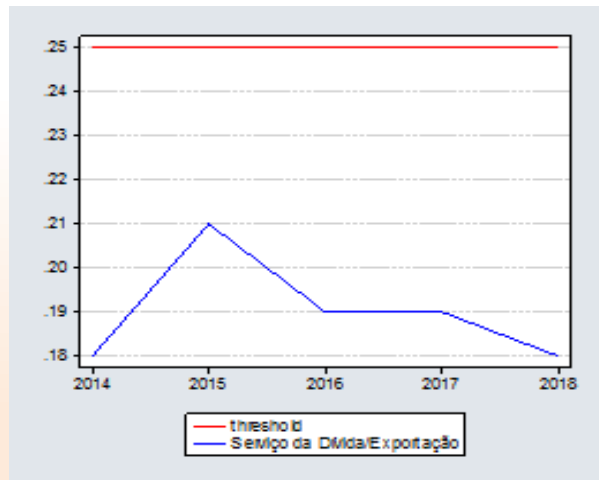
Fonte: DSOF-DGT_MFP

A trajectória descendente da dívida é justificada, pelo seguinte:

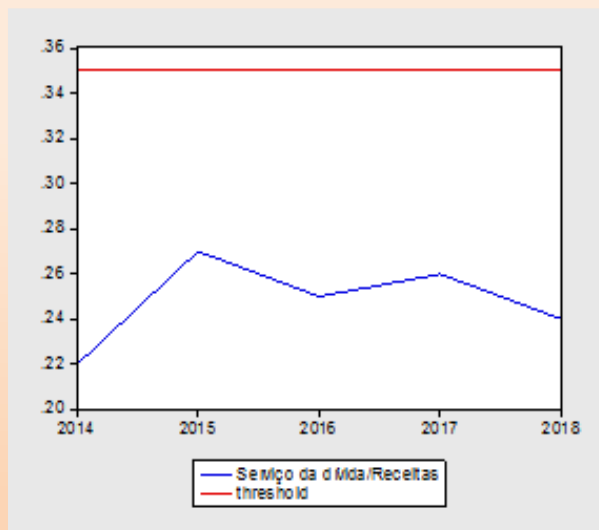
- O esforço do Governo na redução de Despesas de Capital no horizonte de 2014 a 2018;
- Política de contenção de despesas correntes;

Analisando os rácios de sustentabilidade, nomeadamente rácio (serviço da dívida total/receitas totais e Serviço Dívida Externa/Exportações, rácios estes que demonstram a capacidade do governo em fazer face às suas obrigações contratuais junto dos credores, conclui-se que:

i) no período em análise, as receitas arrecadadas originárias de exportação serão suficiente para cobrir o serviço da dívida em divisa, estando muito abaixo do limite utilizado pelo FMI na análise de sustentabilidade da dívida para o grupo de países LIC e países insulares;



ii) De igual modo as receitas previstas a serem arrecadadas no período serão suficientes para fazer face ao serviço da dívida do Governo Central sem pôr em causa a sustentabilidade da economia. Conforme o gráfico, estar-se-á numa posição confortável.



Em suma, a dívida cabo-verdiana continua dentro dos parâmetros de sustentabilidade, aplicando quer a metodologia do Banco Mundial ou Fundo Monetário Internacional e considerando as características dos investimentos realizados e do portfólio da dívida, e atendendo a estratégia do governo, espera-se que se traduza num crescimento robusto.

2.5.6.4. Empréstimos de Retrocessão

488. O Governo de Cabo Verde no âmbito da estratégia implementação do seu programa de investimento, pretende adoptar um modelo eficiente de gestão das infra-estruturas de forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia. Neste contexto, pretende-se retroceder os projectos estruturantes para o Balanço das Empresas Públicas que são instrumentos de política económica, nas mesmas condições, passando assim a sua gestão numa lógica empresarial e mais eficiente. Aliado a este facto, tendo presente o esgotamento do modelo tradicional de financiamento, almeja efectuar contratos de concessão das infra-estruturas e estabelecimento de Parcerias Público Privadas/*Project Finance*, Concessão de Serviços por forma a estimular o sector privado.
489. Tendo o exposto, para o exercício de 2015 os projectos no quadro infra que totalizam 7.032 milhões de CVE. Dos empréstimos retrocedidos em anos anteriores e das retrocessões prevista para o ano, conta-se com uma entrada de cerca de 816.69 milhões de CVE em receitas, sendo 320,11 de amortização e 496,58 referente aos juros.

Figura 55 Empréstimos de Retrocessão

PROGRAMA DE INVESTIMENTO - RETROCESSÃO	Financiador	2013	2014	2015
Dessalinizador Palmarejo- fase III	Austria	156,5	141,3	-
Aumento capacidade produção de água Praia - Dessalinizador Palmarejo	ESP	125,0	-	-
Reforço de Produção e distribuição de energia na Ilha de Santiago	JICA	668,0	-	-
Dessalinizadores Sal e S. Vicente	AFD	110,3	300,0	485,2
Recuperação e Reforma do Sector de Energia em Cabo Verde	IBRD	1.327,5	1.327,5	1.320,7
Aumento da Capacidade da Central do Sal	AFD	-	-	110,3
Programa de Habitação Social	CGD	4.395,2	3.749,0	2.811,8
Expansão e Modernização do Porto da Praia - I Fase	PORTUGAL	0,1	-	-
Expansão Porto de Sal Rei	PORTUGAL	1.082,2	-	-
Modernização e extensão do Aeroporto da Praia	BAD	-	634,9	793,6
Parque Tecnológico	BAD	-	348,3	870,8
Aumento da Capacidade de Produção e Interligação das Redes Eléctricas de S.Antão, S.Nicolau, Fogo e Boa Vista	OFID	218,3	351,5	336,4
Aumento da Capacidade de Produção e Interligação das Redes Eléctricas de S.Antão, S.Nicolau, Fogo e Boa Vista	BIDC	-	107,5	129,0
Equipamentos - Data Center	PORTUGAL	411,6	152,4	-
EGOV 2ª Fase	China EXIMBANK	-	-	174,3
TOTAL		8.494,7	7.112,3	7.032,0

Fonte: MFP

Caixa nº 5: Política de Retrocessão

Cabo Verde beneficiou na fase de transição de financiamentos altamente concessionais, que foram canalizados para projectos estruturantes no domínio das infra-estruturas, energias, reformas institucionais entre outras, com o fito de criar factores de competitividade, transformando a sua economia numa economia competitiva, dinâmica e inclusiva para todos. Apesar do sucesso da primeira etapa de infra-estruturação do país, está-se ciente dos desafios associados à arquitectura de novos modelos de financiamento e gestão eficiente das infra-estruturas.

Neste quadro, a política de retrocessão afigura-se como mecanismo de inflexão de paradigma a nível do modelo de gestão das infra-estruturas. Deste modo, tomou-se como medida, retroceder os projectos estruturantes para o Balanço das Empresas Públicas que são instrumentos de política económica, passando assim a sua gestão numa logica empresarial e mais eficiente.

Importa salientar, que essas empresas são pivot para a materialização dos clusters. Aliada a esta política, pretende o Governo atrair o investimento do sector privado através de contractos de concessão, Parcerias Público-Privadas, *Project Finance*, justificado, por um lado, pelo ensejo de dar continuidade à implementação de investimentos públicos no contexto de restrição orçamental e, por outro, pela busca de maior eficiência nas prestações de serviços Públicos.

Subjacente à política de retrocessão, pretende ainda adoptar boas práticas de *Corporate Governance* nas empresas públicas, de igual modo, estabelecer contractos de performance com os gestores, com base em indicadores qualitativos e quantitativos devidamente monitorizados de forma a mitigar o risco agência e garantir a sustentabilidade.

2.5.6.5. Avals e Garantias

490. O stock da dívida garantida pelo Estado a 31/12/2013 ascendia a cerca de 7.239 milhões escudos, concentrando-se nas operações contratadas pelas empresas e Municípios que constam do seguinte quadro:

Figura 56 Stock Auaes e Garantias 31/12/2013

Beneficiário	2013
C. Municipal Porto Novo	73
C. Municipal Santa Catarina	110
C. Municipal São Vicente	12
C. Municipal Paul	112
Electra	5.138
Enapor	408
IFH	750
C. Municipal São Nicolau	33
TACV	603
Total	7.239

Fonte: MFP

491. Do total do passivo avalizado, a maior parcela concentra-se nas empresas públicas, destacando-se, Electra, IFH, TACV e a Enapor, resultantes de empréstimos contratualizados no âmbito da implementação dos projectos estruturantes para o país, em especial, Habitação Social, Infra-estruturas Portuárias, Energia e Água e Saneamento, reestruturação dos transportes aéreos e de entre outros.
492. Estes empréstimos em caso de incumprimento, poderão contribuir para o agravamento do stock da dívida pública. Contudo, em termos de risco contingente, a empresa que ainda apresenta maior risco é a TACV, e o restante risco é baixo ou moderado.
493. O Governo de forma a mitigar o risco contingente tem em curso um conjunto de medidas, visando, por um lado, implementar nas participadas princípios de boas práticas de *corporate governance*, e por outro, garantir maior seguimento e monitorização das mesmas.

Caixa nº 6: Política de Avaes e Garantias

A questão do acesso ao financiamento tem emperrado a maior parte das empresas quer públicas ou privadas ao longo do tempo, derivado de restrições de (i) ordem técnica; (ii) Dimensão; e (iii) risco crédito. Tendo presente a importância das empresas públicas no crescimento e desenvolvimento económico, que repousa não só na criação e manutenção da maioria dos postos de trabalhos, mas também, na implementação das políticas públicas do Governo e corrigir as falhas do mercado: economias de escala (monopólios naturais), poder de mercado (concorrência imperfeita) e externalidades.

Neste quadro, o Governo de Cabo Verde têm adoptado um conjunto de medidas estratégicas que vão desde, concessão de Avaes e Garantias, criação de Sociedades de Capital de Risco, Sociedades de Garantias mútuas com o fito de criar condições que facilitem o acesso ao financiamento.

A política de Aval e Garantias do Estado de Cabo Verde, é regulamentado por decreto lei nº 45/96 de 25 de Novembro e abrange operações de crédito interno a realizar pelo municípios, serviços personalizados do Estado e Empresas Públicas, podendo, ser estendidos às empresas privadas quando se trata de empresas de reconhecido interesse nacional.

O propósito primordial da política de avales e garantias prende-se, por um lado, pela necessidade de garantir o acesso ao crédito bancário interno e externo a um custo mais baixo, e por outro, potenciar o acesso a mercado de capitais quer para as empresas públicas, bem como para os municípios.

Ademais, avales e garantias enquadra-se na estratégia do governo que consiste em aumentar a dimensão e a robustez financeira das empresas públicas, tornando-as atractivas para o capital privado e mais competitivas.

2.6. Quadro de Despesa a Médio Prazo (2015-2017)

494. O “Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP)” é um instrumento de planeamento de médio prazo que estabelece, descendentemente ou “de cima para baixo”, os plafonds plurianuais e, ascendentemente ou “de baixo para cima”, uma estimativa das despesas plurianuais das políticas actuais contidas nos programas, de forma a compatibilizar tais previsões com a disponibilidade de recursos.
495. O QDMP é, conseqüentemente, um instrumento de programação financeira que relaciona as políticas, o planeamento e o orçamento público num período de três anos. Este instrumento é um exercício deslizante sujeito a uma actualização anual, no contexto do ciclo orçamental, sendo o 1º ano coincidente com o ano orçamental.
496. Os principais objectivos dos QDMP são, mais concretamente:
- i. assegurar a disciplina orçamental com vista a manter o equilíbrio macro – económico e com base num quadro de recursos consistentes e realista, o que implica défices públicos controlados e uma melhor estabilidade das finanças públicas;
 - ii. adequar a afectação dos recursos financeiros às metas e prioridades estratégicas expressas no Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP III) e nos Planos Sectoriais;
 - iii. promover a eficácia na utilização dos recursos, através de uma maior previsibilidade na distribuição dos plafonds para os Sectores, acompanhada de uma maior autonomia de gestão;
 - iv. facilitar o processo de discussão e tomada de decisão sobre a política fiscal e alocação de recursos por áreas prioritárias.
497. O actual QDMP abrange o período de 2015 à 2017 e foi elaborado com base na nova metodologia, baseada na gestão orçamental por objectivos/resultados e

estruturado sob a forma de um conjunto de Programas, Projectos e Unidades Finalísticas e de Gestão e Apoio Administrativos, permitindo ao Estado cumprir as suas funções.

498. O primeiro ano do QDMP coincide com o ano orçamental de 2015, em análise ao longo do presente relatório e sendo assim, o presente ponto cingirá a análise aos anos de 2016 e 2017.
499. Para o ano de 2016 o total das despesas é fixado em 56.268 milhões de escudos, equivalentes a 30,5% do PIB estimado para este ano, sofrendo um ligeiro decréscimo de 1,0% em relação ao ano de 2015, num total de 593,5 milhões de escudos, sendo que: 35.060 milhões de escudos, ou seja 62,3%, foram canalizados para 83 Programas de Natureza Finalísticas, que realizam o fim das funções do Estado, que é de prestar os serviços que os cidadãos necessitam, 10.881 milhões de escudos, ou seja 19,3%, foram afectos à 41 Programas de Natureza Investimentos, para dar continuidade ao programa de infraestruturização do país, mediante realização de projectos de investimentos e 10.328 milhões de escudos, o que representa em termos relativos 18,4% do total, foram distribuídos para 5 Programas de Natureza de Gestão e Apoio Administrativo que têm como finalidade financiar as despesas com meios administrativos, gerenciais e tecnológicos necessários, para que o Estado consiga prestar serviços aos cidadãos.
500. Em relação aos Eixos estratégicos de desenvolvimento, para o ano de 2016, grande parte dos recursos foram canalizados para o Eixo de Boa Governação que consiste em consolidar a democracia e reforçar a boa governação (30.701 milhões de escudos), o que representa 54,6% do total do orçamento previsto para 2016, tendo em conta que este eixo abarca, entre outras, todas as despesas enquadradas nos Programas de Natureza Gestão e Apoio Administrativos (10.328 milhões de escudos), despesas finalísticas e de investimentos: da protecção social (4.992 milhões de escudos), da segurança e ordem pública (3.751 milhões de escudos), da defesa nacional (991 milhões de escudos), da protecção ambiental (943 milhões de

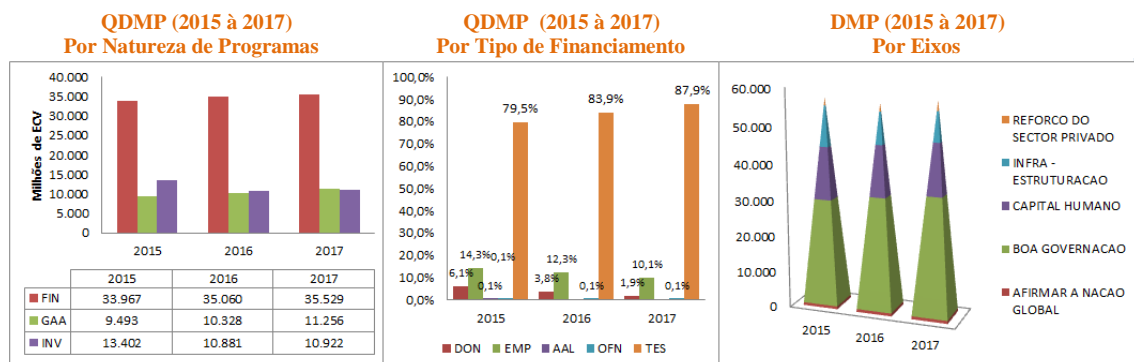
escudos) e transferências aos Municípios e outros poderes (3.520 milhões de escudos).

- 501.** O Eixo de Capital Humano que consiste em capacitar os recursos humanos e produzir conhecimento propiciador de crescimento económico, é o segundo Eixo com mais recursos afectos, cerca de 13.833 milhões de escudos, ou seja 24,6% e grande parte dos recursos foram alocados para os seguintes sectores: Educação, incluindo ensino superior e formação profissional, (9.133 milhões de escudos), Saúde (4.142 milhões de escudos), Protecção Social (214 milhões de escudos), Cultura e Desporto com 152 e 130 milhões de escudos, respectivamente.
- 502.** O Eixo de Infraestruturação que consiste em modernizar e estender as infraestruturas (portos, estradas, aeroportos, telecomunicações, requalificação urbana, água, energia e saneamento), contempla 8.670 milhões de escudos, equivalente a 15,4% do total, e os recursos foram afectos aos projectos de investimentos em diversos sectores, nomeadamente: no sector de Água e Saneamento (3.833 milhões de escudos), de Energia (1.852 milhões de escudos), de Infraestruturas Rodoviárias (878 milhões de escudos), de Transportes Marítimos (747 milhões de escudos), da Agricultura (673 milhões de escudos) e das Pescas (457 milhões de escudos).
- 503.** Para o Eixo do Reforço do Sector Privado, que tem como objectivo fomentar o crescimento do sector privado, do investimento e da produtividade, o total disponibilizado é de 2.281 milhões de escudos, ou seja 4,1% do total, destacando as acções previstas: para o Turismo (804 milhões de escudos), para a agricultura e pecuária (488 milhões de escudos) e para as Pescas (305 milhões de escudos).
- 504.** E para o Eixo de Afirmar a Nação Global, que tem por objectivo afirmar a nação global e desenvolver parcerias para a competitividade, o total orçamentado é de 784 milhões de escudos, sendo que 87,3% (684 milhões de escudos) foram

canalizados para as actividades a serem desenvolvidas a nível das relações diplomáticas.

505. Prevê-se que o orçamento de 2016 seja financiado em 83,9% pelo Tesouro (incluindo ajuda orçamental Donativo e Empréstimos num total de 3.053 milhões de escudos), um aumento de 4,5% em relação a 2015, 12,3% por Empréstimos Externo, menos 15,2% em relação a 2015, 3,8% por Donativos directos, com uma diminuição de 38,3% em relação ao ano de 2015, tendo em conta só são inscritos projectos com financiamento garantido e 0,1% através de Outras Fontes Nacionais.

Figura 57 QDMP (2015 à 2017), por Natureza de Programa, Tipo de Financiamento e Eixos



Fonte: MFP

506. Em relação ao ano de 2017 o total das despesas ronda a volta de 57,707 milhões de escudos, sofrendo um aumento de 1.439 milhões de escudos, comparativamente com o ano de 2016 ou seja 2,5% e em relação ao PIB estimado para 2017 representa um peso de 29,2%. Este montante foi distribuído pelos três tipos de Natureza de Programas, sendo que: 35.529 foram afectos aos Programas de Natureza Finalísticas, ou seja 61,6%, 11,256 milhões de escudos aos Programas de Natureza de Gestão e Apoio Administrativo, equivalentes a 19,5% e 10,922 milhões de escudos aos Programas de Natureza Investimentos, representado 18,9% do total.

507. Analisando a composição da proposta do Orçamento para 2017, em relação aos Eixos estratégicos de desenvolvimento, na semelhança do ano de 2016, grande parte dos recursos foram canalizados para o Eixo de Boa Governação (32.234 milhões de escudos), o que representa 55,9% do total do orçamento previsto para este ano. Destacam-se os Programas de Natureza Gestão e Apoio Administrativos (11.256 milhões de escudos), as despesas finalísticas e de investimentos: protecção social (5.581 milhões de escudos), da segurança e ordem pública (3.834 milhões de escudos), da defesa nacional (949 milhões de escudos), da protecção ambiental (1.003 milhões de escudos) e transferências aos Municípios e outros Poderes (3.790 milhões de escudos).
508. O Eixo de Capital Humano também ocupa o segundo lugar em 2017 com cerca de 13.966 milhões de escudos (24,2%), e grande parte dos recursos também foram canalizados para os sectores de Educação (9.012 milhões de escudos), Saúde (4.367 milhões de escudos), Cultura e Desporto com 164 e 130 milhões de escudos, respectivamente.
509. O Eixo de Infraestruturação contempla 7.989 milhões de escudos e grande parte dos recursos foram afectos aos seguintes Programas: de desenvolvimento e melhorias das infraestruturas rodoviárias (2.325 milhões de escudos), de mobilização de água e reforço da capacidade de abastecimento pública (2.137 milhões de escudos), de infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia (1.385 milhões de escudos) e no Programa de desenvolvimento das infraestruturas portuárias com 912 milhões de escudos.
510. Para o Eixo do Reforço do Sector Privado o total previsto é de 2.715 milhões de escudos, ou seja 4,7% do total, destacando as acções previstas: para o Turismo (1.034 milhões de escudos), para a agricultura e pecuária (509 milhões de escudos) e para as Pescas (477 milhões de escudos). E para o Eixo de Afirmar a Nação Global o total orçamentado é de 804 milhões de escudos, sendo que 87,7% (705 milhões de escudos) foram canalizados para as actividades a serem desenvolvidas a nível das relações diplomáticas.

511. Prevê-se que o Orçamento de 2017 seja financiado através do Tesouro em 87,9% (incluindo ajuda orçamental Donativo e Empréstimos no total de 3,053 milhões de escudos), um aumento de 7,5% em relação ao ano de 2016, Empréstimos Externos em 10,1%, menos 15,6% em relação a 2016, Donativos em 1,9%, diminuindo o financiamento em 48,4% em relação a 2016 e Outras Fontes Nacionais em 0,1%.

Figura 58 QDMP (2015 à 2017), por Ministério

MINISTÉRIOS	Em Milhões ECV		
	2016	2017	TOTAL
ORGÃOS DE SOBERANIA	2.253	1.945	6.097
CHEFIA DO GOVERNO	941	925	2.802
ADMINISTRACAO INTERNA	2.805	2.411	7.740
COMISSAO RECENSEAMENTO ELEITORAL	56	0	112
AMBIENTE, HABITACAO E ORDENAMENTO DO TERRITORIO	3.072	2.092	9.023
COMUNIDADES	124	124	368
CULTURA	309	322	922
DEFESA NACIONAL	1.018	977	2.882
DESENVOLVIMENTO RURAL	1.727	1.296	6.402
EDUCACAO E DESPORTO	8.249	8.180	25.179
ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E INOVACAO	1.099	1.072	3.288
FINANCAS E PLANEAMENTO	17.638	19.550	54.075
INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARITIMA	3.477	4.533	11.479
JUSTICA	1.454	1.473	4.256
JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS	1.456	1.442	4.210
RELACOES EXTERIORES	960	1.096	2.939
SAUDE	4.709	5.138	14.409
TURISMO, INDUSTRIA E ENERGIA	4.977	5.131	14.765
Total Geral	56.324	57.707	170.948

Fonte: MFP

512. Analisando as despesas na óptica dos programas de trabalho a cargo dos Ministérios, constatamos que o Ministério das Finanças e do Planeamento, que é o Ministério que propõe, coordena e executa as políticas em matéria de gestão das finanças do Estado nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro, património e privatização e do planeamento, tem um orçamento de 17.638 milhões de escudos, equivalentes a 31,3% do total para o ano de 2016, mas temos que realçar que grande parte destes recursos são afectos as despesas de encargos comuns a toda a máquina pública (15.158 milhões de escudos). Para o ano de 2017, o MFP tem um orçamento de 19.550 milhões de escudos, ou seja 33,9% do total e deste montante 16.270 milhões de escudos são canalizados para os encargos comuns

513. O Ministério da Educação e do Desporto, que propõe, coordena e executa as políticas em matéria de ensino pré-escolar, básico, secundário e técnico - profissional, da alfabetização e educação de adultos, da acção social escolar e do desporto, para o ano de 2016 tem um orçamento de 8.249 milhões de escudos, o que equivale a 14,6% do total do orçamento e grande parte dos recursos são afectos ao tradicional Orçamento de Funcionamento (7.386 milhões de escudos) e deste montante 3.285 milhões de escudos são para as despesas com Ensino Primário e 3.194 milhões de escudos para ensino secundário. Para o ano de 2017 o orçamento é de 8.180 milhões de escudos, equivalentes a 14,2% do total do orçamentado, verificando uma ligeira diminuição em relação ao ano de 2016, tendo em conta a previsão da conclusão de alguns projectos de construção de escolas em 2016.
514. O Ministério do Turismo, Industria e Energia propõe, coordena e executa as políticas públicas relativas à indústria, à energia, ao comércio, ao turismo e às actividades de serviço às empresas. Para o ano de 2016 contempla um orçamento num total de 4.977 milhões de escudos (8,8% do total) e grande parte dos recursos são canalizados para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) num total de 4.732 milhões de escudos, destacando dois projectos plurianuais de investimentos: o projecto “Sistema de Produção e Distribuição de Agua em Santiago” num total de 1.850 milhões de escudos, o projecto de “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em 6 Ilhas de Cabo Verde” num total de 1.654 milhões de escudos e o Fundo Nacional do Turismo com 755 milhões de escudos. Em relação ao ano de 2017, o total do orçamentado é de 5.131 milhões de escudos, garantido a continuidade do PIP nas áreas de energia e água e verifica-se um acréscimo de 3,1% em relação ao montante afecto em 2016, considerando o aumento previsto na arrecadação do imposto do turismo, consignado ao Fundo Nacional do Turismo.
515. O Ministério da Saúde tem por missão propor, coordenar e executar as políticas em matéria de saúde e de reabilitação de portadores de deficiência. Para o ano de 2016 o orçamento previsto é de 4.709 milhões de escudos, ou seja 8,4% do total,

destacando as acções previstas nos Programas de “Prestação dos Cuidados de Saúde na rede Hospitalar”, “Prestação dos Cuidados de Saúde na rede de atenção primária” e de “Desenvolvimento do Sector Farmacêutico” nos montantes de 1.468 milhões de escudos, 1.071 milhões de escudos e 676 milhões de escudos, respectivamente. Para o ano de 2017 o orçamento do Ministério ronda os 5.139 milhões de escudos, prevê-se um aumento em relação ao ano de 2016 de 9,1%, tendo em conta a previsão de arranque de novos projectos de infraestruturas hospitalar com financiamento interno e externo.

516. O Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima propõe, coordena e executa as políticas em matéria de obras públicas, construção civil, infraestruturas, transportes, navegação e segurança aéreas e marítimas, portos e aeroportos, telecomunicações, e políticas de valorização, protecção e preservação de recursos marinhos. Considerando o *phasing-out* do Programa de Infraestruturação do país, o orçamento do Ministério tem sofrido reduções consideráveis nos últimos anos e para o ano de 2016, o total orçamentado previsto é de apenas 3.477 milhões de escudos, equivalentes a 6,2% do total, e 90,9% desse montante é para financiamento do PIP, destacando os projectos de: “Modernização e Expansão dos Portos do Maio e São Nicolau” (496 milhões de escudos), “Construção e Fiscalização das Infraestruturas de Frio do Porto Grande” (457 milhões de escudos), “Melhoramento De Distribuição De Agua e Saneamento da Santa Catarina” (293 milhões de escudos), “Saneamento de Espargos” (234 milhões de escudos) e os projectos de manutenção e melhoria da qualidade das infraestruturas rodoviárias com um total de 485 milhões de escudos. Para o ano de 2017 o orçamento do Ministério ronda a volta de 4.533 milhões de escudos, sofrendo um aumento de 30,4% em relação ao ano de 2016, considerando a previsão do arranque das obras da II fase do Anel do Fogo, cujo orçamentado previsto é de 1.035 milhões de escudos.

517. O Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território é o Ministério que propõe, coordena e executa as políticas em matérias ambiente, descentralização e desenvolvimento regional, urbanismo, habitação e ordenamento

do território, água e saneamento, bem como as relações com as autarquias locais. O total do orçamento previsto para 2016 é de 3.072 milhões de escudos e grande parte destes recursos foram canalizados para os projectos de investimentos (2.665 milhões de escudos), destacando os projectos financiados pelo II pacote do Millennium Challenge Account (MCA) no total de 1.109 milhões de escudos e o projecto “CVE/078 - Apoio Ao Plano De Acção para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos” financiado por Luxemburgo, no total de 355 milhões de escudos. O financiamento previsto para o Fundo Nacional do Ambiente (FNA) para 2016 é de 719 milhões de escudos – receitas consignadas da arrecadação da taxa ecológica. Para 2017 o total do orçamento ronda a volta de 2.092 milhões de escudos, sofrendo uma redução em relação ao ano de 2016 de 31,9%, tendo em conta a previsão da redução em 51,5% do financiamento do MCA e Luxemburgo em 100%, mas em relação ao FNA prevê-se um aumento das receitas consignadas em 9,8%.

518. O Ministério da Administração Interna propõe, coordena e executa as políticas em matéria de administração interna, segurança e ordem pública e protecção civil. O total do orçamento previsto para 2016 é de 2.805 milhões de escudos e 72,3% desse montante, ou seja 2.111 milhões de escudos são afectas ao Programa de “Melhoria da Segurança Interna” e os custos previstos para o processo eleitoral é de 484 milhões de escudos. Para o ano de 2017, o orçamento previsto é de 2.411 milhões de escudos, sofrendo uma diminuição de 14,1% comparativamente com o ano de 2016, tendo em conta que os custos com o processo eleitoral são temporários e orçamentados apenas para os anos de 2015 e 2016.

519. O Ministério do Desenvolvimento Rural propõe, coordena e executa as políticas em matéria de agricultura, silvicultura, pecuária e alimentação. O total do orçamento de 2016 é de 1.727 milhões de escudos e 79,7% desse montante é para financiamento do PIP, destacando o montante afecto para conclusão dos projectos de construção de barragens (271 milhões de escudos), projecto de “Ordenamento e Manutenção de Perímetros Florestais” (160 milhões de escudos), projecto de “Desenvolvimento Agrícola da B. Hidrográfica de Principal e Flamengos (148

milhões de escudos) e o projecto de “Ordenamento E Valorização de Bacias Hidrográfica de Alto Mira e Ribeira Da Torre” com 144 milhões de escudos. Para 2017 o orçamento previsto é 1.296 milhões de escudos, menos 431 milhões de escudos em relação ao ano de 2016, considerando a previsão de conclusão de alguns projectos de infraestruturas em 2016, nomeadamente das barragens, projecto de “Desenvolvimento Agrícola da Bacia Hidrográfica de Principal e Flamengos e o projecto de “Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográfica de Alto Mira e Ribeira da Torre”.

520. O Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos propõe, coordena e executa as políticas em matéria de juventude, trabalho, qualificação, valorização dos recursos humanos, formação profissional e emprego, promoção, protecção e apoio às famílias, à criança e à adolescência e da segurança e integração sociais. O total do orçamento previsto para o ano de 2016 é 1.456 milhões de escudos, destacando o financiamento para os seguintes Programas: “Garantia do Acesso a Todos os Grupos Sociais e Profissionais a Protecção Social” com 383 milhões de escudos, “Acesso aos Pobres dos Serviços Sociais de Base e ao rendimento” com 330 milhões de escudos, “Programa de Promoção do Emprego e Formação Profissional” com 242 milhões de escudos e dos Programas de “Melhoria das Condições de Vida das Crianças e Adolescentes” e Participação e Representação dos jovens” com 120 e 114 milhões de escudos, respectivamente. Para o ano económico de 2017, o total do orçamento previsto é de 1.442 milhões de escudos, sofrendo uma ligeira diminuição em relação ao ano de 2016 - financiamento Donativos.

521. O Ministério da Justiça propõe, coordena e executa as políticas em matéria de Justiça, da promoção da cidadania e dos Direitos Humanos. Para o ano de 2016 o orçamento previsto é de 1.454 milhões de escudos, destacando o financiamento para os Programas de: “Melhoria do Sistema Prisional e de Reinserção social de Adultos e de Menores em Conflito com a Lei”, “Investigação Científica e Criminal”, “Melhoria dos Serviços dos Registos Notariado e identificação” e “Melhoria do Sistema Judicial” com 274, 251, 239 e 195 milhões de escudos, respectivamente.

Em relação ao orçamento previsto para 2017 o total orçamentado é 1.473 milhões de escudos, o que representa 2,6% do total.

522. O Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação propõe, coordena e executa as políticas nos domínios do ensino superior, da ciência e tecnologia. Para o ano de 2016 o orçamento previsto é de 1.099 milhões de escudos, grande parte dos recursos são afectos ao Programa de “Formação e Capacitação” com 955 milhões de escudos. Para o ano de 2017 prevê-se um orçamento total de 1.072 milhões de escudos.
523. O Ministério da Defesa Nacional coordena a política global de segurança nacional e, propõe, coordena e executa a política de defesa nacional. Para 2016 tem um orçamento previsto de 1.018 milhões de escudos e 94,6% dos recursos são canalizados para as Forças Armadas. Para 2017 o orçamento previsto é de 977 milhões de escudos, sendo que 94,4% são afectos as Forças Armadas. O ligeiro decréscimo em relação ao ano de 2016 (4,0%), tem como base a diminuição do orçamento previsto para o Programa de Natureza Investimento em 76 milhões de escudos, com a previsão da conclusão do projecto de “Restauração/Remodelação do Quartel Jaime Mota” em 2016.
524. O Ministério das Relações Exteriores propõe, coordena e executa a política externa de Cabo Verde, nas vertentes da diplomacia, das funções consulares e da cooperação internacional. O orçamento previsto para 2016 é de 960 milhões de escudos e 69,7% foram afectos ao Programa de “Melhoria de Rede de Representação Diplomáticas e Consulares”. Para o ano de 2017 prevê-se um orçamento no total de 1.096 milhões de escudos. O aumento verificado comparativamente com o ano de 2016 de 14%, deve-se ao aumento do orçamento previsto para a Embaixada em Addis Abeba e aumento do orçamento do projecto “Reabilitação dos Edifícios das Representações Diplomáticas”, dado a necessidade de intervenção em alguns dos edifícios diplomáticos.

525. O Ministério da Cultura propõe, coordena e executa as políticas em matéria da cultura. Nos últimos anos o orçamento do Ministério tem sofrido aumentos consecutivos, tendo em conta a aposta no desenvolvimento das economias criativas. Para o ano de 2016 o orçamento previsto é de 308 milhões de escudos, um aumento de 5,6% em relação ao orçamento fixado para 2015. Para o ano de 2017 o total do orçamento previsto é de 321 milhões de escudos, um acréscimo de 4,3% em relação ao ano de 2016.

526. O Ministério das Comunidades propõe, coordena e executa as políticas que garantem a integração e participação das comunidades cabo-verdianas nos países de acolhimento e à sua participação na vida política, económica e cultural de Cabo Verde, assim como também a sua protecção e defesa. O Total do orçamento previsto para 2016 é de 124 milhões de escudos e grande parte dos recursos foram afectos ao programa “Melhoria da Qualidade de Vida dos Emigrantes”, para 2017 prevê-se praticamente o mesmo orçamento de 2016.

III. MAPAS ORÇAMENTAIS